

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA

Boletim Gaúcho de Geografia / Associação dos Geógrafos
Brasileiros - Seção Porto Alegre, vol. 49, n.2, 2022 (2024) - Porto
Alegre: AGB, 1973.

ISSN 01017888

e-ISSN 2357-9447

1. Geografia. 2. Ambiente. 3. Território. 4. Ensino. I.
Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre

CORPO EDITORIAL

EDITORES

Everton de Moraes Kozenieski, UFFS, Brasil

André Baldraia, UFRGS, Brasil

COMISSÃO EDITORIAL

Álvaro Luiz Heidrich, UFRGS, Brasil

Dirce Maria Antunes Suertegaray, UFRGS, Brasil

Francisco Henrique Oliveira, UESC, Brasil

Gerd Kohlhepp, U. Tübingen, Alemanha

Helena Copetti Callai, UNIJUI, Brasil

Horacio Capel, U. Barcelona, Espanha

Jefferson Cardia Simões, UFRGS, Brasil

Leila Christina Dias, UFSC, Brasil

Lia Osório Machado, UFRJ, Brasil

Luis Antonio Bittar Venturi, USP, Brasil

Maria Encarnação B. Sposito, UNESP - Pres. Prud., Brasil

Nelson Rego, UFRGS, Brasil

Paul Claval, U. Paris IV-Sorbonne, França

Roger Lambert, U. Toulouse - le Mirail, França

Rogério Haesbaert da Costa, UFF, Brasil

CORPO CONSULTIVO

Adilar Antonio Cigolini, UFPR, Brasil

Adriana Dorfman, UFRGS, Brasil

Aldo Paviani, UnB, Brasil

Aldomar A. Rückert, UFRGS, Brasil

Alejandro Benedetti, CONICET/U. Buenos Aires, Argentina

Alexandre Queiroz Pereira, IF do Ceará, Brasil

Álvaro Luiz Heidrich, UFRGS, Brasil

Antônio Carlos Castrogiovanni, UFRGS, Brasil

Benhur Pinós da Costa, UFRGS, Brasil

Bernardo Sayão Penna e Souza, UFSM, Brasil

Carlos Martins Jr., UFMS, Brasil

Cássio Wollmann, UFSM, Brasil

Claudia Luísa Pires, UFRGS, Brasil

Cristiano Quaresma de Paula, UFRGS, Brasil

Cristiano Morini, UNICAMP - Limeira, Brasil

Davis Gruber Sansolo, UNESP - Litoral Paulista, Brasil

Diógenes Felix da Silva Costa, UFRN - Caicó, Brasil

Edson Belo Clemente de Souza, Unioeste, Brasil

Eliana Lima da Fonseca, UFRGS, Brasil

Enrique Mazzei, Udelar, Uruguai
Erika Collischonn, Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil
Éverton de Moraes Kozenieski, UFFS - Erechim, Brasil
Francisco Henrique Oliveira, UESC, Brasil
François Laurent, U. Maine - Le Mans, França
Gabriela Camboim Rockett, UFRGS, Brasil
Gladys Teresa Bentancor Rosés, Uruguai
Glauro Bruce Rodrigues, UFF - Goytacazes, Brasil
Heinrich Hasenack, UFRGS, Brasil
Helio de Araujo Evangelista, UFF, Brasil
Hindenburg Francisco Pires, UERJ, Brasil
Jacira Helena Pereira-Assis, UFMS, Brasil
Jondison Rodrigues, UFPA, Brasil
Kamilla Raquel Rizzi, UNIPAMPA, Brasil
Laurindo Guasselli, UFRGS, Brasil
Leonardo Cival, UFV, Brasil
Lisandra Pereira Lamoso, UFGD, Brasil
Lucas de Melo Melgaço, Vrije Universiteit Brussel, Bélgica
Luciane Oliveira Crossetti, UFRGS, Brasil
Luís Alberto Basso, UFRGS, Brasil
Luis Eduardo Souza Robaina, UFSM, Brasil
Maíra Suertegaray Rossato, UFRGS, Brasil
Maria Goretti Tavares, UFPA, Brasil
Maria Izabel Mallmann, PUCRS, Brasil
Nelson Rego, UFRGS, Brasil
Nestor André Kaercher, UFRGS, Brasil
Nina Simone Vilaverde Moura, UFRGS, Brasil
Noeli Pertile, UFBA, Brasil
Pablo Martín Bender, UFSC, Brasil
Paulo Gustavo Pellegrino Correa, UFAP, Brasil
Paulo Peiter, FIOCRUZ, Brasil
Paulo Roberto Soares, UFRGS, Brasil
Pedro Dias Mangolini Neves, UEMG, Brasil
Peter David Arnould Wood, Florida State U., Estados Unidos
Rafael Faleiros de Padua, UFPB, Brasil
Rafael Zilio Fernandes, UFOPA, Brasil
Rebeca Steiman, UFRJ, Brasil
Renata Ferreira da Silveira, UFRGS, Brasil
Renato Emerson Nascimento dos Santos, UFRJ, Brasil
Ricardo Jose Nogueira, UFAM, Brasil
Roberto Verduin, UFRGS, Brasil
Rogério Leandro Lima Silveira, UNISC, Brasil
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, UNESP - Pres. Prud., Brasil
Rosiele Rita Guimarães, UFU, Brasil
Saint-Clair Trindade Jr., UFPA, Brasil
Sandra Lúcia Videira, UNICENTRO, Brasil
Sinthia Cristina Batista, UFRGS, Brasil
Solismar Fraga Martins, FURG, Brasil
Sylvio Luiz Andreozzi, UFU, Brasil

Tânia Marques Strohaecker, UFRGS, Brasil
Teresa Vicente Mosquete, U. Salamanca, Espanha
Vitor Izecksohn, UFRJ, Brasil
Wendel Henrique, UFBA, Brasil

O BGG é uma publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Porto Alegre <http://agb-portoalegre.webnode.com.br/>
Contato: agbpoa@gmail.com; boletimgauchodegeografia@ufrgs.br
Ateneu Libertário – Rua Lobo da Costa, 147, Cidade Baixa Porto Alegre

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
O BGG está online em <http://seer.ufrgs.br/bgg> e-ISSN 2357-9447

GESTÃO 2022/2024

Sinthia Cristina Batista - Diretor
Evelin Cunha Biondo - Vice-Diretora
Isaac Goulart da Silva – 1ª Secretário
Marina Vargas Leonhardt - 2º Secretária
Renata Ferreira da Silveira - 1º Tesoureiro
Paulo Rodrigo dos santos - 2ª Tesoureira
Everton de Moraes Kozenieski - Coletivo de Publicações
André Baldraia - Coletivo de Publicações

SUMÁRIO

ARTIGOS

HOMENAGEM AO PROFESSOR ÁLVARO LUIZ HEIDRICH	10
POBREZA, VULNERABILIDADE SOCIAL E DIREITO À CIDADE: ANÁLISE SOCIOESPACIAL DOS BAIRROS “AGUAL” E PORTELINHA, EM TRAMANDAÍ/RS	13
MEMES COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA URBANA DE IMBÉ/RS	29
PRODUÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAR	43
O TRIPÉ ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO ENSINO BÁSICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO “POLÍTICAS PÚBLICAS, DIMENSÕES RACIAL E DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS CIDADES E NA CIDADANIA: ESTUDOS DE CASO NO VALE DO PARAÍBA - RJ”	57
FRONTEIRAS INVISÍVEIS DO PAMPA GAÚCHO: DA PERSPECTIVA DAS LINHAS IMAGINÁRIAS AO ENLACE DAS CIDADES GÊMEAS; DAS MANCHAS ARENOSAS; E DA LUTA PELA TERRA E COMBATE AO LATIFÚNDIO	71

RESENHA

NORMA E TERRITÓRIO: O PROCESSO DE NORMATIZAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL	85
---	----

APRESENTAÇÃO BGG V. 50/ nº 1. 2023 (2024)

Everton de Moraes Kozenieski

André Baldraia

Coletivo de Publicações 2022/2024

A edição, que ora publicamos, traz em si algumas novidades aos leitores do BGG. De um lado, traz os atributos da nova diagramação; de outro, resgata características de publicações passadas. Trata-se assim de um número especial e diferente. Especial porque retoma uma tradição dos antigos boletins gaúchos de geografia, no qual os escritos eram elaborados pensando nos Encontro Estaduais de Geografia e, após o evento, eram aqui publicados. Essa edição possui esta característica, excetuando-se a resenha crítica, que é texto de outra natureza que dialoga com o contexto do local de publicação. Diferente porque resulta do XXXVI Encontro Estadual de Geografia, que originalmente estava programado para ocorrer em Tramandaí, mas precisou ser adiado por conta da ocorrência da pandemia de covid-19. Dois anos depois, em novembro de 2022, o encontro finalmente ocorreu, não foi em Tramandaí, mas em Imbé, também no litoral norte do Rio Grande do Sul.

O conjunto de 7 contribuições, por sua vez, expressa certo equilíbrio temático é composto por um ensaio, cinco artigos e uma resenha crítica, que fecha a edição escrutinando o livro de Mariana Barbosa de Souza, professora e pesquisadora autóctone de Capão de Canoa, que há tempos reflete sobre o modo como o mercado imobiliário tem se desenvolvido na região. Trata-se de importante contribuição para refletir sobre a região onde o evento ocorreu.

O primeiro texto deste periódico é parte do espírito desta publicação, trata-se de um texto de homenagem ao Professor Álvaro Luiz Heidrich, escrito por Lucas Manassi Panitz, um de seus muitos orientandos e que atualmente é professor na Campus Litoral Norte da UFRGS. A homenagem foi lida em seção que homenageou outros geógrafos importantes, caros à história dos Encontros Estaduais de Geografia do Rio Grande do Sul.

O primeiro artigo é assinado por Ribeiro, Barivieira e Silveira e eles analisaram as condições socioespaciais dos bairros Portelinha e Agual, em Tramandaí (RS), localidades mais periféricas dotadas de latentes vulnerabilidades sociais e graves deficiências de infraestrutura e que, ora, estão passando por um processo de regularização fundiária. Os autores, entre outras ações, mapearam os equipamentos públicos e refletiram sobre as dificuldades que os moradores têm para acessá-los. A noção de direito à cidade, oriunda da obra de Henri Lefebvre, foi essencial à apreensão daquela realidade pelos autores.

O artigo de Goulart versa sobre um importante produto iconográfico contemporâneo: os memes. Essas imagens compõem o ponto de partida para uma reflexão sobre como empregá-los como meios para tratar das questões do ensino de Geografia, ou mais precisamente como instrumentos didáticos, aplicados à educação em geral e, especialmente, à Geografia. Ao fazê-lo, o autor inova em termos de produto e de linguagem, pois o ensino de Geografia, mormente, é lembrado pelo uso de métodos mnemônicos durante boa parte da história desta disciplina. Pensar o meme como material didático é uma reflexão importante e atual, dada a profusão destas imagens na atualidade.

Fontana *et. al.* também versam sobre didática e ensino de geografia, focando em um tema que volta à agenda e de um produto audiovisual distinto e contemporâneo. De um lado, os

autores focam numa temática essencial, especialmente, nesta quadra da história: a alimentação, tema que fora alvo da reflexão, por exemplo, de Josué de Castro, em seus clássicos “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” nos idos da primeira metade do século passado. A despeito disso, a questão continua atual, num mundo em que há, simultaneamente, a fartura da produção de alimentos e a prevalência dos ultraprocessados nas gôndolas; o desperdício de toneladas de alimentos e a ocorrência de contingentes populacionais famintos nos mais diversos países, inclusive no Brasil, que já teve um reconhecido programa de erradicação da fome.

Alimentação continua a ser importante foco de reflexão e ao utilizarem o podcast como um meio para a circulação dos debates iluminam e renovam a seara da produção de material didático. Podcasts estão cada vez mais populares e dada a sua linguagem eles têm o potencial de ampliar o alcance dos assuntos ali tratados.

Carla Hirt faz um relato interessante de um projeto que envolve o tripé ensino, pesquisa e extensão. Projeto esse que não está vinculado à Universidade, mas num Instituto Federal, que, em princípio, é voltado ao Ensino Médio. Ao fazê-lo, a autora mostra como é desafiador e, ao mesmo tempo, potente fazer convergir estes três eixos. A reflexão tem como ponto de partida a análise do processo de urbanização em alguns municípios do Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando como o racismo ambiental e as desigualdades de gênero mostram-se como conteúdos onipresentes ao processo de urbanização no Brasil. Salienta-se o modo e os agentes sociais envolvidos neste projeto.

Por fim, o texto de Pires é um exercício metodológico que resulta das reflexões de um aluno de graduação a respeito da importância do trabalho de campo como ferramenta para acessar uma realidade distante. O texto retrata um momento de elaboração, maturação e busca de ângulos distintos para compreender um lugar: a fronteira sul do Rio Grande do Sul, que é vista como espaço conturbado, marcado pela integração e a circulação cotidiana entre as cidades gaúchas e uruguaias; bem como espaço rural, em que a expansão agrícola contrapõe a resistência camponesa à lógica do latifúndio. Em suma, é um texto que reflete bem o espírito deste número, ser fiel ao conteúdo presente no momento do evento.

Desejamos a todos(as) uma boa leitura!
Coletivo de Publicações
Os editores

HOMENAGEM AO PROFESSOR ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

Lucas Manassi Panitz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prezadas e prezados colegas,

Hoje, nessa edição do Encontro Estadual de Geografia, homenageamos geógrafas e geógrafos que marcaram a história da AGB regional e nacionalmente: Nelson Rego, Dirce Suertegaray, Volmério Coelho e Álvaro Heidrich - este último a quem me coube essa difícil e honrosa tarefa em conduzi-la.

Digo "difícil", pois é grande a responsabilidade de homenagear aqueles que admiramos. Acredito até que existem outras orientandas e orientandos que poderiam falar com mais propriedade que eu. Por isso, de início, já peço desculpas aos colegas, e principalmente ao homenageado, por quaisquer erros ou inconsistências.

Primeiro, começemos analisando seus três nomes. Álvaro Luiz Heidrich. Os dois primeiros, bem brasileiros, o último, bem germânico. Sabemos, portanto, que vivendo no RS, deve ter ascendência daqueles imigrantes que chegaram ao sul do Brasil a partir do século XIX. Contudo, para nós, ex-alunos e ex-orientandos, os nomes variam. Para alguns é Álvaro, Prof. Álvaro, Prof. Heidrich. Para alguns da minha geração, era conhecido como mestre Yoda, ou como prefere a nossa colega Ana Mitchel, mestre Yodrich. Este último talvez seja um dos mais simbólicos, pois mistura seu sobrenome àquele Grão Mestre da Ordem Jedi, da saga Starwars. Yoda era um mestre e sábio instrutor que disseminava os ideais de paz e justiça, o "lado luminoso da força". Só agora, escrevendo esse texto, consigo compreender com mais propriedade o sentido completo desse apelido que nossa colega Ana cunhou. Pois, de fato, aqueles que tiveram contato com o "mestre", outro nome para "professor", tiveram muitos sábios exemplos de generosidade acadêmica que ultrapassam a formação universitária.

Álvaro Luiz Heidrich nasceu em Porto Alegre e viveu boa parte da sua infância em Canoas, em um bairro modesto com carência de infraestruturas urbanas básicas, como saneamento e pavimentação. Interessou-se pela Geografia no ginásio, com aulas sobre geografia regional e econômica da Argentina. Mas também pelos cartões postais que seu pai, constante viajante, trazia das cidades que visitava. Antes da universidade, cursou um técnico em Química Industrial. Tendo ingressado no curso de Bacharelado em Geografia da UFRGS em 1977, foi monitor de cartografia do Prof. Hans Thofhern, o que lhe rendeu a primeira experiência com a didática em Geografia. Já no final do curso, defendeu um TCC sobre Método de Análise da Insolação sobre Formas de relevo, orientado pelo Prof. Gilberto Lazzari, método esse que serviu de ponto de partida para trabalhos e pesquisas em áreas de vinícolas, como o de Ivanira Falcade.

Iniciou sua carreira docente em 1982 na UNIJUÍ, universidade do noroeste gaúcho por onde passaram importantes nomes da Geografia sul-rio-grandense, e onde ficou até 1988, ministrando as disciplinas de Cartografia, Geografia Regional, Geografia Humana e Metodologia da Pesquisa. Na mesma época, ingressa no mestrado da UNESP Rio Claro com o objetivo inicial de realizar uma dissertação na área da cartografia com o Prof. Miguel Sanches. Contudo, entra em contato com a geografia marxista a partir do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira em um momento de profundas mudanças na geografia brasileira. Muda de tema e defende sua dissertação sobre Migrações rurais e transformação da estrutura agrária no Norte do Rio Grande do Sul, no qual analisa a transformação do espaço agrário e das relações de produção nesta região. Ainda nos anos 1980, ministra aulas nas Universidades de Passo Fundo e do Vale do Itajaí.

Em 1988, ingressa como docente na UFRGS, na qual desenvolveu o restante da sua trajetória acadêmica até o presente. Foi chefe de departamento e coordenador do curso de graduação e pós-graduação, e membro em diversas comissões e colegiados da Universidade. Na extensão, envolveu-se em projetos sobre o ensino de geografia em uma perspectiva popular. No ensino, ministrou disciplinas de Geografia Agrária, Geografia Econômica, Organização do Espaço Mundial, Geografia Cultural, entre outras. Participou da construção do curso de Especialização em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.

Seu envolvimento com um projeto sobre desenvolvimento agrícola, ainda na UNIJUÍ, o levou a iniciar um questionamento sobre a dimensão cultural, ao perceber as diferenças culturais e mesmo ideológicas das comunidades envolvidas no projeto. Esta dimensão retorna em sua tese de doutorado, na USP, orientada por Antônio Carlos Robert de Moraes, no qual discute a identidade do RS e as ideologias geográficas, na qual se cruzam perspectivas econômicas, regionais, culturais, históricas e políticas. Defende a tese "Interesse econômico e identidade territorial no Rio Grande do Sul" em 1998, posteriormente publicada no livro "Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho".

Sobre seu livro, segundo o site WORLDCAT, "Além do Latifúndio", está presente nas principais bibliotecas universitárias do Brasil, e também em pelo menos 30 importantes bibliotecas estrangeiras, como das universidades da Flórida, Yale, Harvard, Pittsburgh, Texas, Chicago, Toronto, Toulouse, Bordeaux, além da Biblioteca Nacional da França e da Biblioteca Pública de Nova York, entre outras. Isto nos confirma que a produção do Prof. Álvaro foi longe e tem servido de importante referência sobre pesquisas envolvendo cultura e território no Rio Grande do Sul.

Aliás, o **território** acaba virando a principal categoria de análise deste geógrafo ao longo de sua carreira, que irá analisá-lo de um ponto de vista plural. Suas reflexões sobre o território dialogam e se relacionam com a globalização, a economia, as transformações metropolitanas, o urbano, o cotidiano, o espaço social e a cultura. Nas últimas duas décadas, vem desenvolvendo a noção de "vínculos territoriais", tema que se relaciona com diversas publicações suas e aprofundada em seu pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense. Diversos orientandos de mestrado e doutorado puderam aprofundar a noção de vínculos territoriais, presente nominalmente nos trabalhos de Ana Mitchel, Leandro Anton, Patrícia Nunes, entre outros.

O envolvimento com a dimensão cultural ao longo da tese vai direcionar o Prof. Álvaro para pesquisas no campo da Geografia Social e Cultural, tendo criado a disciplina de Geografia Cultural com a Profa. Rosa Medeiros. Esse feito, que destacou a UFRGS como uma das universidades pioneiras na área, também oportunizou toda uma nova geração de geógrafas/os que buscavam a perspectiva cultural na Geografia para a realização de suas pesquisas em diversos níveis. Sob esta perspectiva, organizou importantes obras sobre as múltiplas territorialidades, os métodos de pesquisa sobre geografia e cultura e as maneiras de ler o espaço e a cultura.

Coordenou GT's e foi participante ativo do Núcleo de Estudos em Espaço e Representação, que renovou e ampliou a perspectiva cultural na geografia brasileira. Foi organizador igualmente de diversas edições do Seminário Nacional Sobre Múltiplas Territorialidades e do IX Colóquio Internacional Geocrítica.

Sua participação na AGB também é extensa. Além de já ter participado de diversas gestões da Seção Local Porto Alegre, é membro do corpo editorial do Boletim Gaúcho de Geografia desde 1988, e foi editor de diversos números do periódico. Esteve presente nos encontros estaduais da AGB desde a década de 1980 e, como docente, participou diretamente da organização das edições do Encontro Estadual de 2001, 2002 e 2004 e do Encontro Nacional de Geógrafos de 2010.

No campo da pesquisa, coordenou projetos versando sobre as repercussões da globalização em âmbito local-urbano e metropolitano, a constituição dos vínculos territoriais, as relações entre território e paisagem em áreas de Mata Atlântica, além de ter sido coordenador do Observatório das Metrôpoles seção Porto Alegre em temáticas sobre o espaço metropolitano, as aglomerações urbanas, entre outras.

Orientou 27 Iniciações científicas, 39 TCCs de graduação, 7 especializações, 37 dissertações, 12 teses, totalizando 122 trabalhos. É autor de 35 artigos, 41 capítulos de livro, e é autor e organizador de cerca de 15 livros. É também Bolsista de Produtividade do CNPq há vários anos.

Para além dos números, estes dados mostram a consistência da produção intelectual do professor Álvaro, que é marcada por permanências dinâmicas e temáticas múltiplas e cruzadas, englobando temas urbanos e metropolitanos, questões territoriais e ambientais, relações entre cultura, cotidiano e vínculos humanos com o espaço.

Contudo, o que gostaria de refletir finalmente, é a figura pessoal de nosso homenageado. O Prof. Álvaro é conhecido por sua fala tranquila, pelas longas pausas entre uma reflexão e outra, pela gentileza no trato com seus orientandos, mas sobretudo por aquilo que considero uma das maiores qualidades que se pode ter no ambiente universitário: a generosidade acadêmica. Álvaro, jamais, em nenhum momento, fez impor suas escolhas teóricas sobre seus orientandos, e se mostrou sempre compreensivo às dificuldades e contingências da vida pessoal do outro. Não reclamou para si o famigerado direito de co-autoria para seus pós-graduandos, nem podou perspectivas teóricas de seus alunos. Ao contrário, abriu-se para as possibilidades apresentadas por estes e abriu possibilidades aos seus. Apesar de nunca ter havido formalmente uma "escola heidrichiana", é notável que nós seus ex-orientandos nos reconhecemos uns nos outros, seja pelas temáticas de pesquisa, mas também pelo exemplo de formação humana que tivemos. Pode parecer pouco, mas em um mundo acadêmico tomado de vaidade e competição, isso é muito mais do que se imagina.

Além disso, Álvaro é casado desde os tempos da faculdade com sua colega e profa. de geografia da rede pública, Bernadete Beschorner e pai da atriz de teatro e professora Elisa. Divide seu tempo entre Porto Alegre e o Litoral Norte. Como muitos de nós, filho desse encontro entre o pampa, a encosta, a planície, a metrópole e o mar.

Por tudo isso, e mais um pouco, o agradecimento da AGB ao Prof. Álvaro pela sua contribuição até agora na Geografia gaúcha e brasileira; contribuição que continuará se desdobrando e reverberando através dele e daqueles que nele tiveram não só um professor, mas um mestre.

Obrigado ao mestre.

RECEBIDO EM: 14/08/2023

ACEITO EM: 20/12/2024

POBREZA, VULNERABILIDADE SOCIAL E DIREITO À CIDADE: ANÁLISE SOCIOESPACIAL DOS BAIRROS “AGUAL” E PORTELINHA, EM TRAMANDAÍ/RS

Álvaro Ribeiro Nicotti

Cassio Alexandre Bariviera

Programa de Pós-Graduação em Dinâmica Regional e Desenvolvimento (PGDREDES/UFRGS)

Dilermando Cattaneo da Silveira

Professor do Programa de Pós-Graduação em Dinâmica Regional e Desenvolvimento
(PGDREDES/UFRGS)

Resumo: O presente artigo busca analisar as condições de vulnerabilidade social dos bairros “Agual” (atual Parque dos Presidentes) e Portelinha em Tramandaí, no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, a partir de uma análise socioespacial das distâncias em relação a alguns equipamentos urbanos, como áreas de lazer, creches, escolas, hospitais e postos de saúde. Para tanto, foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento e análise de dados espaciais. O artigo conclui que ambos os bairros, por serem periféricos, apresentam certo déficit no que se refere ao acesso a tais equipamentos urbanos e elevados graus de pobreza e vulnerabilidade, mas que os processos de regularização fundiária (já realizado no caso do “Agual” e em andamento no caso da Portelinha) podem mitigar essa situação e propiciar mais elementos para fortalecer o direito à cidade, por parte de seus moradores.

Palavras-chave: Pobreza; Vulnerabilidade; Direito à Cidade; Agual; Portelinha.

INTRODUÇÃO

A crescente urbanização e a concentração da população em cidades trouxeram consigo o surgimento de grandes aglomerados urbanos. Segundo dados do IBGE (2021), em 2015, 84,72% da população brasileira vivia em cidades. O aparecimento das grandes cidades, e a quantidade de indivíduos vivendo nelas, levanta algumas discussões importantes quanto ao acesso à cidade e aos seus equipamentos urbanos, principalmente quando se trata de indivíduos marginalizados em relação ao sistema econômico, que residem em áreas periféricas aos centros urbanos.

A fim de desenvolver uma análise específica a respeito do acesso à cidade de regiões periféricas, o presente artigo aborda dois aglomerados suburbanos do município de Tramandaí que possuem baixa infraestrutura urbana e dificuldade de acesso a equipamentos urbanos. São eles o chamado “Agual”, que atualmente constitui o bairro Parque dos Presidentes; e a “Portelinha”, um aglomerado formado recentemente junto ao bairro Jardim Atlântico, na região sul do município.

O município de Tramandaí se localiza no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, distante 118 km da capital Porto Alegre. Tramandaí faz parte de um centro de turismo sazonal vinculado à orla marítima nos períodos de veraneio e possui seus limites definidos pelo Oceano Atlântico ao leste e pela divisa com os municípios de Imbé ao Norte, de Cidreira ao Sul e de Osório ao Oeste. A área total do município é de 142,8 km² e sua população estimada em 2021 foi de 53.507 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 374,7 hab/km².

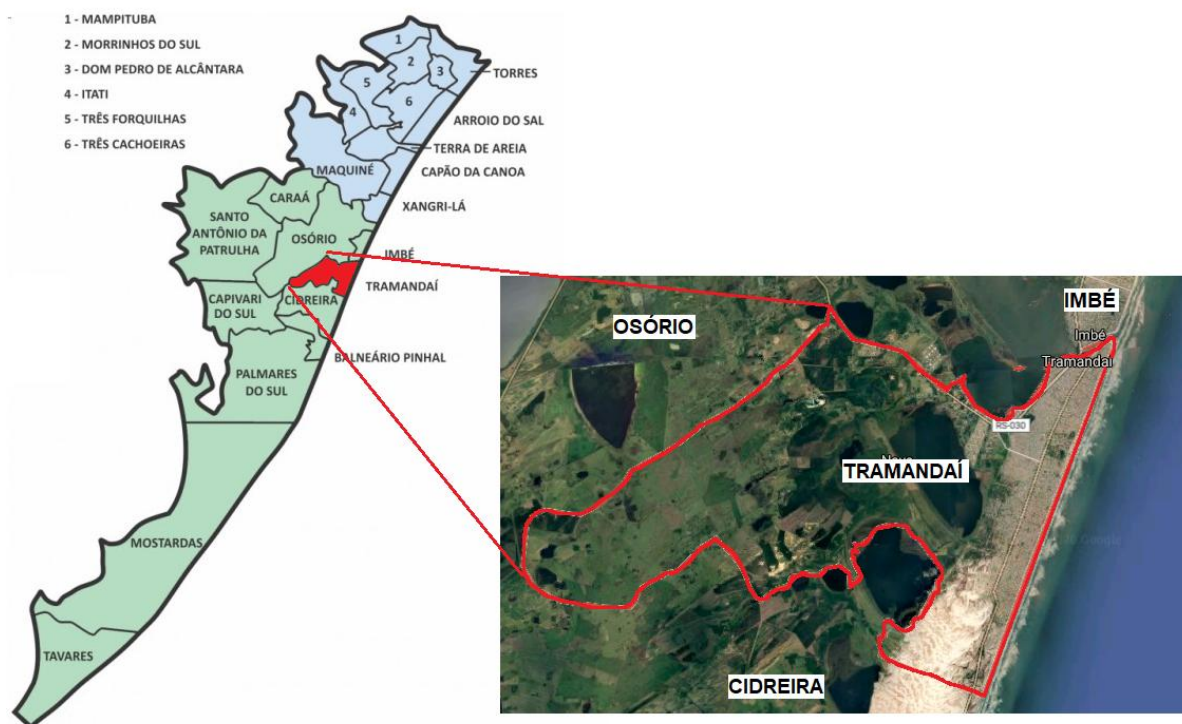


Figura 1: Municípios do Litoral Norte do RS, com destaque para o município de Tramandaí (adaptado de IBGE, 2021; Google Maps, 2021).

O município vem demonstrando forte crescimento populacional desde a década de 1990, com maior incremento nas primeiras décadas do século XXI. No período entre 2010 e 2019 a população tramandaiense cresceu 24,36%, enquanto no mesmo período o Rio Grande do Sul e o Brasil apresentaram, respectivamente, taxas de crescimento de 6,39% e 10,17% (GOVERNO DO ESTADO, 2015; IBGE, 2020). Tais valores demonstram a existência de movimentos migratórios em direção ao município. Ramos (2016) indica que existem dois perfis de migrantes para os municípios balneários da região: aposentados motivados pela qualidade de vida do balneário; e trabalhadores de baixa renda atraídos pela expansão do comércio e da construção civil.

A partir da identificação de duas áreas de estudo caracterizadas como regiões de ocupação desordenada no município de Tramandaí, e do fato que o município vem demonstrando forte crescimento demográfico nas três últimas décadas, o problema que se coloca é a condição de vulnerabilidade social de uma parcela significativa da população tramandaiense, principalmente quanto à dificuldade de acesso a equipamentos urbanos de saúde, educação e lazer.

Portanto, o presente artigo se dispõe a efetuar o mapeamento de estabelecimentos, estabelecimentos de saúde e áreas para prática de esportes e lazer no município de Tramandaí e sua relação com as áreas de estudo. O objetivo e motivação para desenvolver tal análise é contribuir teórica e empiricamente com a análise e debate a respeito do acesso à cidade nos municípios do litoral norte gaúcho.

A metodologia utilizada na análise aqui desenvolvida é de caráter qualitativa onde, a partir de dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e da prefeitura municipal de Tramandaí, efetua-se o geoprocessamento de tais informações a fim de permitir a análise socioespacial

das regiões de estudo. Também foi desenvolvida pesquisa exploratória na bibliografia existente acerca das duas regiões com o objetivo de aprofundar a análise sobre as condições de vulnerabilidade, visto que a proximidade de equipamentos urbanos não é garantia que estes estejam acessíveis à população no entorno.

Além desta introdução, o artigo se divide em outras quatro seções: a segunda seção trata dos conceitos pobreza e direito à cidade; a seção três traz a apresentação das duas regiões de estudo; a seção quatro apresenta a análise socioespacial dessas regiões em relação à infraestrutura urbana do município de Tramandaí; e por fim, a seção cinco aborda as considerações finais.

POBREZA E DIREITO À CIDADE

Cabe aqui abordar as definições de dois conceitos importantes para a análise proposta: pobreza e direito à cidade. Para isso, fez-se uso de pesquisa bibliográfica nas principais publicações sobre o tema.

A pobreza, enquanto questão social, possui origem na profunda desigualdade social que é característica dos países da periferia capitalista, sendo considerada um dos principais problemas brasileiros e objeto de amplas discussões políticas. Ainda assim, o conceito de pobreza pode ser subjetivo, afinal, o que é a pobreza? O que é ser pobre? Segundo Rocha (2003), pobreza é um fenômeno complexo, que pode ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. O autor define pobreza como “[...] o padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto sócio econômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social onde vive. (ROCHA, 2003, p.10)”.

Já Santos (1978) diferencia o conceito de pobreza e de miséria, colocando como padrão comparativo o poder de aquisição de itens básicos pelos indivíduos, quando define que:

Os pobres são aqueles que têm o poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem. Os miseráveis estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida. (SANTOS, 1978, p.17)

Contudo, Santos (1978) também afirma que não se trata pura e simplesmente de categorizar a pobreza por viés econômico, pois a pobreza não é mensurada de forma quantitativa ou por renda, visto que um indivíduo não é mais ou menos pobre porque consome pouco mais do que o mínimo para sobreviver. Para o autor, a definição de pobreza deve situar o indivíduo na sociedade na qual está inserido, visto que pobreza é acima de tudo uma categoria política.

Quanto se trata da análise social dos espaços urbanos é sempre interessante trazer apontamentos de Harvey (2008). O geógrafo britânico discutiu a pobreza e a desigualdade urbana sob a óptica marxista, enfatizando que tais fenômenos estão vinculados à exploração do capital e ao conflito de classes:

[...] a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. (HARVEY, 2008, p.74)

Além de explicar as desigualdades urbanas e os problemas que delas recorrem a partir de um modelo de produção capitalista, Harvey (2008) apresenta seu conceito de direito à cidade, um direito que, segundo o autor, é um dos direitos fundamentais ao ser humano enquanto ser coletivo:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. (HARVEY, 2008, p.74)

A pobreza e o acesso aos equipamentos urbanos vinculam-se a diferentes questões sociais, uma delas é a vulnerabilidade social, que é definida por Ximenez (2010) como um acentuado processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de grupos sociais, provocado por fatores como pobreza, baixo nível educacional, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano ou cultural. O autor ainda enfatiza que a condição de vulnerabilidade social provoca desvantagens no desempenho e mobilidade social dos indivíduos. As desvantagens estão relacionadas às oportunidades e resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, maximizando problemas de exclusão e marginalidade.

A discussão a respeito dos conceitos de pobreza, direito à cidade e vulnerabilidade social é bastante ampla e foi apresentada de forma superficial. Ainda assim, é importante destacar a definição básica destes conceitos e a forma como estes se interrelacionam.

ÁREA DE ESTUDO

A área objeto de análise corresponde a dois bairros (vilas) do município de Tramandaí: a região conhecida como “Aguai” (oficialmente o bairro se chama Parque dos Presidentes); e a “Portelinha”, uma ocupação formada recentemente junto ao bairro Jardim Atlântico, na região sul do município. Ambas as áreas passaram por processos de regularização fundiária (no caso da Portelinha, ainda não finalizado).

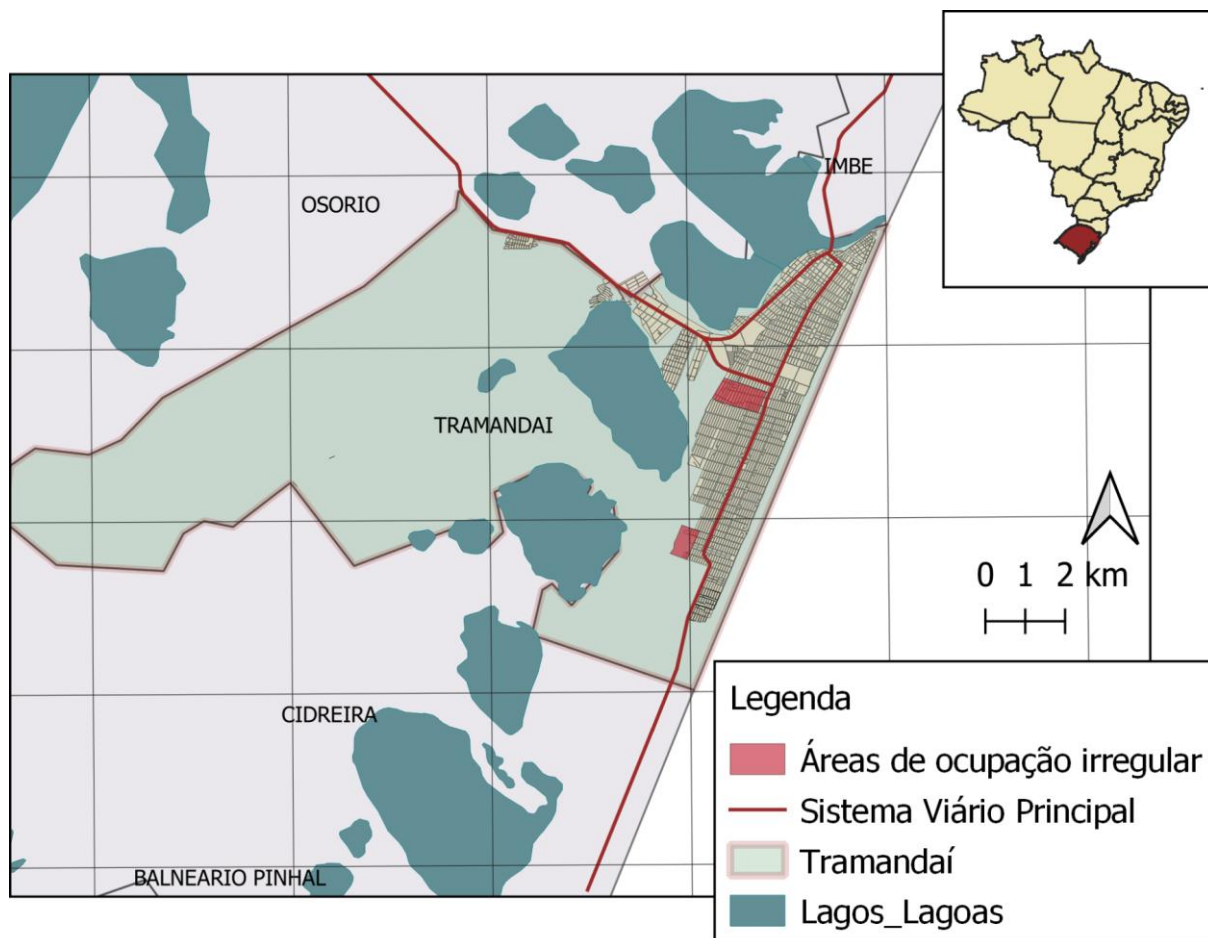


Figura 2: Localização dos bairros estudados no artigo (Autores, 2021).

O “Aguai” é uma área de Tramandaí localizada distante 5 km ao sul do centro da cidade e às margens da Avenida João de Magalhães, uma importante via que interliga as estradas RS-030 e RS-786, sendo a principal via de acesso aos balneários do sul do município, como Nova Tramandaí e Oásis Sul.

Em 2010, a população estimada do local era de 5,6 mil pessoas, na época cerca de 15% da região possuía infraestrutura de energia elétrica. (DIÁRIO GAÚCHO, 2010). Em abril de 2021 foi concluído o processo de regularização fundiária do “Aguai”, data em que 1.200 famílias da localidade obtiveram título de propriedade dos lotes em que residem (TRAMANDAÍ, 2021).



Figura 3: Localização do “Aguai”, atual Parque dos Presidentes (Adaptado de Open Street Maps, 2021).

Diferente de outras regiões do município que possuem baixa densidade demográfica, devido às habitações destinadas ao período de veraneio, o “Aguai” é uma região densamente povoada. Sua ocupação ocorreu de forma predominantemente irregular e desordenada, possuindo origem na década de 1980, quando a localidade ainda ficava nos limites do município de Tramandaí e pertencia em parte ao município de Osório. Fato que auxiliou no descaso do poder público com a expansão das invasões, visto que não era um local pertencente à Tramandaí e ficava distante do centro de Osório (FARION, 2007).

Na época em que se iniciou a ocupação da região, esta se encontrava periférica em relação ao centro urbano do município de Tramandaí. Atualmente a localidade está integrada à malha urbana e cercada pelos bairros São Francisco II ao norte, Aldeia da Lagoa ao sul e Tramandaí Beira Mar ao leste. De certo modo, hoje a região possui centralidade geográfica quando verifica-se que a expansão do município de Tramandaí aconteceu em direção ao sul.

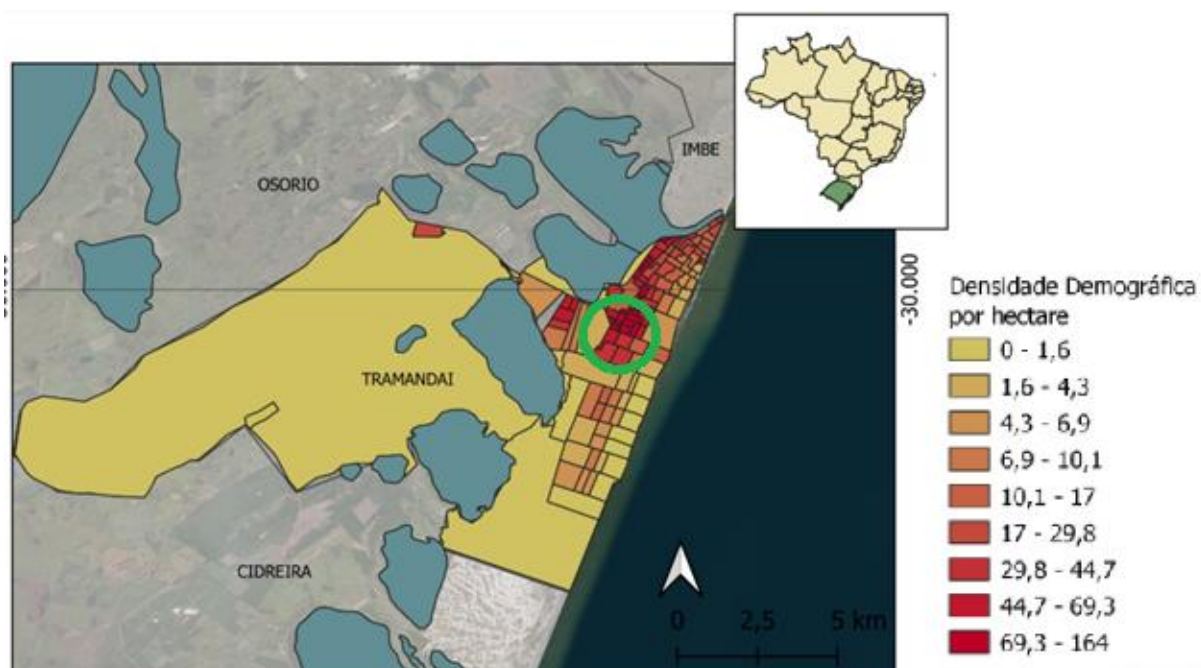


Figura 4: Mapa da densidade demográfica do município de Tramandaí em 2010, com destaque para a região do “Aguai” em verde (Autores, adaptado de IBGE, 2021).

O acesso a localidade do “Aguai” é facilitado pela Avenida João de Magalhães, que mesmo possuindo uma via em cada sentido, possui revestimento asfáltico e é rota de linhas de ônibus municipais que ligam o centro da cidade com os balneários no extremo sul do município. Porém, no interior da localidade as vias são de paralelepípedo em más condições de, com buracos cobertos por calça de obra. Muitas vias sequer foram pavimentadas e atualmente são passagens no solo arenoso. Fato que, aliado à característica da região de alagamentos, dificulta o acesso em épocas de chuvas.

É válido destacar que nas proximidades do “Aguai”, em direção à beira mar, já foram identificadas áreas de expansão desordenada e irregular, conforme aponta a publicação de Phillip (2019).



Figura 5: Vista de uma das ruas internas do “Aguai” (Google Street View, 2011).



Figura 6: Vista de habitações no “Aguil” (PHILLIPP, 2019).

A outra área de estudo é a localidade da Portelinha, que está situada no extremo sul do município de Tramandaí, a oeste do balneário Jardim Atlântico e ao sul do balneário Oásis Sul. Trata-se de uma ocupação irregular recente, vinculada à implantação do parque de energia eólica instalado em 2012. Estima-se que em 2021 a localidade possua cerca de 3 mil habitantes e 1.053 lotes (UFRGS, 2021).



Figura 7: Localização da Portelinha (Adaptado de Open Street Maps, 2021).

A localidade, que fica distante 9 km da região central de Tramandaí, pode ser acessada pela Avenida Interpraias (Estrada RS-786). Da mesma forma que no “Aqual”, a Portelinha possui vias internas com pavimento de paralelepípedo em más condições, além de vielas sem pavimentação.

É interessante verificar como a postura dos agentes municipais é modificada com o passar do tempo. Em 2016, uma reportagem publicada no Jornal Rota do Mar (2016) enfatiza uma postura de repressão dos órgãos públicos frente ao assentamento irregular no local:

Na tarde de quarta-feira dia 02 [Março de 2016], a Brigada Militar de Tramandaí, em apoio à Secretaria Municipal de Obras, da Secretaria Municipal de Segurança, Direitos Humanos e Transporte e CEEE realizou, juntamente com a Polícia Civil, uma operação conjunta visando reprimir a ocupação e posse irregular de áreas urbanas, na localidade conhecida como "Portelinha". [...] foram constatadas diversas áreas ocupadas de forma irregular, desde cercamentos até mesmo construções de casas irregulares. A CEEE também efetuou a interrupção do fornecimento de energia elétrica em ligações clandestinas, o que além de onerar o cidadão de bem, cumpridor de suas obrigações, traz ainda sérios riscos à integridade física dos moradores do local. (JORNAL ROTA DO MAR, 2016).

Já em 2021, os mesmos órgãos municipais compõem uma força tarefa para regularização fundiária na localidade:

[...] o projeto Regularização Fundiária Urbana Portelinha, uma comunidade vulnerável de Tramandaí, situada junto ao bairro Jardim Atlântico. A ação envolve, além da universidade, a FAURGS, a Associação Pró-Portelinha e a prefeitura do município do Litoral Norte e visa regularizar os lotes da comunidade de Portelinha, fornecendo certificados de propriedade aos moradores. O convênio deve beneficiar 3 mil moradores (cerca de mil famílias). (UFRGS, 2021).



Figura 8: Vista Panorâmica da Portelinha (ROCHA, et al, 2021).



Figura 9: Vista de uma das ruas internas da Portelinha (Google Street View, 2011).

ANÁLISE SOCIOESPACIAL

A análise socioespacial foi desenvolvida a partir dos dados geográficos dos equipamentos urbanos disponibilizados pela prefeitura municipal, onde, conhecendo os limites da região de estudo e os pontos georreferenciados dos diferentes equipamentos urbanos, fez-se uso de um sistema de Informações geográficas (SIG) através do software QGIS, para elaborar círculos radiais de alcance para cada um destes equipamentos. A análise das distâncias de abrangência dos equipamentos foi desenvolvida a partir dos parâmetros estabelecidos por Ferrari (1977):

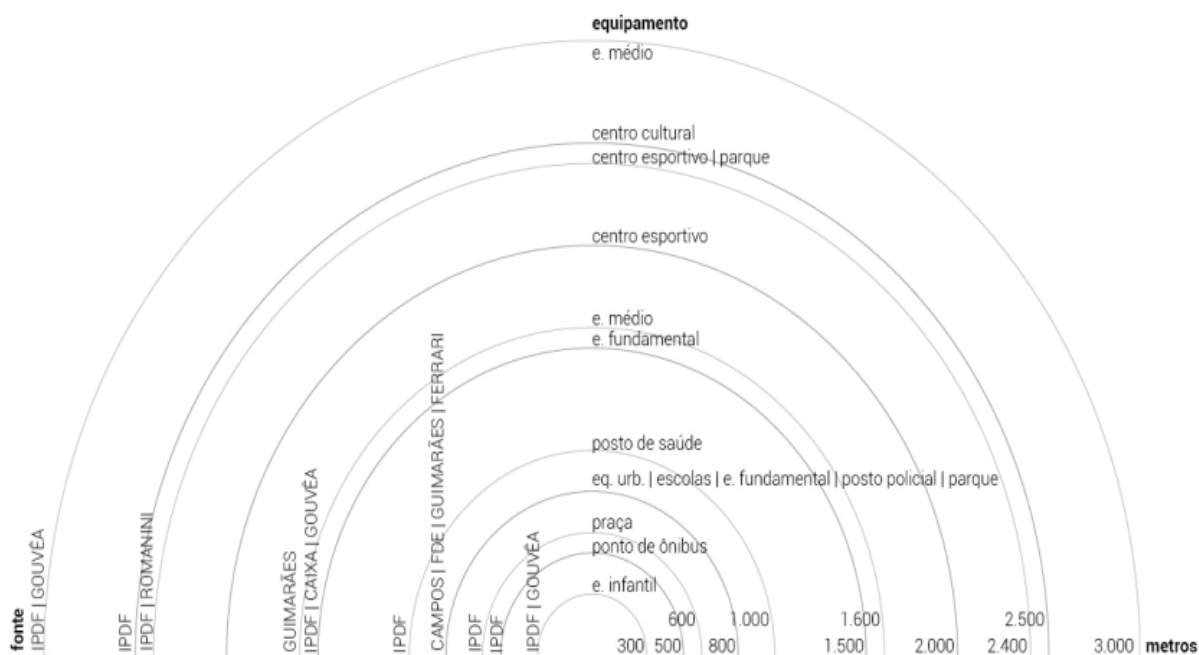


Figura 10: Radiais de abrangência máxima dos equipamentos urbanos (FERRARI, 1977).

Inicialmente foram delimitadas as áreas de análise no sistema de informações geográficas, na sequência foram georreferenciados os equipamentos de esporte e lazer, os equipamentos de educação e os equipamentos de saúde.

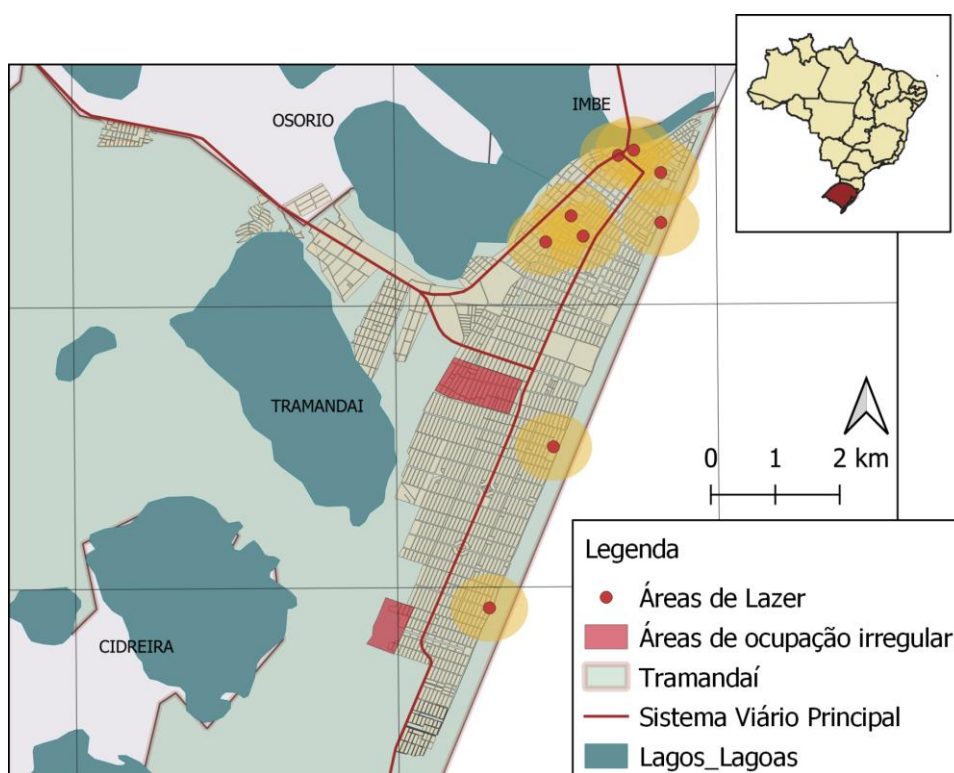


Figura 11: Identificação dos equipamentos de lazer e sua abrangência (Autores, 2021).

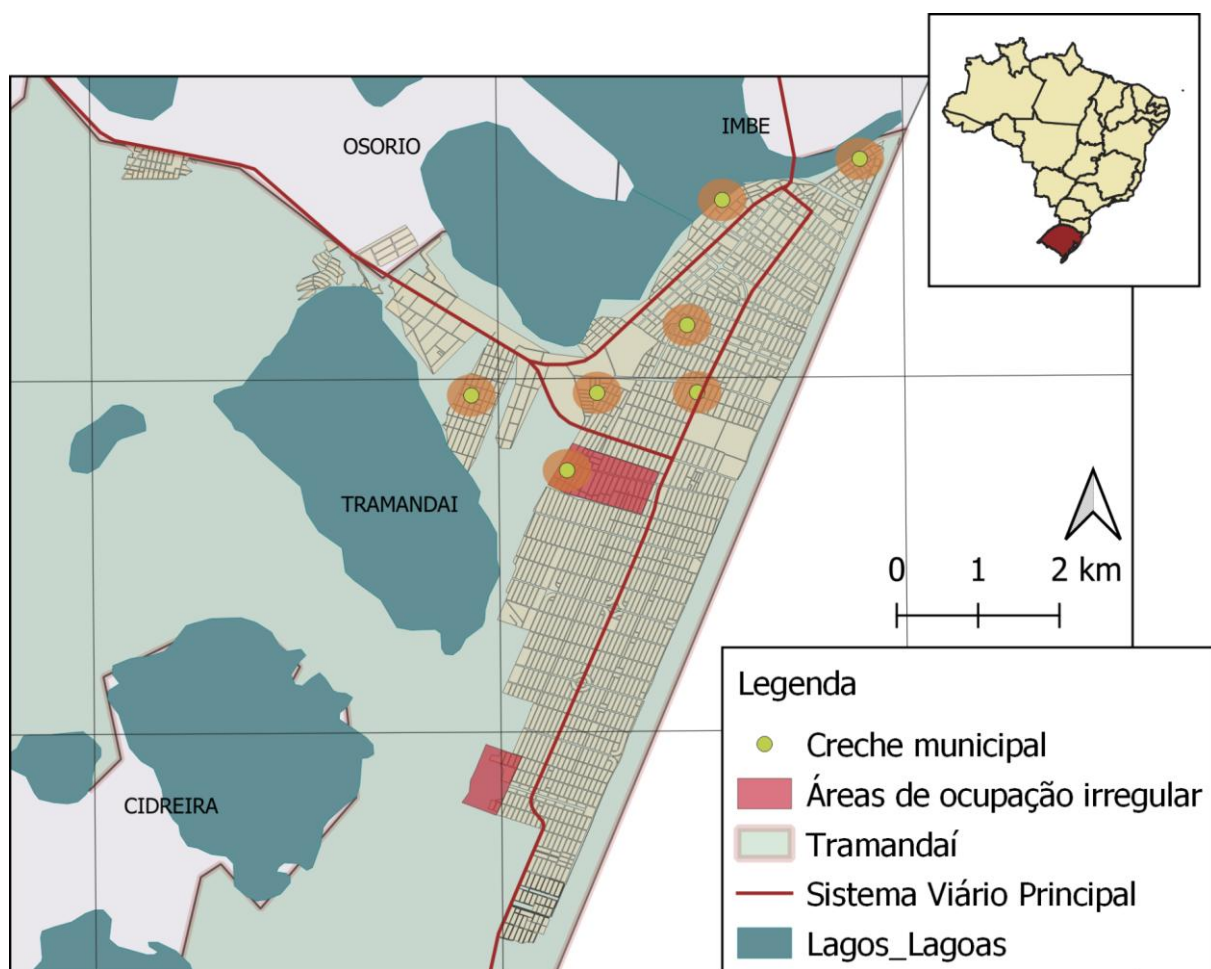


Figura 12: Identificação das creches municipais e sua abrangência (Autores, 2021).

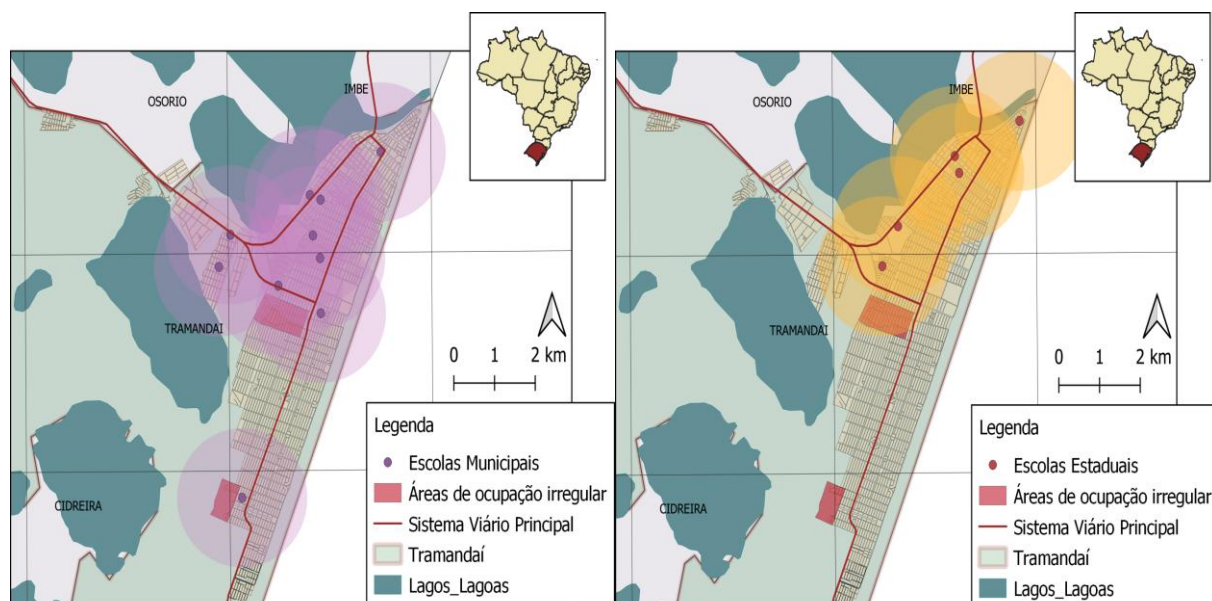


Figura 13: Identificação das escolas municipais e estaduais e sua abrangência (Autores, 2021).

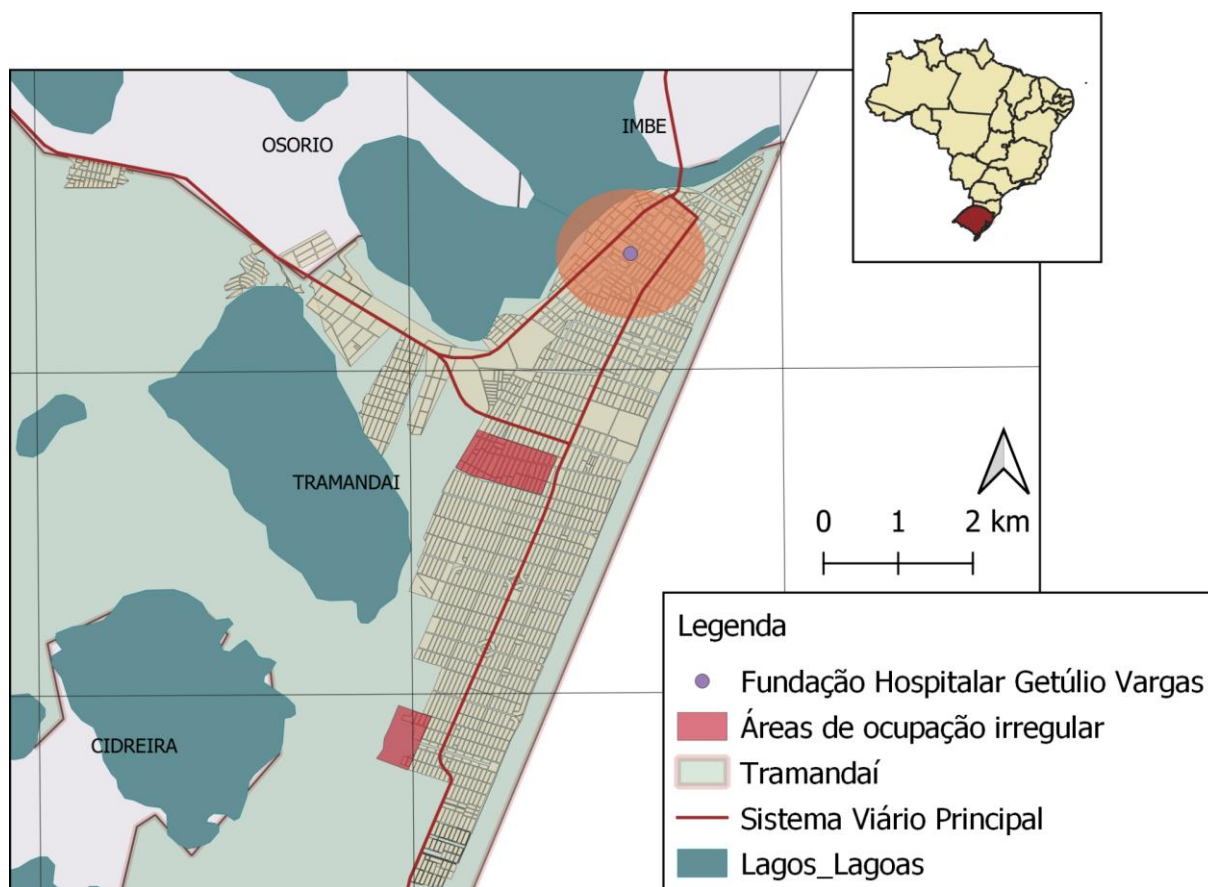


Figura 14: Identificação dos hospitais e sua abrangência (Autores, 2021).

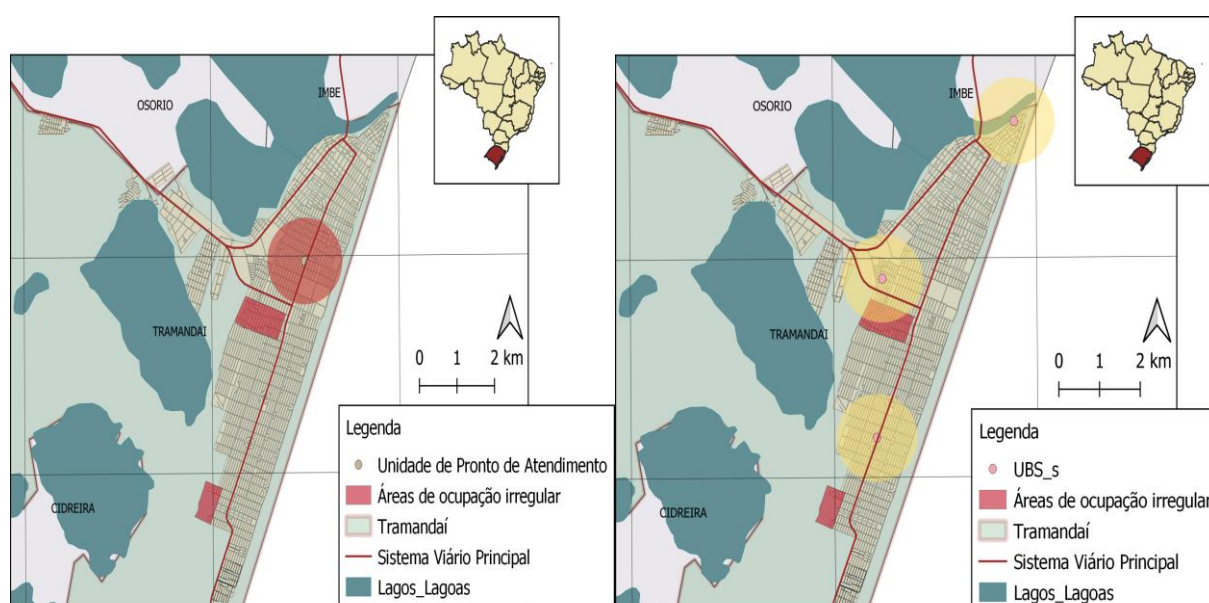


Figura 15: Identificação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e sua abrangência (Autores, 2021).

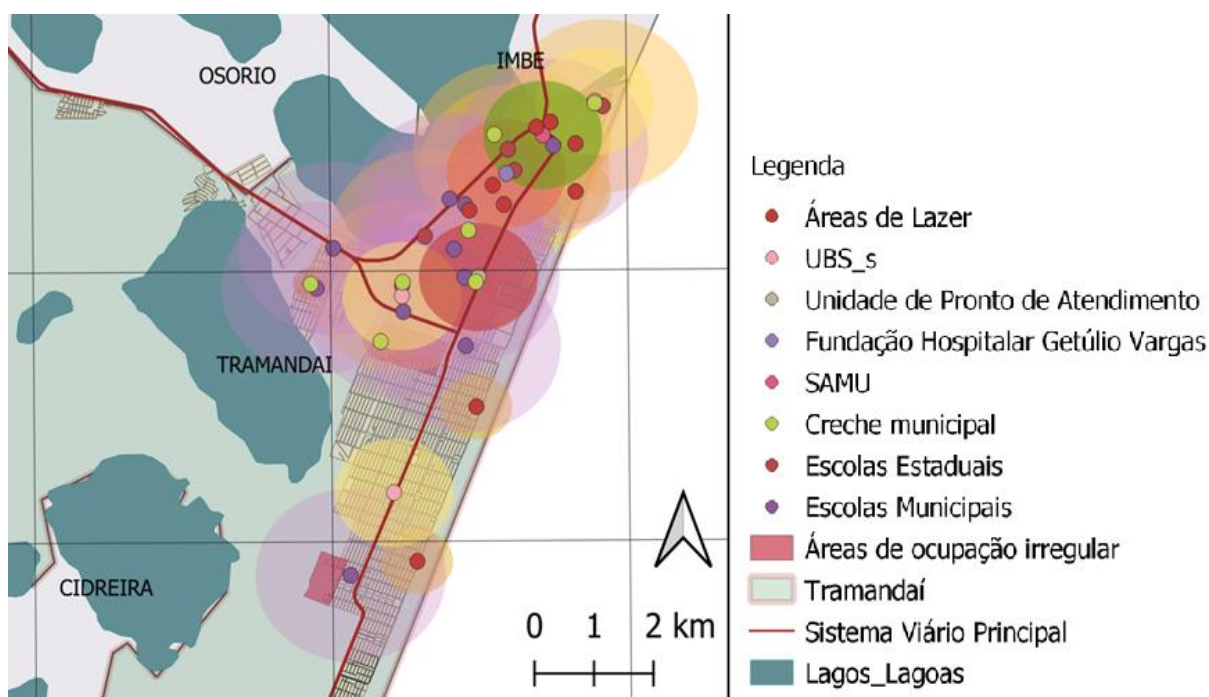


Figura 16: Mapa geral com os equipamentos urbanos e seus respectivos raios de abrangência (Autores, 2021).

Quanto ao acesso a equipamentos de lazer, foi verificado que, tanto o “Aqual” quanto a Portelinha, não possuem áreas de lazer em sua localidade ou proximidade. Via de regra, as praças estão concentradas na região central do município.

Quando se trata dos equipamentos de educação, principalmente o acesso a creches municipais, é notória a diferença entre as áreas de estudo. Enquanto o “Aqual” possui uma creche municipal em sua área, a Portelinha está distante de qualquer creche. Sendo a creche mais próxima da Portelinha a própria creche localizada no “Aqual”, que está a 5,5 km de distância. Em relação às escolas municipais de ensino fundamental, ambas as localidades possuem escolas em sua proximidade e estão contempladas no raio de abrangência destas instituições.

A respeito dos equipamentos de saúde, o município de Tramandaí possui um único hospital localizado próximo à região central. Mesmo que as duas localidades estejam fora do raio de abrangência, ainda assim o “Aqual” fica mais próximo deste equipamento, estando a 3,5 km do hospital quanto a Portelinha está a 8,5 km de distância. Da mesma forma ocorre em relação a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a única unidade do município fica distante 2 km do “Aqual” e 7 km da Portelinha. Quanto às Unidades Básicas de Saúde (UBS) a localidade do “Aqual” também está mais próxima e é contemplada pelo raio de abrangência de uma UBS, enquanto a Portelinha fica distante 3,5 km da UBS mais próxima.

Vale destacar que o fato da região do “Aqual” possui ocupação mais “antiga” faz com que historicamente a gestão pública atende aos anseios da população residente e instale equipamentos urbanos desta região, principalmente escolas de ensino fundamental e Unidades Básicas de Saúde. Neste sentido, o loteamento Portelinha ainda é uma questão “nova” para a gestão pública.

Ainda assim, por mais que a Portelinha esteja em condições de vulnerabilidade social mais desfavoráveis em comparação com o “Aqual”, não muda o fato de ambas as localidades se encontrarem

em condições de acesso viário precário, longe de equipamentos de lazer e sem iluminação pública em muitos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a análise desenvolvida até aqui, verifica-se uma demanda urgente de integração urbana e políticas de planejamento, ordenamento e estruturação das áreas de ocupação irregular no município de Tramandaí. Sendo assim, as ferramentas de geoprocessamento demonstram uma potencial capacidade de auxiliar na análise de políticas públicas e tomada de decisão baseada em informações científicas.

Se faz importante mencionar a importância da discussão a respeito da vulnerabilidade social, não apenas como uma questão de combate a pobreza e marginalização, mas como inclusão econômica de grupos que demandam atenção, oportunidade e dignidade. A regularização fundiária que está ocorrendo em ambos os locais é uma importante etapa para garantir a propriedade aos moradores e garantir que estes possuam ao menos um endereço.

REFERÊNCIAS

FARION, Sonia Rejane Lemos. Crescimento Urbano e as alterações ambientais no município de Tramandaí: análise geográfica com ênfase nas diferenciações espaciais. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11253>

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. Pionera: São Paulo, 1977.

GOUVÊA, L. A. Cidade Vida: curso de desenho ambiental urbano. São Paulo, Nobel. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Perfil Socioeconômico do COREDE Litoral. Porto Alegre: 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134132-20151117102724perfis-regionais-2015-litoral.pdf>

GUIMARÃES, Pedro Paulino. Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização. ProLivros: São Paulo, 2004.

HARVEY, D. **O Direito à Cidade**. New Left Review, n. 53, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, 2021**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct>

JORNAL ROTA DO MAR. Operação da BM - PC - Prefeitura e CEEE na vila Portelinha em Tramandaí. 2016. Disponível em: https://jornalrotadomar.com.br/ci/C_Noticiaver/vernot/4518

MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. Já estão sendo entregues os boletos para pagamento do serviço de georreferenciamento da Regularização Fundiária da Portelinha. 2021. http://tramandai.rs.gov.br/index.php?acao=noticias¬icias_id=13092

PHILLIP, Hugo César. A contribuição da Geografia em questões fundiárias: o caso do conflito no balneário “Tramandaí Beira Mar”. **Monografia** (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/205210>

RAMOS, Alexandre. O crescimento populacional no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional: Território e enfoque convencional. **Revista Gestão Premium**, v. 5, n. 1 2016. Disponível em: < <http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/gestao/article/view/51/45>>

ROCHA, Ronaldo dos Santos da; et al. A engenharia cartográfica da UFRGS na solução dos projetos fundiários urbanos: o caso da Portelinha. **I Seminário Internacional Brasil Portugal, 2021**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231149>

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Ferdinando de M. **Desenho urbano: cabeça, campo e prancheta**. Projeto: São Paulo, 1986.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora USP. 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. UFRGS irá firmar convênio para regularização urbana em comunidade de Tramandaí. 2021. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-ira-firmar-convenio-para-regularizacao-urbana-em-comunidade-de-tramandai>

XIMENES, Daniel de Aquino. Vulnerabilidade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/235-1.pdf>

RECEBIDO EM: 06/11/2023

ACEITO EM: 20/12/2024

MEMES COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA URBANA DE IMBÉ/RS

Isaac Goulart da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Historicamente o ensino de Geografia foi caracterizado por uma proposta mnemônica descritiva do território, seus elementos e quem o ocupa. O movimento por uma reformulação no currículo e didática da Geografia escolar se deu por vertentes que focavam no desenvolvimento docente, formação de professoras/es e uma visão construtivista do educar em sala de aula. Compreender os arredores da cidade e da infraestrutura que é apresentada – ou não – no cotidiano é parte essencial no ser cidadão, reivindicar seus direitos e espaços para que o uso e direito à cidade seja garantido. Com a expansão das tecnologias da informação e comunicação (TICs), o ambiente passou por transformações, sejam estas de maneira forçada sejam estas de maneira natural. Materiais e métodos foram somados e adaptados para que a aproximação com a realidade das e das educandas/os fosse possível, com os memes de internet não foi diferente. Utilizar os memes em sala de aula foi uma alternativa encontrada para realizar uma análise da infraestrutura urbana do município de Imbé, no Rio Grande do Sul. O resultado veio não apenas vinculado ao meme visual, mas também com uma justificativa do porquê daquela obra, e qual leitura a pessoa teve ao criar o meme.

Palavras-chave: Ensino; Memes; Representações; Direito à cidade; Infraestrutura urbana.

INTRODUÇÃO

A chegada da internet, juntamente com a amplitude do acesso via equipamentos móveis facilitou e transformou os meios de comunicação. Embora a comunicação fosse base das relações humanas, a forma que esta se fez e a distância que percorreu assumiu uma postura fluida, ampliando a distância e em diferentes apresentações. Para uma rápida consolidação, as fotos, vídeos e áudios foram se repaginando a partir das novas tecnologias que ascenderam com o passar do tempo, e estas tecnologias, bem como as ferramentas audiovisuais sempre foram pautadas por uma demanda social, cultural, política e educacional: a comunicação.

De forma distinta das demais formas de comunicação, na década de 1970 surgiu o fenômeno denominado *meme* que foi largamente propagado, mesclando diferentes elementos audiovisuais e, até mesmo personagens e fatos do cotidiano. Richard Dawkins (1976), pesquisador da replicação genética nos seres humanos, criou a partir da lógica de que o gene está para a replicação celular, o *meme* está para a replicação cultural. Com o passar do tempo outras pesquisas retrabalharam o *meme*, como Blackmore (2000) que dialoga com a linguagem a partir da psicologia e comportamento.

Historicamente o *meme* teve sua “árvore genealógica” compartilhada com as charges, tradicionais de jornais e revistas com tons humorísticos, por vezes ácidos e críticos. Em cada nova criação, o *meme* ia incorporando algo novo, e com o tempo teve relação direta com a internet. A partir dessa relação, os memes podem ser considerados Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), trazendo diferentes linguagens e transformações com o passar do tempo, como por exemplo o formato GIF - *Graphics Interchange Format*, que são imagens animadas sem som.

Por ser, em primeiro lugar, um recurso linguístico, o *meme* sempre foi muito pesquisado na área da comunicação. Um exemplo vinculado à internet é o trabalho de Lupinacci (2017), que dialoga com o

conceito de *meme* de internet, um formato que possui significado, entretanto este significado tem várias apresentações, sendo somados diferentes informações a partir de cada interlocutor. Já no trabalho de Lohmann (2019), o compartilhamento tem destaque, qual plataforma e forma de multiplicação dos *memes*.

Com o passar do tempo, a educação somou ao seu catálogo de ferramentas o *meme*. Nos mais diferentes componentes curriculares, formas de ensino e faixa etária o *meme* está presente, como por exemplo na Educação de Jovens e Adultos (EJA) por Melo (2019), na formação de professores, conforme Junior et al. (2019) e também no ensino de Língua Portuguesa, por Ferreira et al. (2019).

Aproximando-se à Geografia, ainda há uma baixa quantidade de trabalhos vinculados ao uso dos *memes* em sala. Destacam-se os trabalhos de SILVA (2019, 2022) que dialoga com os *memes* como um reflexo humorístico do cotidiano e dos mesmos como uma ferramenta de análise do entorno. Outra pesquisa na área da Geografia se dá por Bezerra et al. (2021), que também discute uma análise da cidade a partir dos *memes*, a partir de diferentes temáticas, como meio ambiente, violência, entre outros assuntos pertinentes da sala de aula. Além dos trabalhos citados, o trabalho de Lobo e Lizardo (2022), dialoga com a adaptação de *memes* de internet que já são “estourados” e assim incorporar a Geografia nestes, estimulando a criatividade e o pensamento crítico por parte das e dos estudantes.

O presente trabalho tem por justificativa a pequena quantidade de trabalhos vinculados à Geografia e *memes*, como uma proposta a somar no repositório de *geo-memes* da academia. Além disso, como justificativa, a proposta é aproximar de maior forma os *memes* de linguagem para ferramenta didático pedagógica em sala de aula.

Afinal, *meme* tem diferentes roupagens a partir do estudo, porém no caso, foi utilizado o conceito de *meme* elaborado por Silva (2022):

Os *memes* são a síntese e a representação de uma situação ou sentimento por meio dos recursos digitais ou analógicos e, de uma linguagem destinada à compreensão rápida e simples de uma situação mais complexa, transmitida e replicada culturalmente perpetuando desta forma a ideia que é o *meme* ou o que este carrega. (SILVA, 2022, p. 14)

O objetivo principal do trabalho foi utilizar os *memes* como uma ferramenta didático pedagógica, a fim de analisar a infraestrutura do município de Imbé, localizado no estado do Rio Grande do Sul, *memes* estes produzidos pelos estudantes que evidenciavam problemáticas do município, se possível do entorno de suas casas.

O ENSINO DE GEOGRAFIA

A estrutura do currículo de Geografia no Brasil sempre teve um perfil que tentasse representar o mundo, seja ele em uma escala próxima da escola, seja ele distante mais de 1000 quilômetros da sala de aula.

A partir do século XX, diversos autores pensaram na importância primordial da Geografia como uma janela para o mundo, porém que permitisse o conhecimento do estudante do seu entorno, seu cotidiano natural, econômico, social, etc. (GIROTTI, 2020). Trabalhar com diferentes formas de análise do dia a dia permite um alcance maior do conteúdo por parte do professor, pois aborda diferentes estudantes que podem ter formas de aprendizado diferenciados, como o visual, o sistemático, o ouvinte,

entre outros, cada um com uma câmera (MOREIRA, 2008), ou como afirma SILVA (2022), diferentes lentes para enxergar o mundo a partir da sala de aula.

Este período de transformação na Geografia, principalmente no Brasil, que se distanciou de um caráter mais tradicional, mnemônico, de frases e nomes decorados, e se aproximou a novas formas e práticas didáticas, atividades dinâmicas e criativas ficou conhecido como Geografia Crítica. Vesentini (2004) traz observações sobre o período marcado por estas transições: “Uma coisa é certa: o ensino tradicional da geografia – mnemônico e descritivo, alicerçado no esquema “a Terra e o homem” – não tem lugar na escola do século XXI.”

Este período transicional fez com que muitos professores e professoras ousassem tentar, e de tal forma incorporaram novas literaturas, filmes, músicas, histórias em quadrinhos, entre tantas outras formas do audiovisual. Além de realizarem o uso de novas formas de ensino de Geografia, muitos docentes produziram conteúdos e publicações a respeito de suas experiências e práticas, e o período da Geografia Crítica ficou marcado por um aumento considerável de produções relativas a propostas alternativas. Junto deste levante de publicações, houve também uma reformulação curricular dos cursos de Geografia, em especial, a licenciatura, com o aumento da carga horária referente às práticas de ensino, bem como dos estágios supervisionados (CAVALCANTI, 2012).

O ensino de Geografia muda, e além dele os professores se transformam, um perfil diferenciado, o que Vesentini (2004) denomina por “professor construtivista”, que aprende enquanto ensina, agregando além da nova ferramenta, o conhecimento prévio da turma, a individualidade de cada um e cada uma em sala de aula. Cavalcanti (2012) trabalha as alterações e “incentivos” nas mudanças das bases curriculares legais como “ideias motrizes”, pontos em comum do que era trazido como comum para as várias áreas escolares.

Inicialmente a construção por parte do estudante vem como frente da discussão. Debates, rodas de conversas, júris simulados, alternativas de aproximar a pesquisa ao eixo discente, enfatizando e estimulando a pesquisa e investigação em sala de aula. Lembrando que toda provocação, mesmo que adaptada de uma demanda do estudante, deve partir do professor, essencial no acompanhamento e diálogo com a turma.

Em sequência, a “Geografia do aluno” (CAVALCANTI, 2016) é outra ideia base a ser notada e trabalhada em sala. O estudante não se encontra em sala como uma tábula rasa, e sim como um indivíduo que possui experiências e vivências que podem vir a serem agregadas na sala de aula, realizando um choque cultural do conteúdo teórico e prático.

Tudo que é realizado em sala, tem de perpassar por conceitos chave da Geografia. A paisagem, a escala, o ambiente não são de forma alguma excluídos do currículo, porém a cada ato, o professor tem o dever de compreender o modo que sua turma compreende, realizando sempre um retrabalho de revisão e reestruturação de conteúdo. Conforme explica Castellar (2005), a roupagem que o professor escolhe para trocar o conhecimento com o aluno é peça chave para uma concepção adequada do conteúdo. Trabalhar com localização pode ser de forma mínima explicada como o local que se está, entretanto, apresentar o tema com um enredo que aflore a curiosidade, a partir de uma história ou narrativa, até chegar no ponto desejado já faz com que se tenha uma incorporação de mais elementos necessários para uma totalidade no aprendizado básico da Geografia.

Por vezes, o ensino de Geografia se apresenta pela demanda regional ou cognitiva no ambiente, como a demanda por materiais voltados à cartografia tátil e/ou inclusiva, para crianças e jovens com

alguma deficiência. Outro caso é a adaptação da cultura popular tradicional dos povos, como por exemplo a explicação da formação de estruturas a partir da história do povo Yorubá.

Como Silva (2022) traz, o uso de artes, músicas, filmes e outras mídias aproxima um material mais familiar do estudante, e amplia as alternativas de ferramentas a serem utilizadas. Os eventos próximos do entorno são chave para trabalhar, pois, por vezes o aluno ou a família pode ser personagem dos acontecimentos. A imigração, movimentos populacionais, eventos diversos podem ter impacto grande e possuir perfil necessário para uma melhor leitura da realidade situada neste nó do cotidiano.

E a partir de Castellar (2005 apud Silva, 2022, p. 21): Toda ação que parte da professora e do professor deve ser dialogada e ter estrutura pedagógica que parte de objetivos representativos ao grupo de estudantes e assim fazer com que o aluno compreenda seu papel na sociedade: o de cidadão.

O DIREITO À CIDADE E O QUE DELA PERTENCE

Uma cidade, por conceito, se estrutura por pessoas e objetos, elementos físicos e relações sociais que são construídas e reconstruídas dia a dia. A dinâmica social e evidentemente urbana dá-se em torno destas pessoas e objetos, construindo e reconstruindo a cidade (SILVA, 2022).

A paisagem urbana é composta, segundo Cavalcanti (2016), se mistura e se compõe pelos recursos e elementos urbanos, estes que são complementares e permitem ou bloqueiam o que conceitua Harvey (2012): o direito à cidade.

é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 2).

Para compreender melhor o espaço vivido da cidade, sua dinâmica, parte de conceitos e concepções que chegam até a sala de aula por diferentes vetores. O comércio, as áreas de lazer, as famílias que frequentam, a moradia, elementos presentes ou ausentes em cada local fazem com que a análise seja fluida, e além destes citados, outros dados são importantes para ler de forma melhor a cidade, entre eles,

condições de acesso, iluminação, manutenção de estruturas, são pontos na escala da cidade que podem ser pensados ao se tratar do uso e ocupação do espaço, e existem ferramentas possíveis que permitem uma análise crítica e social do ambiente urbano em relação às suas infraestruturas.

Partindo do conceito literal, infraestrutura, a partir do dicionário Houaiss (2022) é “suporte, suporte indispensável para edificação, manutenção ou funcionamento de uma estrutura [...]”. Já a definição de urbana, pela mesma fonte significa “dotado de urbanidade, que pertence a cidade”, ou ainda, “que se encontra dentro dos limites de um perímetro urbano”. Portanto, a infraestrutura urbana é “suporte que se localiza dentro dos limites de um perímetro urbano, necessário para que haja o funcionamento e/ou manutenção de uma estrutura” (SILVA, 2022). Nóbrega (et al, 2013) traz outra conceituação de infraestrutura urbana, incorporando a população diretamente à dinâmica urbana: conjunto de equipamentos, e não obstante, é um sistema destes que deve ter um planejamento a longo

prazo, haja vista que deve ser previsto uma utilização visando o aumento populacional que virá a utilizar o equipamento.

Os equipamentos sociais, vinculados à infraestrutura urbana são peça chave para um planejamento, bem como análise da dinâmica da cidade. Além da questão “quantos?”, deve ser questionado também o “quem” do uso e produção do espaço, quais as características da comunidade, população negra, indígena, mulheres, homens, crianças, idosos, como se caracteriza o grupo que produz e utiliza da cidade e sua infraestrutura.

REPRESENTAÇÕES DENTRO E FORA DE SALA

A partir de Hall (2016, p. 31, apud SILVA, 2022): “Representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas”. Em sala de aula, uma representação pode ser apresentada de várias formas: vídeos, imagens, poemas, quadrinhos, e memes. A representação estimula de formas diferentes o método de aprendizado das turmas, e dentro destas turmas, os diferentes alunos e alunas que as compõem.

A significação do ensino, em especial o de Geografia, a partir das representações conforme diz Kozel (2013) constitui, passando pelo aluno, um trabalho participativo, sendo este mesmo aluno o agente da representação, bem como um possível personagem da obra a ser trabalhada em sala de aula. Trabalhar com a construção a partir do discente permite com que o mesmo, embora não consiga projetar uma visão de mundo tão ampliada, tem a chance de formular, como afirma Kozel (2006), formular hipóteses, analisar o objeto que pesquisa e chegar, se possível, em suas próprias conclusões.

Um arcabouço ferramental, mesmo que não digital, permite uma ampliação da lente de pesquisa de diversas formas, um exemplo é a obra de Simielli (1996), “Meus primeiros mapas”, que apresenta representações e práticas comuns à cartografia escolar, porém são atrativas ao estudante que por vezes limita-se em sala de aula ao livro didático ou outro material tradicional no ensino.

OS MEMES

Com seu trabalho denominado “O gene egoísta”, Richard Dawkins (1976) cunhou o conceito *meme* sem o propósito tecnológico, mas sim vinculando o conceito à replicação cultural, sejam dos gestos, dos hábitos, das práticas cotidianas dos seres humanos. A raiz etimológica da palavra *meme* vem de *mimeme*, termo grego utilizado para designar uma imitação, portanto, é uma unidade de transmissão cultural que vai de indivíduo para indivíduo por meio da imitação (SILVA, 2022).

Com o passar do tempo, emergiu um movimento de estudo dos *memes*, a denominada “memética”, área de estudos dos *memes*, seja através da psicologia, comunicação, educação etc. Uma autora que se destacou com a pesquisa foi Blackmore (2000), que retrabalhou o *meme*, lidando com o estilo ou qualquer coisa decorrente da imitação. Conforme afirma Blackmore (2000):

Quando você imita alguma outra pessoa, algo é passado adiante. Este “algo” pode então ser passado adiante novamente, e de novo, e assim ganhar vida própria. Podemos chamar esta coisa uma ideia, uma instrução, um comportamento, uma informação... mas se nós vamos estudá-la precisamos dar a ela um nome. Felizmente, há um nome. É o “meme” (BLACKMORE, 2000, p. 04 apud MATOS, 2019, p 26).

Com a chegada da internet e as primeiras redes sociais digitais, os *memes* foram se aproximando como representações do cotidiano com caráter humorístico, e aos poucos se adaptando por meio do

compartilhamento de diferentes acontecimentos do mundo (Figura 1). Como traz Silva (2022): “Tais instrumentos podem, sim, estar relacionados com a realidade, já que para serem produzidos e então socializados precisam de uma inspiração e finalidade, mesmo que apenas um propósito voltado ao humor.”.

Com a expansão do acesso à tecnologia e internet, as crianças e adolescentes possuem contato mais direto com ferramentas digitais como os *memes*, por exemplo. O compartilhamento e confecção de elementos como *memes* são de facilidade maior para jovens, denominados por Prensky (2001), “nativos digitais”.



Figura 1: Exemplo de meme que traz um contexto social: a pandemia e relaciona com outro elemento cultural para ter um tom humorístico. Fonte: AnchisesLandia

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município escolhido para a aplicação se deu pela proximidade do pesquisador, bem como o interesse de análise a partir da formação e dinâmica individual que possui Imbé. Localizado na zona costeira do estado do Rio Grande do Sul, o município de Imbé (Figura 2) é característico por sua praia, com o aumento populacional durante o período de verão, assim como outras cidades do Litoral Norte Gaúcho. A partir da apresentação de Claussen (2013), Imbé teve formação urbana inicial a partir de 1900, com os chamados hotéis e pousadas de fins terapêuticos, sem demais moradias até então. Com o decorrer do tempo a infraestrutura foi se modificando e somado às mudanças de acesso, como a construção da BR-290, que liga Porto Alegre ao Litoral Norte, um público maior se aproximou do município, e com este movimento chegaram ao território imbeense as chamadas moradias de segunda residência, oriundas das casas de veraneio das famílias que não eram moradoras da cidade. A partir de 1988, pós emancipação, Imbé já estava consolidada e iniciou um processo de crescimento da população, e algumas das moradias de segunda residência tornaram-se residências fixas a partir da migração e/ou venda dos imóveis.

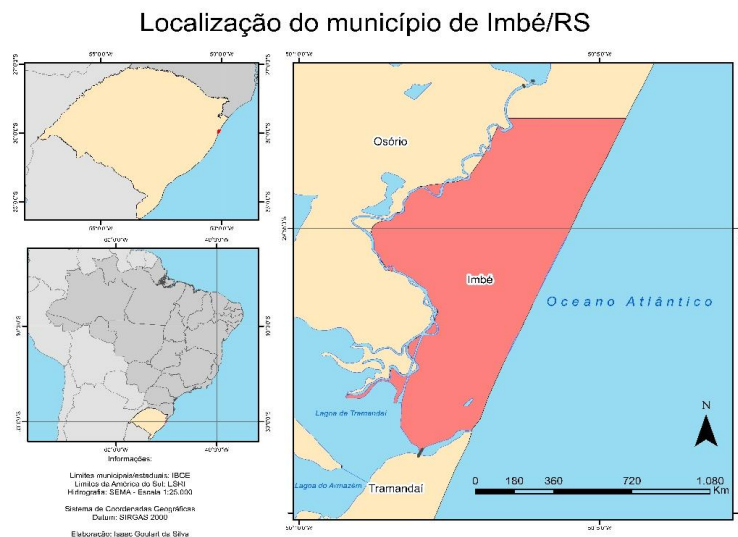


Figura 2: Mapa de localização do município de Imbé. Elaborado

Relacionando o ensino de Geografia, direito a cidade e infraestrutura, as representações e os *memes*, pensou-se em uma proposta metodológica que analisasse com estudantes do 2º ano do ensino médio a infraestrutura presente no município de Imbé/RS. A proposta planejada seria de quatro encontros, cada um com um objetivo individual e complementar ao anterior. A metodologia foi aplicada com as e os estudantes da turma 207, segundo ano do ensino médio, turno da noite, da Escola Estadual de Ensino Médio 9 de Maio, localizada no centro de Imbé, RS.

Conforme foram ocorrendo os encontros, houve reformulações no planejamento e a estrutura ficou a seguinte:

- I. Um debate expositivo sobre o conceito de infraestrutura urbana, exemplificando com elementos do município, e uma pesquisa direta com a turma sobre a visão da classe sobre os problemas e/ou potencialidades de Imbé.
- II. Utilizando do debate anterior, com outras explicações de revisão do conteúdo, foi proposto aos estudantes que elaborassem, a partir dos locais apresentados na aula anterior, ou outro espaço que fosse enfatizado ou reincorporado sua individualidade por meio do humor, em formato de *meme*.
- III. Por fim, foram digitalizados os *memes* elaborados e situados em um mapa colaborativo na plataforma *My maps*, e realizou-se uma análise das situações a partir de sua distribuição no município.

RESULTADOS

Os *memes* da turma

Nos memes produzidos pela turma, foi solicitado que além do desenho fosse produzido também um texto explicativo, para que o estudante compartilhasse as motivações a cerca da área escolhida para “memetizar”



Figura 3: Meme referente ao bairro Nova Nordeste, com ênfase a falta de pavimentação e o descarte de lixo.

Estudante 1: os buracos de Nova Nordeste (Figura 3).



Figura 4: Com uma crítica ao abandono animal, o estudante trouxe a problemática voltada a falta de equipamentos que recuperam e cuidam de animais de rua.

Estudante 2: o abandono animal no bairro Courhasa (Figura 4).

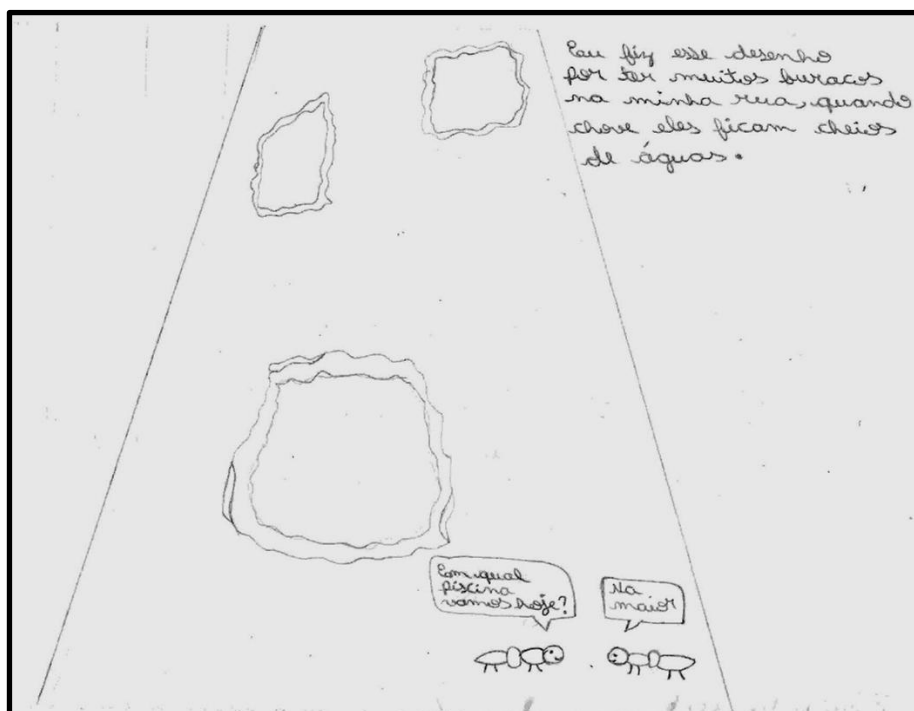


Figura 5: Destaque à falta de drenagem por parte da estudante, que trouxe um diálogo de um casal de formigas.

Estudante 3: os buracos “piscinas” das ruas de Mariluz (Figura 5).



Figura 6: Com vários detalhes do seu bairro, a estudante apresentou as dificuldades que a irregularidade nas ruas causa.

Estudante 4: As ruas irregulares de Presidente.

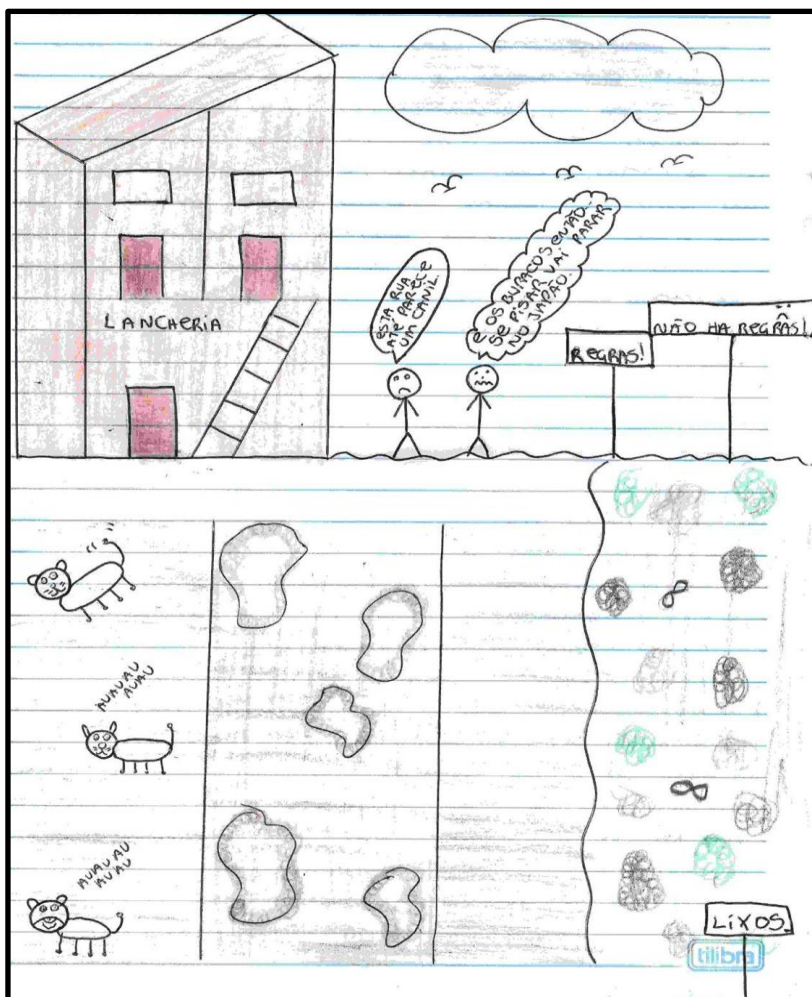


Figura 7: Trazendo o entorno de sua casa, é apresentado por parte da estudante um conjunto de elementos e problemáticas que o bairro Riviera apresenta: buracos, abandono animal, e descarte irregular de lixo.

Estudante 5: o entorno de Riviera (Figura 7):

Entre os problemas trazidos pela turma podem ser sintetizados em quatro:

1. Pavimentação/buracos;
2. Drenagem pluvial;
3. Abandono de animais;
4. Descarte irregular de resíduos sólidos.

Analisando as produções, o rigor do detalhamento em muitas delas apresenta o conhecimento e percepção das e dos estudantes ao entorno dos locais apresentados. As críticas trazidas dialogam muito

com a realidade do município, e de forma indireta, perceberam que o *meme* pode servir como instrumento de crítica e reivindicação, ou ao menos apresentação da problemática local.

O mapa

Em formato colaborativo, foi elaborado um mapa o qual fosse possível visualizar a problemática apresentada nos *memes*, e observar a localização de cada um no município (Figura 8). O mapa foi elaborado na plataforma virtual Google My Maps.

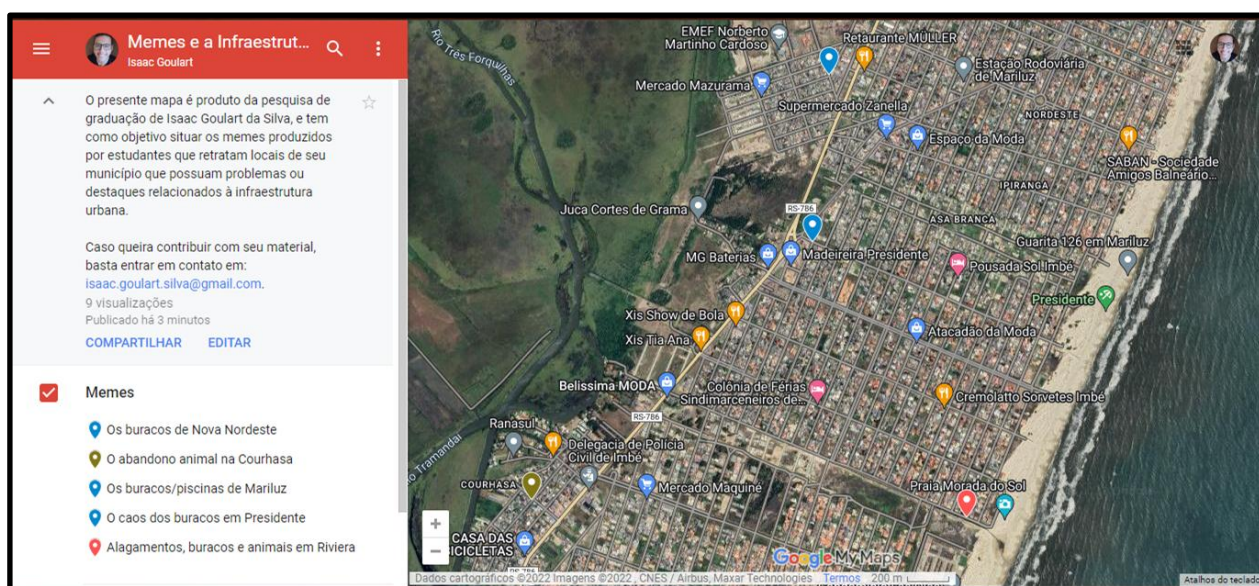


Figura 8: Layout inicial do mapa na plataforma.

Clicando em um dos pontos do mapa, ou seja, em algum dos *memes*, é possível verificar o *meme* com a descrição de cada um (Figura 9).

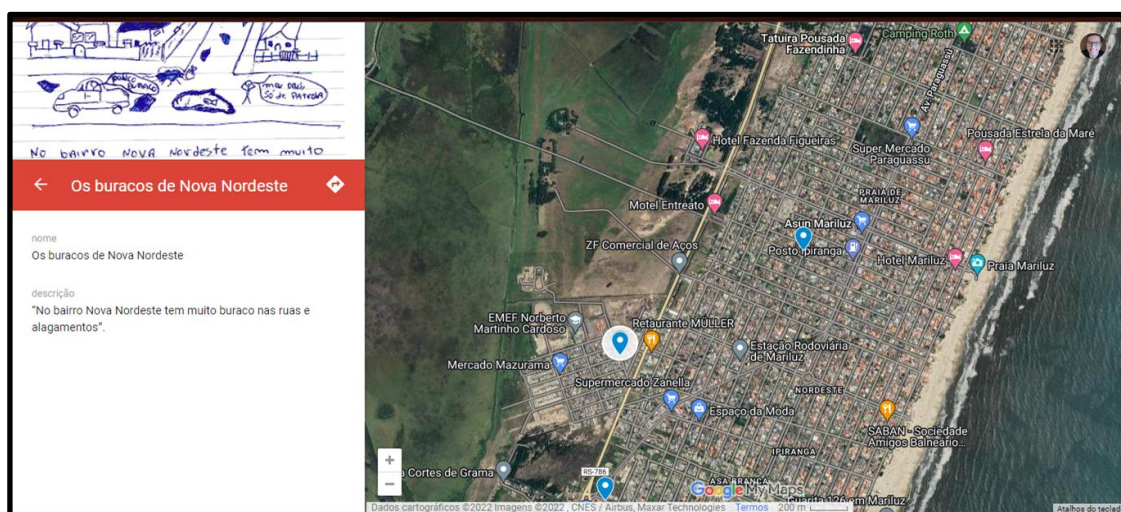


Figura 9: Layout do detalhe no mapa.

Para acessar o mapa, basta acessar o seguinte link: <https://tinyurl.com/mapadosmemes>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho perpassa por diferentes paradas da estrutura municipal por meio de conceitos não apenas limitados à Geografia, como o próprio *meme* por exemplo, porém consegue adaptar e incluir a linguagem na sala de aula, e é possível de afirmar que os *memes* podem sim serem utilizados como uma ferramenta de análise da infraestrutura dos municípios, neste caso de Imbé.

A crítica presente nas obras feitas pelas e pelos estudantes apresenta uma diferente leitura do mundo por parte deste, e com o caráter humorístico dos *memes* indica a capacidade de adaptação de diferentes linguagens por parte da turma, e talvez até mesmo da geração nativa digital.

Que além de um objeto digital social, o *meme* sirva de ferramenta didático pedagógica nas salas de aula, e que mais e mais professores e professoras saibam das possibilidades que os *memes* permitem na realização de uma atividade, aula ou até mesmo projeto de pesquisa, a partir dos limites que o conteúdo e a realidade admitem.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Marisa et al. Entre o mundo real e virtual: **A produção de memes como proposta metodológica para o ensino de Geografia. Metodologias e Aprendizado**, v. 4, p. 282-289, 2020.

BLACKMORE, Susan. **The Meme Machine**. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 2000.

CAMILO, Maria De Fátima et al. Gêneros digitais emergentes: uma proposta de análise do gênero viral meme. **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60641>. Acesso em: 26 set. 2022.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Cadernos Cedes**, [S.L.], v. 25, n. 66, p. 209-225, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-32622005000200005>.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas: Papirus, v. 3, p. 190, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus Editora, p. 280, 2012.

CLAUSSEN, Miriam Raquel Silva. O processo de urbanização do município de Imbé, RS: dinâmicas socioespacial e socioambiental. 2013. 111 f. **TCC (Graduação)** - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70648>. Acesso em: 26 set. 2022. 45 CoLAB/UFF. Museu de Memes. Disponível em: <https://museudememes.com.br/>. Acesso em: 26 set. 2022.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. Reino Unido: Oxford University Press, 1976. 224 p.

FERREIRA, Helena Maria; VILLARTA-NEDER, Marco Antônio; COE, Geanne dos Santos Cabral. Memes em sala de aula: possibilidades para a leitura das múltiplas semioses. **Revista Periferia**, v. 11, n. 1, p. 114-139, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/36936>. Acesso em: 22 set. 2022.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. **Tradições da Geografia Escolar: mnemônica**. Mnemônica. 2022. Disponível em: <https://eaulas.usp.br/portal/video?idItem=11843>. Acesso em: 22 set. 2022.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016. 260 p. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

HARVEY, David. **O direito à cidade. Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18497>. Acesso em: 26 set. 2022.

HOUAISS. Urbana. In: **Grande Dicionário Houaiss**. UOL, 2022.

HOUAISS. Infraestrutura. In: **Grande Dicionário Houaiss**. UOL, 2022.

JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto; POCAHY, Fernando; DE CARVALHO, Felipe da Silva Ponte. Ensinar-aprender com os memes: quando as estratégias de subversão e resistência viralizam na internet. **Revista Periferia**, v. 11, n. 2, p. 17-38, 2019. 46 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/36180>. Acesso em: 22 set. 2022.

KOZEL, Salete. Geografia, representação e ensino: um olhar sobre a dimensão conceitual. In: I COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÃO., 1., 2006, Curitiba. **Anais [...]. Curitiba: NEER Geografia/UFRP**, 2007. v. 1, n.p. Disponível em: <https://www.neer.com.br/anais/NEER-1/mesas/saletekozel.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

KOZEL, Salete. Comunicando e representando: mapas como construções socioculturais / Communicating and representing: maps as socio-cultural constructions. *Geograficidade*, v. 3, n. Especial, p. 58-70, 19 set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12874>. Acesso em: 26 set. 2022.

LIMA-NETO, Vicente de; OLIVEIRA, Erika Guimarães de. MEMES NO FACEBOOK: letramento crítico na escola pública a partir do humor. **Revista Periferia**, v. 11, Rio de Janeiro, n. 1, p. 33-53, jan. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/36445>. Acesso em: 26 set. 2022.

LOHMANN, Renata. Manda memes: dinâmicas e trajetos de imagens. 2019. 144 f. **Tese (Doutorado)** - Curso de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/194866>. Acesso em: 26 set. 2022.

LUPINACCI, Ludmila. Até o Travolta ficou confuso: sobre a imprecisão conceitual dos “memes de internet” (e o que GIFs têm a ver com isso). **Culturas Midiáticas**, v. 10, n. 1, 2017.

MATOS, Manoel Rodrigues de Abreu. O gênero textual meme: práticas de leitura e produção textual para atribuição de sentido às múltiplas semioses. 2019. 151 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Letras, Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2019.

MELO, Daniele Santana de. Memes e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista Periferia**, v. 11, Rio de Janeiro, n. 2, p. 268-290, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/36856>. Acesso em: 22 set. 2022.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2008.

NÓBREGA, F. A. R.; VIEIRA FILHO, D. S.; DA SILVA, F. B.; VERAS, R. L. O. de M. Infraestrutura Urbana: infraestrutura e o crescimento populacional no Brasil. **Caderno de Graduação - Ciências Exatas e Tecnológicas - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 19–25, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernoexatas/article/view/304>. Acesso em: 26 set. 2022.

PRENSKY, M. **Digital Native, digital immigrants. Digital Native immigrants. On the horizon**, MCB University Press, Vol. 9, N.5, October, 2001. Disponível em: . Acesso em: 21 set. 2022.

SILVA, Isaac Goulart da. A UTILIZAÇÃO DO MEME NO COTIDIANO E A SUA APLICAÇÃO EM SALA DE AULA. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 2664-2673, 2019.

SILVA, Isaac Goulart da. **Da arte do meme ao mapa: uma análise da infraestrutura do município de Imbé/RS a partir da sala de aula**. 2022. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Campus Litoral Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tramandaí.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Primeiros mapas: como entender e construir**. São Paulo: Ática, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação B.. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988. 80 p. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao___maria_encarnacao_beltrao_sposito__pdf_rev.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

VESENTINI, José William. **Ensino de Geografia No Século XXI**. Papirus Editora, 2004.

PRODUÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAR¹

João Pedro Ferreira Foletto

Jornalista e licenciando em Geografia na UFSM

jpfoletto30@gmail.com

Maria Medianeira dos Santos

Doutora em Geografia (UFRGS), professora da rede municipal de Santa Maria, RS

maria.medianeira@prof.santamaria.rs.gov.br

Cleder Fontana

Doutor em Geografia (UFRGS), professor da área de Geografia Humana da UFSM

cleder.fontana@ufsm.br

Resumo: O presente trabalho é resultado de um projeto de ensino, que visa integrar a formação de professores com atuação docente na educação básica, a partir da produção de materiais pedagógicos sobre educação ambiental e alimentar. O objetivo é de trabalhar as interações da sociedade com a natureza e, em especial, com a alimentação, contemplando desde os modos como a sociedade se apropria de recursos naturais para a alimentação, até os circuitos de produção, de distribuição e de consumo de alimentos na atual sociedade globalizada, que, cada vez mais, altera e torna industrializados os regimes alimentares locais, de que deriva a questão ambiental. A partir da produção e da prática com o material pedagógico em sala de aula, percebeu-se que a combinação entre aula expositiva dialogada no formato *online* e *podcast* contribui na formação de licenciandos(as) em Geografia, bem como de estudantes de ensino fundamental, incentivando a produção de conhecimentos, voltados à relação entre ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Geografia dos alimentos; Educação ambiental e alimentar; Fome; Agroecologia.

INTRODUÇÃO

Ao pensar na formação de um educando crítico, reflexivo e atuante, é necessário considerar como e quais ferramentas metodológicas os educadores vêm utilizando para atingir este fim. Os materiais dos livros didáticos, por serem direcionados a todas as escolas do Brasil, são demasiadamente genéricos. Por isso, em muitos casos, não levam em conta as realidades locais ou não partem dos exemplos vividos por quem está estudando, o que dificulta a formação de cidadãos emancipados e ativos.

Em vista disso, cabe ao docente recorrer a diversas fontes e a estratégias para sanar estas lacunas, o que exige produzir materiais próprios — logo, o ato de ensinar é, também, um ato de pesquisa, pois a interação dialógica entre saberes se reflete diretamente no desenvolvimento de práticas pedagógicas autônomas e libertadoras.

Levando em consideração o contexto histórico recente, as atividades, das quais o presente texto é resultado, desenvolveram-se no período da crise sanitária, advinda da extensão da Covid-19.

¹ Esse trabalho contou com o apoio do Programa de Licenciaturas da Universidade Federal de Santa Maria (PROLICEN-UFSM).

Segundo o Censo Escolar 2020², mais de 98% das escolas do Brasil adotou estratégias de ensino não presencial. Esse cenário acarretou mudanças radicais, referentes ao formato da relação entre ensino e aprendizagem, pois as aulas, originalmente presenciais, passaram a ser desenvolvidas de maneira remota.

Tendo isto em vista, o objetivo geral deste artigo é de, a partir de atividades desenvolvidas no ensino fundamental, problematizar a conexão entre sociedade e natureza, partindo da relação que a sociedade estabelece com os alimentos. Com isso, procuramos refletir sobre o que denominamos de educação ambiental e alimentar, sendo esta uma forma de contribuir para uma compreensão crítica destes temas, seja no universo escolar, seja no acadêmico.

Para alcançar este propósito, busca-se atender aos seguintes objetivos específicos: i) produzir materiais pedagógicos, direcionados ao ensino fundamental, sobre o tema da educação ambiental e alimentar; ii) instigar o olhar crítico dos estudantes sobre as consequências da alimentação; e iii) analisar os resultados alcançados, para que seja possível chegar a determinadas conclusões.

A opção por trabalhar a temática da educação ambiental e alimentar reside no fato desta ser tema de relevância no cenário mundial, o qual merece ser discutido, dada a importância da mesma na vida humana. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a educação ambiental deve ser um componente curricular básico, até 2025³. Isso decorre do cenário de destruição da biodiversidade, que, no caso brasileiro, tem justificativa na produção de alimentos, ainda que a alimentação da população nacional seja cada vez mais industrializada e a fome mais recorrente.

Em termos metodológicos, adotamos a perspectiva de uma educação problematizadora, alinhada com os problemas e com as necessidades reais de cada estudante, levando em consideração o desenvolvimento de uma reflexão crítica. Isso implica o emprego da perspectiva de “aprender-ensinar”, pois, segundo Freire (2021, p. 24), “quem ensina, aprende ao ensinar, e quem aprende, ensina ao aprender”. Assim, com o presente artigo, buscamos apresentar os conhecimentos produzidos, do ponto de vista acadêmico, unindo-os aos saberes dos estudantes de ensino básico, em relação à temática proposta nesta pesquisa. Portanto, o processo educativo ocorre na relação dialética educador-educando.

Enquanto forma de exposição, além destas considerações iniciais, o trabalho se divide em três partes: inicia-se abordando a presença dos alimentos na ciência geográfica, bem como das dinâmicas geográficas, em que os alimentos estão envolvidos; segue uma exposição das atividades sobre educação ambiental e alimentar, desenvolvidas em uma escola pública de ensino fundamental, fazendo um relato e um apanhado de exemplos de produções realizadas por estudantes, às quais seguem comentários, considerações e interpretações. Por fim, expõe-se algumas considerações finais, buscando apontar o que se conseguiu, a partir do trabalho desenvolvido com os/as estudantes e, ao mesmo tempo, elevar o caso empírico ao patamar de conhecimento.

GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS

No contexto contemporâneo, a alimentação (e a fome) está associada a uma dinâmica socioespacial, que transformou a comida em mercadoria. Com isso, os alimentos, antes de serem produzidos para serem consumidos, são produzidos para serem vendidos. Nesse sentido, o título do livro *O negócio da comida: quem controla a nossa alimentação?* (ESTEVE, 2017), é elucidativo e impõe, mais do

² Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/estatisticas-revelam-os-impactos-da-pandemia-na-educacao>. Acesso em: 26 set. 2022.

³ Disponível em: <https://www.ipcc.ch/reports/>. Acesso em: 14 set. 2022.

que nunca, as seguintes questões geográficas: de onde vêm os alimentos que consumimos todos os dias? Os processos de produção, de distribuição, de troca e de consumo destes alimentos estão associados a contextos que respeitam as condições socioecológicas? Essas questões nortearam as atividades pedagógicas desenvolvidas em uma escola de ensino fundamental.

A ciência geográfica tem uma considerável história, associada à preocupação com a alimentação. Ainda no início do século passado, La Blache (1954, p. 195), abordando os tipos de alimentação, afirmou que “entre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é a que aparece quando se estudam os modos de alimentação”. O fato é que, de La Blache aos dias atuais — e, sobretudo, no período mais recente —, a alimentação prescinde, de modo acelerado, do local em que as pessoas vivem. Em outras palavras, cada vez mais, os alimentos são transportados por todo o globo. São os chamados “alimentos viajantes” (ESTEVE, 2017).

Da mesma forma, os regimes alimentares — ou seja, o que se come — presenciam processos de homogeneização. Isso compõe o que se pode chamar de *fastfoodização* da alimentação, ou seja, a alimentação se torna cada vez mais industrializada e homogeneizada, e desconectada dos contextos socioecológicos locais, com consequências para os ecossistemas e para a saúde humana.

Os alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014), com grandes concentrações de sal, de gordura e de açúcar, estão mais presentes na nossa alimentação, dia após dia. Em escala global, as pessoas comem de modo cada vez mais parecido e, por outro lado, como resposta a isto, presencia-se a emergência da valorização das chamadas culinárias típicas, revelando que o discurso da globalização e que os desejos do mercado da indústria da alimentação são poderosos, mas nunca são acatados sem resistências.

Segundo Altieri e Nicholls (2021), apesar da grande variedade de alimentos disponível, usa-se um número cada vez menor de itens na alimentação. Para o autor e a autora, esse tipo de alimentação tem implicações nas condições dos ecossistemas, que se tornam menos diversos. Outros autores, como Porto-Gonçalves (2006), chamam a atenção para o fato de que o uso reduzido de ingrediente na alimentação diminui, também, os saberes, porque, nos locais, não é possível dissociar a alimentação dos conhecimentos dos recursos naturais; saberes e sabores são indissociáveis. Essa compreensão revela que a alimentação está diretamente conectada à chamada questão ambiental e, mais do que isso, evidencia que diversidade cultural (saberes) e diversidade ecossistêmica (sabores) estão interligadas.

Assim, compreende-se que o conceito geográfico de ambiente tem uma relevância fundamental na compreensão da dialética entre sociedade e natureza, inclusive no que diz respeito à questão da alimentação, entendida como a conexão mais íntima entre sociedade e natureza. Conforme Suertegaray (2021, p. 80), “o ambiente é produto do trabalho humano e, na contemporaneidade, pode ser entendido como a amálgama entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o ambiente contém o meio (orgânico), mas é um produto social”.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL

No presente trabalho, tem-se a intenção é fazer a discussão da educação ambiental e alimentar no contexto escolar, mais especificamente no ensino fundamental. Assim, em primeiro lugar, afirma-se que a educação básica e a relação ensino-aprendizagem neste contexto de educação são espaços de debate de ideias, de reflexão conceitual, as quais devem estar ligadas a estratégias pedagógicas e a reflexões possíveis. Nesse sentido, como procedimento, indica-se um caminho que parta das circunstâncias em que os estudantes estão envolvidos; a questão conceitual é decorrência disto. Ou seja,

adota-se a estratégia de partir do mundo de inserção dos indivíduos em questão para elevar este mundo ao plano da reflexão.

O projeto foi desenvolvido em uma escola pública de ensino fundamental, localizada na área urbana do município de Santa Maria (RS). Em diálogo com a professora de Geografia da escola, decidiu-se que as turmas que teriam contato com o projeto seriam duas classes de oitavo ano. A professora de Geografia da escola foi a responsável pela apresentação do projeto às turmas, bem como pela descrição de um panorama geral sobre a realidade da comunidade escolar ao acadêmico de Licenciatura em Geografia (bolsista do projeto) e ao professor coordenador, ambos da UFSM.

A partir deste contexto, para a produção do material pedagógico, foram utilizados, sobretudo, dois referenciais teórico-metodológicos: o tema da alimentação e o conceito geográfico de ambiente. Ambos considerados essenciais à execução da tarefa. Assim, as referências bibliográficas empregadas no trabalho foram:

1. Sobre o tema da alimentação, o livro *De onde vem a nossa comida*, de Maria Cristina Vargas e de Nivia Regina da Silva (VARGAS; SILVA, 2016) e
2. Sobre o conceito geográfico de ambiente, o livro *Meio, Ambiente e Geografia*, de Dirce Suertegaray (SUERTEGARAY, 2021).

Definiu-se, previamente, que seriam preparadas duas aulas, com duração de uma hora — ambas no turno da manhã. Como, naquele momento, as duas turmas estavam com aulas na modalidade remota, o conteúdo acabou sendo adaptado para este formato. Assim, a plataforma utilizada na apresentação dos *slides* foi o Canva, e as aulas ocorreram via *Google Meet*, com as presenças da professora da rede municipal e do professor orientador do acadêmico.

Na primeira aula, os conteúdos trabalhados foram Revolução Verde, êxodo rural e agroecologia; depois, em uma perspectiva geográfica, discutiu-se a diferença entre os conceitos de meio ambiente e de ambiente. Como se optou por aulas expositivas dialogadas, a colocação de algumas perguntas interativas foi elemento indispensável: “Quem tem horta em casa?”, “Gostariam que a escola onde vocês estudam tivesse uma horta?” e “Já foram à feira?” foram algumas das questões propostas aos estudantes. Com isso, entendeu-se adotar uma postura de educação problematizadora, caracterizada pela “vinculação contextual à realidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, no caso, os educandos” (PITANO, 2004, p. 105).

Quando a aula estava próxima de terminar, os estudantes se encarregaram de escolher um alimento industrializado e de pesquisar, na *internet*, quais seriam a sua marca e o seu local de fabricação. Após isso, foi disponibilizado um episódio de *podcast* sobre o começo da agricultura e sobre a domesticação de animais (o texto do *podcast* se encontra no Quadro 1). O áudio foi gravado, por meio de um microfone de computador, editado no *Audacity* e compartilhado, via *streaming*, na plataforma de comunicação usada pela rede de ensino público.

— E aí pessoal. Está começando o *podcast* sobre educação ambiental e alimentar no ensino básico. Eu sou João Pedro Foletto, estudante de licenciatura plena em Geografia na UFSM.

No episódio deste *podcast*, vamos falar sobre como o homem começou a plantar e a criar animais.

— Nossa espécie surgiu há milhares de anos, em uma época em que nossos ancestrais caçavam animais e coletavam frutas, amêndoas, raízes e folhas para sobreviver. Eles se deslocavam com frequência em busca de novos locais onde pudessem encontrar alimentos. Por isso, foram classificados como nômades, seres que não possuem um lugar fixo de moradia.

— Para se defender dos animais selvagens e conseguir alimentos, eles viviam em grupos, assim como alguns animais que conhecemos hoje, e fabricavam ferramentas de trabalho com materiais que encontravam diretamente na natureza. Por exemplo: madeiras, pedras e ossos. Com o passar do tempo, foram aprendendo a usar os elementos da natureza, como a água, a terra, o fogo e o vento para benefício próprio. Também criaram um tipo de comunicação com gestos, sons e desenhos, mais conhecidos como pinturas rupestres, que atualmente são encontradas em cavernas espalhadas por todo o mundo.

— Depois de milhares de anos coletando, caçando e observando os ciclos da natureza, desenvolveram a agricultura e a domesticação de animais, e passaram a morar em lugares fixos. Dessa forma, acabaram tendo uma vida sedentária, pois precisavam cuidar das plantas e dos rebanhos. A partir daí foram surgindo as primeiras aldeias, vilas e cidades.

— A agricultura foi criada há mais de 10 mil anos. Quando ocorreu a descoberta da germinação das sementes, os primeiros cereais cultivados na época foram o trigo, o arroz e o milho. Apesar de todos os conhecimentos sobre a agricultura que temos hoje, apenas quatro tipos de plantas ocupam mais de 70% das terras agricultáveis do mundo. Mas aí fica um questionamento: se nas primeiras comunidades todos trabalhavam e comiam, o que aconteceu atualmente, na nossa sociedade tecnológica, para que tenhamos tanta gente passando fome?

— Chegamos ao final deste *podcast*. A referência para este episódio foi o livro *De onde vem a nossa comida?*, das autoras Maria Cristina Vargas e Nivia Regina da Silva. O projeto é apoiado pelo Programa de Licenciaturas da Universidade Federal de Santa Maria, com a supervisão do Professor do Departamento de Geociências, Cleder Fontana. Obrigado aos ouvintes pela participação. Tchau!

Quadro 1 – Roteiro do primeiro episódio de *podcast*⁴

Fonte: organizado pelo autor, a partir de Vargas e Silva (2016).

Na segunda aula, discutiu-se a importância de ler o rótulo dos produtos e o percurso que os alimentos fazem, até chegar à mesa das pessoas, e foi direcionada, aos estudantes, uma pergunta sobre a viagem mais longa feita por eles. Os intuitos destes exercícios eram de fazer com que eles realizassem comparações e de que refletissem sobre os longos trajetos que os alimentos fazem nesta era globalizada. Para uma melhor compreensão da atividade, utilizou-se a plataforma *Canvis* (Figura 1), ferramenta que torna possível fazer um mapeamento dos locais em que cada produto é fabricado, da sede da empresa produtora e das pessoas que consomem os alimentos. Os estudantes gostaram da experiência, porém a participação não foi unânime, então foi necessário pesquisar alguns alimentos industrializados para exemplificar a tarefa. Por exemplo, um macarrão instantâneo, consumido por integrantes da turma, é fabricado em São Paulo, sendo que a sede da empresa produtora se encontra no Japão.

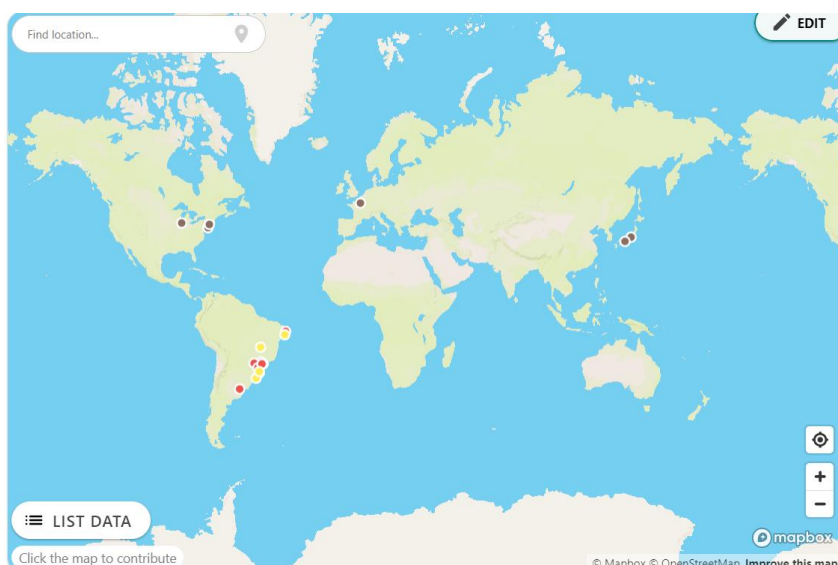


Figura 1 – Captura de tela da ferramenta *Canvis*

Fonte: página da plataforma *Canvis* (disponível em: <https://canvis.app/C1bRQs>).

Após a conclusão da atividade, foram colocados em pauta os conceitos de economia verde e de água virtual e, ao final da aula, foi disponibilizado o segundo episódio de *podcast* (Quadro 2), cujo tema é o significado da fome.

⁴ Os *podcasts* produzidos pelo projeto estão disponíveis na plataforma *Spotify*, no link: <https://open.spotify.com/show/4myDQNfnDO7dCyPEnkB41K?si=c320553abe064443>.

— E aí pessoal. Está começando o *podcast* sobre educação ambiental e alimentar no ensino básico. Eu sou João Pedro Foletto, estudante de licenciatura plena em Geografia na UFSM. No episódio deste *podcast*, vamos falar sobre o que é a fome.

— Calcula-se que aproximadamente 805 milhões de pessoas, cerca de quatro vezes a população do Brasil, sofrem a violência da fome. Mas o que seria a fome? Fome é a situação em que o indivíduo, no seu dia a dia, não tem acesso à alimentação mínima e adequada de que precisa, sem saber se haverá uma próxima refeição.

— Atualmente, a principal produção no campo são os monocultivos, que se baseiam no cultivo de apenas um tipo de produto, por exemplo, uma lavoura apenas de soja ou milho. O objetivo disso é vender para outros países e acumular dinheiro, e não para resolver o problema da fome. Além disso, essas plantações ocupam muito espaço e trazem pouca diversidade de alimentos.

— Até hoje, grande parte dos alimentos são produzidos por pequenos produtores, os quais trabalham com poucas áreas agrícolas, diferente dos latifundiários, que possuem grandes propriedades. No Brasil, de cada 100 kg de alimentos produzidos, 70 kg são produzidos por pequenos produtores, responsáveis por produzir com mais diversidade.

— Se o alimento saudável é o combustível para nos sustentar, sua ausência pode causar muitos problemas ao nosso corpo, como a falta de energia, dificuldades de raciocínio, perda de memória, problemas no fígado, intestino, entre outros. Segundo dados do Greenpeace Brasil, com os impactos da pandemia, advinda da covid-19, 59,4 % da população brasileira está em situação de insegurança alimentar.

— Insegurança alimentar é uma situação em que a população de um país ou região não tem acesso regular e permanente de alimentos em quantidade e qualidade suficiente para sua sobrevivência. Assim, é possível que uma pessoa até tenha acesso a alimentos, mas eles são tão pobres em nutrientes que ainda assim a pessoa fica em uma condição de insegurança nutricional, formando os chamados “desertos alimentares”, que são lugares onde não chegam alimentos saudáveis, só os ultraprocessados (alimentos que não nos fornecem todos os nutrientes que precisamos). Em consequência disso, ocorre a fome oculta: é quando a pessoa

tem acesso a alimentos, mas grande parte deles são industrializados ou sem a variedade necessária.

— Chegamos ao final deste *podcast*. A referência para este episódio foi o livro *De onde vem a nossa comida?*, das autoras Maria Cristina Vargas e Nivia Regina da Silva. O projeto é apoiado pelo Programa de Licenciaturas da Universidade Federal de Santa Maria, com a supervisão do Professor do Departamento de Geociências, Cleder Fontana. Obrigado aos ouvintes pela participação. Tchau!

Quadro 2 – Roteiro do segundo episódio de *podcast*

Fonte: organizado pelo autor, a partir de Vargas e Silva (2016).

A partir disto, a professora da turma, em aula posterior, utilizou as atividades desenvolvidas como base para que os estudantes produzissem *charges*, o que só foi possível pelo fato de ela já ter desenvolvido outros trabalhos com eles, envolvendo este estilo de comunicação. Analisando as produções das turmas, foi possível identificar que, além de eles terem entendido o conteúdo proposto, a tarefa os fez despertar para um olhar crítico, mostrando seus próprios pontos de vista, calcados em situações experienciadas cotidianamente.

Esse trabalho mostra porque deve existir um espaço, em que o docente e os discentes podem levantar questões instigantes. Por isso, é preciso conhecer o mundo em que o estudante vive e saber transitar por ele. Tendo maior familiaridade com a realidade de cada um, será mais fácil escolher os trabalhos que os farão se engajar nas discussões de sala de aula. Em outras palavras, é a construção de uma “educação como prática de liberdade, um exercício para que o aluno diga a sua palavra e leia o mundo de uma maneira mais crítica e menos ingênua” (KAERCHER, 2003).

A seguir, expõe-se algumas das produções desenvolvidas pelos estudantes e, sobre as mesmas, tecem-se alguns comentários, enquanto tentativas de interpretação e de síntese. De um modo geral, as *charges* revelam, do ponto de vista dos estudantes, a compreensão da (des)conexão entre sociedade e natureza, a partir de olhares diversos, mas que, em comum, traduzem leituras que retratam diferentes aspectos relacionados à produção, consumo e distribuição de alimentos, proporcionando uma análise crítica sobre questões pertinentes à segurança alimentar e à sustentabilidade dos sistemas alimentares. Ao considerar cada uma das *charges* individualmente, torna-se evidente uma série de problemáticas inerentes ao período atual.

Na Figura 2, a charge A representa toda a água do planeta Terra, sendo usada para a produção de *commodities*, itens de origem agropecuária ou de extração mineral, lançados em larga escala e destinados ao comércio externo. Isso levanta questões sobre a utilização dos recursos hídricos para a produção de alimentos, especialmente porque “a alta produtividade do sistema mais uniforme e heterogêneo é uma categoria construída contextual e teoricamente, que tem como base levar em conta apenas o rendimento e a produção unidimensionais” (SHIVA p. 164).

Na charge B, a contraposição entre alimentos saudáveis e ultraprocessados evidencia dilemas alimentares da sociedade contemporânea. Enquanto os alimentos frescos e naturais são representados como opções “boas”, os ultraprocessados são associados a opções “ruins”. Essa dicotomia ressalta a

importância de políticas públicas e ações educativas voltadas para a promoção de uma alimentação mais equilibrada.

Já a charge C representa um pódio, em que o ganhador seria uma pessoa acima do peso e “bem” alimentada; em segundo, há uma mulher de estatura e de peso medianos; e, em terceiro, há uma pessoa magra, com roupas rasgadas, representando estar com fome.

A partir disso, entende-se que as produções de educandos e educandas expressam visões de uma sociedade alimentada de forma desigual. Da mesma forma, a imagem sugere uma sociedade onde o acesso adequado e equitativo à alimentação não é uma realidade para todos, visto que as desigualdades sociais e econômicas influenciam diretamente no desempenho físico e psicológico dos indivíduos.

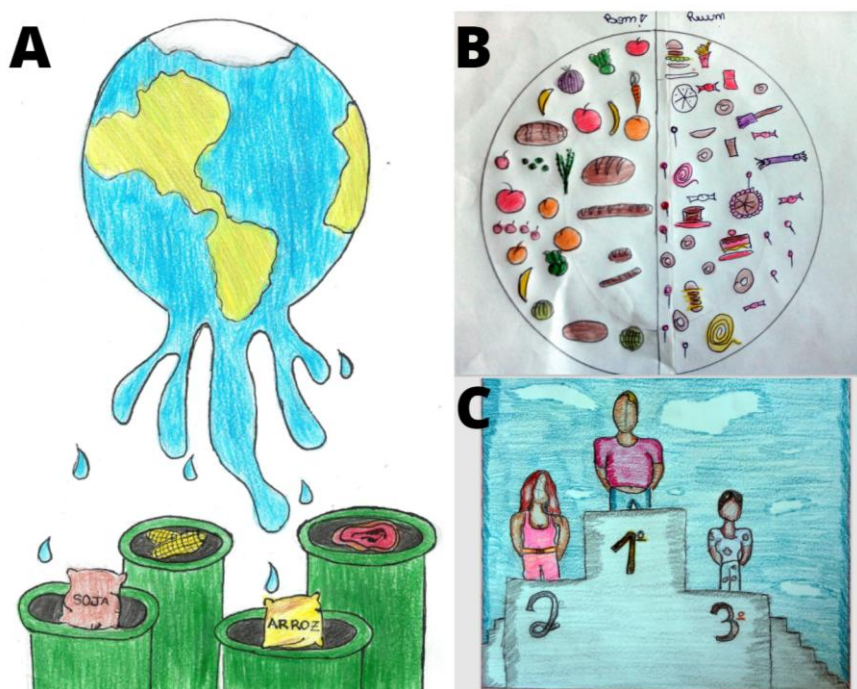


Figura 2 – Charges produzidas por estudantes

Fonte: arquivos do projeto (2021).

Na Figura 3, a charge A apresenta um diálogo entre duas pessoas, levantando questionamentos sobre a finalidade da produção de alimentos no Brasil. Esse diálogo remete a reflexões mais profundas sobre as raízes da fome em meio à abundância de alimentos produzidos. Ao abordar essa temática, a charge dialoga com questões levantadas em estudos sobre segurança alimentar e justiça social. Como destacado por Sen (2018):

uma sociedade que permite a ocorrência de fomes coletivas sendo possível preveni-las é injusta de um modo claramente significativo, mas esse diagnóstico não precisa fundamentar-se em uma crença de que algum padrão único de distribuição de alimentos, renda ou intitamentos entre todas as pessoas do país seria maximamente justo, encabeçando uma série de outras distribuições exatas (todas completamente ordenadas em relação umas às outras). A maior relevância das ideias de justiça está na identificação da injustiça patente, sobre a qual é possível uma concordância arrazoada, e não na derivação de alguma fórmula ainda existente para o modo como o mundo deve ser precisamente governado. (SEN, 2018, p. 314)

Em outras palavras, independente das abordagens teóricas específicas sobre a distribuição de alimentos, o importante é reconhecer que a existência da fome é evitável. Portanto, impõe-se buscar soluções e que se deve reconhecer e abordar as injustiças reais e específicas que ocorrem na distribuição de recursos, em vez de buscar uma solução idealizada e universalmente aplicável para todos os problemas sociais.

A charge B mostra um hambúrguer, falando que o tomate faz mal à saúde, pelo fato de conter agrotóxicos. Nesse caso, é importante destacar que o trabalho apresenta uma visão do estudante, que transcende os assuntos discutidos em aula, pois a questão de não consumir alimentos com agrotóxicos não foi trabalhada em aula, mas, sim, a de que alimentos sem agrotóxicos, produzidos em casa ou por pequenos agricultores, seriam uma opção mais saudável de alimento para os indivíduos. Na charge C, é possível observar uma menina, olhando para alimentos saudáveis, que estão posto sobre uma mesa, porém ela imagina guloseimas, o que corresponde ao dilema de o que comer e, ao mesmo tempo, ao questionamento sobre o que se come, ou seja, à questão de consumir alimentos saudáveis em um contexto de grande oferta de comidas prejudiciais à saúde.

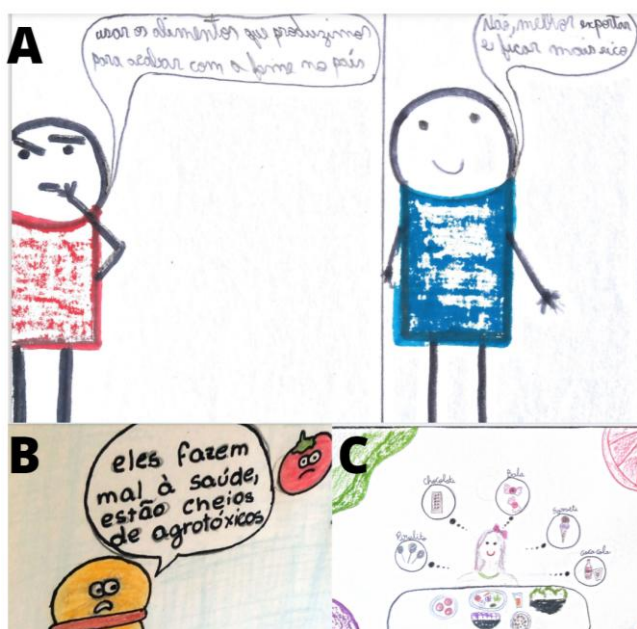


Figura 3 – Charges produzidas por estudantes

Fonte: arquivos do projeto (2021).

Todas as imagens da Figura 4 representam pessoas com restrição de acesso a alimentos e/ou em condição de fome. Situação que, contemporaneamente, atinge a maioria da população brasileira. A fome, que segundo Castro (1946), é um problema histórico e político.

Na charge A, é mostrada uma criança com semblantes de tristeza e de susto, segurando a mão de sua mãe e olhando para outra criança, que está com fome. Na charge B, desenvolvida em um traço mais único, há uma mãe e um filho, ainda bebê, em uma casa vazia. As expressões da mulher são de tristeza e de solidão. Nesse caso, tanto os traços quanto o conteúdo são perturbadores, o que é muito condizente com a condição social retratada. Por fim, a charge C representa um homem, dentro de casa, olhando para uma geladeira, na qual se observa apenas uma jarra de água. No balão de fala, ele menciona estar com fome, e sua mão está na altura da barriga, o que retrata a sensação de fome.

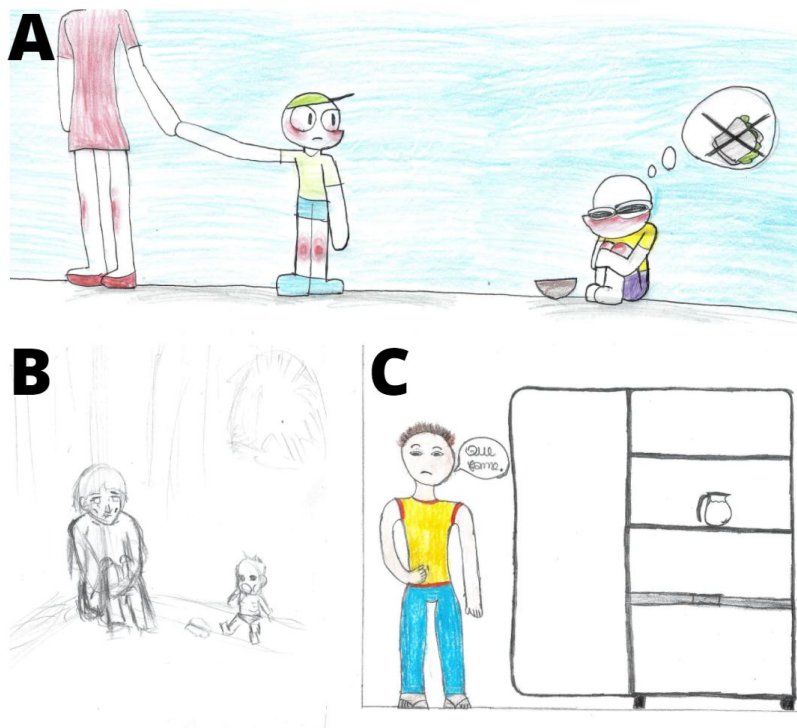


Figura 4 – Charges produzidas por estudantes

Fonte: arquivos do projeto (2021).

Sobre a sociedade contemporânea, Samain (2012) diz que vivemos um “dilúvio de imagens”, enquanto Oliveira Jr (2009) chama a atenção para a necessidade de educar para ver e para conhecer:

educar os olhos não é somente fazê-los ver certas coisas, valorar certos temas e cores e formas, mas é, sobretudo, construir um pensamento sobre o que é ver; sobre o que são nossos olhos como instrumentos condutores do ato de conhecer, levando-nos mesmo a acreditar que ver é conhecer o real, é ter esse real diante de nós. (OLIVEIRA JR., 2009)

Assim, pensa-se na relevância das imagens para compreender os modos como pensamos e como agimos; para ler e para construir o espaço geográfico; e, finalmente, para assimilar o mundo como criação, bem como para entender de que forma ele tem sido construído.

Os conteúdos das aulas foram produzidos com base no pensamento de uma educação ambiental crítica (OLIVEIRA; KAPLAN; DAWIDMAN, 2021). Nesse sentido, a ideia não é realizar apenas uma leitura racionalista da crise ambiental, concentrando a discussão ambiental em reciclagem, em energias limpas e em pegada ecológica, etc. — de maneira pragmática —, mas propor e debater, também, a questão sociopolítica, expressa no conceito geográfico de ambiente. A intenção é superar a ideia de um ser humano genérico como causador de uma “crise” ambiental e que, consequentemente, não leva em conta o modo predominante como temos nos (re)produzidos socialmente, por meio de relações de trocas de mercadorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual, percebe-se grande dificuldade em atrair a atenção dos educandos para as aulas da modalidade remota e, estando fora do ambiente escolar, as adversidades são ainda maiores. Porém, o universo da escolarização é um espaço sempre possível de aprendizagem e de reflexão.

Nesse caminho, pode-se afirmar que todas as etapas aplicadas ao projeto tiveram resultados significativamente satisfatórios, pois, mesmo nesta experiência de ensino remoto, houve engajamento e comentários positivos, a respeito dos formatos das aulas e dos *podcasts*, por parte dos estudantes. Grande parte dos alunos também relatou que os áudios dos *podcasts* facilitaram a compreensão do conteúdo, visto que estes podiam ser acessados repetidamente e em momentos alternativos. Deve ser ressaltado, também, o exercício da oralidade do docente iniciante, já que, para desenvolver as primeiras atividades como professor, são precisos leitura, planejamento e preparação, habilidades que foram evoluindo no decorrer do projeto.

Finalizado o projeto, foi feita uma visita à escola, pois as aulas presenciais já haviam sido retomadas. Assim, houve a possibilidade de conhecer presencialmente as duas turmas. Nesse momento, os desenhos foram apresentados aos estudantes, acompanhados de perguntas, as quais incluíram pedidos de descrição do significado de cada ilustração. Posteriormente, houve um diálogo com a coordenação, para que o projeto pudesse ter continuidade, considerando seu objetivo de agregar novos meios para a obtenção de aprendizagens mais significativa e mais integral, possibilitando o ensino prático do valor ambiental.

Sobre a temática da educação ambiental e alimentar, os conteúdos apresentados ajudaram os/as estudantes a terem uma primeira noção, a respeito da agroecologia, o que fez com que eles entendessem a importância da diversidade de alimentos e o valor do pequeno produtor, responsável pelos circuitos curtos de distribuição de produtos, dando destaque aos alimentos regionais e a uma culinária conectada com os ecossistemas. Assim, o intuito da educação ambiental e alimentar nas escolas é de fazer com que os jovens passem a ter um olhar crítico e, ao mesmo tempo, interventivo: “com uma alimentação saudável nas escolas, as crianças estarão protegidas em um turno; com a educação alimentar, passam a ser ativistas dentro de casa” (IBIRAPITINGA, 2018, p. 41).

O formato de aula expositiva dialogada aproximou os estudantes do professor, criando uma relação interativa e respostas espontâneas, diferentemente de uma aula expositiva, com ensino mecanizado. De acordo com Freire (2021), o educador que ensina Geografia e que “castra” a curiosidade do educando em prol da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos impede sua liberdade, isto é, tolhe sua capacidade de se aventurar. Dessa forma, entende-se que não há mais espaço para métodos tradicionais de ensino de Geografia, em que os/as educandos/as são entendidos/as como passivos/as, em relação aos conteúdos. Agora, impõem-se formações críticas, reflexivas e libertadoras.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara Inés. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, UFPR, v. 57, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

IBIRAPITINGA. 10 questões sobre alimentação no Brasil de hoje. 2018. Disponível em: https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Ibi_Relato%CC%81rio_alimentac%CC%A7a%CC%83o_online%C6%92.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

KAERCHER, Nestor André. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 2003.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

OLIVEIRA JR, Wenceslao Machado de. Grafar o espaço, educar os olhos: rumo a geografias menores. **Proposições**, Campinas, v. 20, n. 3, 2009.

OLIVEIRA, Ana Carolina Brasil de; KAPLAN, Leonardo; DAWIDMAN, Larissa do Nascimento. Por uma educação ambiental crítica-marxista: pressupostos teórico-metodológicos e implicações políticas no embate com as correntes pós-modernas. **Germinal: Marxismo e educação em Debate**, v. 13, n. 2, 2021.

PITANO, Sandro de Castro. **Educação e Política em J-J Rousseau e Paulo Freire**. Pelotas: Seiva, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAMAIN, Etienne. **Como pensam as imagens**. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce. **Meio, ambiente e geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.

VARGAS, Maria Cristina; SILVA, Nívia Regina da (Org). **De onde vem nossa comida**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PRODUCTION OF EDUCATIONAL MATERIAL FOR BOTH ENVIRONMENTAL AND FOOD EDUCATION

Abstract: The present work is the result of a teaching project, which aims to integrate the training of teachers working in basic education, from the production of educational materials on both environmental and food education. The aim is to work on the interactions of society with nature and, in particular, with food, from how society appropriates natural resources for food, to the circuits of production, distribution, and consumption of food in today's globalized society, which increasingly alters and industrializes local diets, from which stems the environmental issue. From the production and practice with pedagogical material in the classroom, it was realized that the combination of lecture dialogued classes in online format and podcasts contribute to the formation of undergraduate students in Geography, as well as students of primary schools, encouraging the production of knowledge, focused on the relationship between teaching and learning.

Keywords: Geography teaching; Geography of food; Environmental and food education; Hunger; Agroecology.

PRODUCCIÓN DE MATERIAL EDUCATIVO PARA EDUCACIÓN AMBIENTAL Y ALIMENTARIA

Resumen: El presente trabajo es el resultado de un proyecto docente, que tiene el objetivo de integrar la formación de docentes que trabajan en la educación básica, a partir de la producción de materiales educativos sobre educación

ambiental y alimentaria. El fin es trabajar las interacciones de la sociedad con la naturaleza y, en particular, con la alimentación, desde cómo la sociedad se apropia de los recursos naturales para la alimentación, hasta los circuitos de producción, de distribución y de consumo de alimentos en la sociedad globalizada de hoy, que altera e industrializa cada vez más las dietas locales, de las que se deriva la cuestión ambiental. A partir de la producción y de la práctica con material pedagógico en sala de aula, se constató que la combinación entre clases de conferencia dialogada en formato en línea y podcasts contribuye a la formación de estudiantes de graduación en Geografía, así como de estudiantes de escuelas primarias, fomentando la producción de conocimiento, centrado en la relación entre enseñanza y aprendizaje.

Palabras clave : Enseñanza de Geografía; Geografía de la alimentación; Educación ambiental y alimentaria; Hambre; Agroecología.

O TRIPÉ ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO ENSINO BÁSICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO “POLÍTICAS PÚBLICAS, DIMENSÕES RACIAL E DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS CIDADES E NA CIDADANIA: ESTUDOS DE CASO NO VALE DO PARAÍBA - RJ”

Carla Hirt

Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Pinheiral

Resumo: Este projeto surgiu em 2019 a partir da demanda de estudantes que buscavam entender a lógica de urbanização que reproduz padrões de racismo ambiental urbano na cidade em que moravam: Volta Redonda. Para contemplar seus interesses analíticos, a pesquisa se organizava em 2 eixos: i) a análise das desigualdades do espaço urbano no que diz respeito à provisão de infraestruturas básicas e qualidade ambiental; ii) a análise da distribuição espacial da população observando as classes sociais e a questão racial. Intencionava-se avaliar as condições de direito à cidade por distintos segmentos sociais a partir da análise da qualidade ambiental e do acesso aos serviços e equipamentos públicos urbanos. Recentemente, para atender às demandas de estudantes que ingressaram na pesquisa, foi acrescentada a dimensão de gênero nos estudos - qualificando ainda mais a compreensão da distribuição espacial da população nas cidades e o acesso aos serviços e equipamentos públicos urbanos. O estudo também passou a abranger os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende e Valença. Este relato é um exemplo do potencial e dos desafios de uma proposta educacional relativamente recente e extremamente significativa no Brasil: o tripé ensino-pesquisa-extensão no Ensino Básico.

Palavras-chave: Organização interna das cidades; racismo ambiental urbano; interseccionalidade; Vale do Paraíba; ensino-pesquisa-extensão.

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais (IFs) podem ser entendidos como uma mudança de paradigma a respeito do que tradicionalmente foi a oferta do Ensino Básico no Brasil, pois sustentam-se no tripé ensino-pesquisa-extensão e possibilitam que estudantes sejam protagonistas na construção, e não somente na reprodução do conhecimento. Esta proposta educacional nasce de uma concepção da educação como diálogo entre agentes produtores de saberes. No dizer de Paulo Freire, uma educação crítica e libertadora, de forma a promover a consciência transitiva crítica, que se importa com a convivência comunitária, democrática, valorizando o diálogo - pressuposto da democracia em uma sociedade aberta, com “[...] formas de vida altamente permeáveis, interrogadoras, inquietas e dialogais, em oposição às formas de vida ‘mudas’, quietas e discursivas, das fases rígidas e militarmente autoritárias” (FREIRE, 1976, p. 60).

O projeto de pesquisa que será apresentado neste artigo surgiu em 2019, a partir da demanda de 3 estudantes do Ensino Básico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) Campus Pinheiral, que idealizaram a pesquisa como um meio de compreender os processos que resultam na conformação socioespacial e buscando entender a lógica de urbanização que reproduz padrões de desigualdade nas cidades em que vivem.

Desde então, 11 estudantes⁵ passaram pela pesquisa e contribuíram ativamente com os estudos e as (re)orientações da pesquisa através de seus questionamentos, apontamentos, estudos e observações. É

⁵ Até o momento, os estudantes que contribuíram e contribuem com a pesquisa são: Murilo Jones da Costa, Caroliny Yumi Hayashida Souza, Isabela de Oliveira Wilmsen, Kevin Vitor de Andrade Dalavia, Ketelyn Vitória De Moraes Sarmento, Lara de Barros Izaías Maciel, Larissa Barbosa de Aguiar, Ariella de Athayde Kelly Gonçalves, Polyana de Oliveira Machado, Giulia Tôrres da Silva e Pedro Silva Lopes de Jesus de Souza. Desde o princípio a pesquisa contou

por esse motivo que este texto será escrito em diversos momentos na primeira pessoa do plural: em reconhecimento ao protagonismo destes estudantes na construção do conhecimento e das atividades aqui relatadas.

Para contemplar os interesses analíticos dos estudantes que idealizaram inicialmente a pesquisa, o estudo se organizou em 2 eixos: i) a análise das desigualdades do espaço urbano no que diz respeito à provisão de infraestruturas, serviços básicos e qualidade ambiental; ii) a análise da distribuição espacial da população observando as classes sociais, analfabetismo e autodeclaração racial.

Interessam “os processos de fragmentação do espaço e novas formas de segregação resultantes dos problemas de conectividade das redes [...]. A constituição da infraestrutura materializa e que frequentemente reforça os conjuntos de relações de poder dentro das sociedades urbanas” (KLINK E BARCELLOS DE SOUZA, 2016, p. 291). Neste ponto, a pesquisa se conecta com a discussão sobre Racismo Ambiental Urbano (PACHECO, 2009) – que pode ser entendido como o conjunto de injustiças sociais e ambientais que recaem sobre etnias e populações mais vulneráveis, tenham elas ou não intenção explicitamente racista. Isto porque a hipótese central desta pesquisa é de que as cidades apresentam as piores infraestruturas urbanas, serviços públicos e qualidade ambiental, justamente nos bairros que apresentam o maior percentual de população autodeclarada preta, parda ou indígena. Já, os bairros com maior percentual de população autodeclarada branca, são os que resguardam melhor o direito à cidade aos seus habitantes. Isto mostra a dimensão estrutural e estruturante do racismo em suas diversas manifestações nas relações sociais.

Iniciamos o estudo pela cidade de Volta Redonda. A escolha se deu por ser o local de residência dos estudantes e por ser um município limítrofe à cidade de Pinheiral – onde se localiza o Campus do IFRJ em que a pesquisa será realizada. Como mencionado, a pesquisa vem recebendo novos estudantes interessados na temática da organização interna das cidades. Partiu destes estudantes, no ano de 2022, a proposta de englobar novas categorias analíticas e conceitos para compreensão do processo de produção e reprodução de práticas sociais e sua relação com os corpos no espaço urbano e o direito à cidade - com destaque para a compreensão da intersecção das relações estruturais de poder de raça, classe, gênero e sexualidade na reprodução de injustiças sociais que se mantém de uma geração à outra (JORDAN, 1992, apud COLLINS, 2017, p. 7).

A respeito dos objetivos deste projeto, devem ser aqui destacados os de ordem institucional e de ordem da pesquisa em si. Em termos institucionais, busca-se ampliar a troca de saberes e promover a construção do conhecimentos por meio da tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, que tem sido alcançado através da promoção do diálogo entre estudantes de educação profissional técnica de nível médio, a Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – Neabi, e o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) do IFRJ Campus Pinheiral do IFRJ. Objetiva-se também estreitar ainda mais os laços interinstitucionais com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM/IPPUR/IFRJ) e com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

A pesquisa tem como objetivos geral compreender a organização interna da cidade de municípios da porção Fluminense do Vale do Paraíba, considerando a distribuição espacial e a qualidade

com bolsas de Iniciação Científica Jr (IFRJ, CNPq e FAPERJ). e, recentemente, foi contemplada também com recursos do Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica (PROCIÊNCIA).

dos serviços públicos urbanos, analisando a distribuição espacial da população conforme aspectos que interseccionam as dimensões de raça, classe e gênero, analisando futuramente o acesso destes distintos segmentos sociais a serviços e equipamentos públicos urbanos.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.

Inicialmente e de forma concomitante com outras atividades da pesquisa, estão sendo realizadas discussões de referenciais bibliográficos acerca dos marcos teóricos e analíticos para o desenvolvimento da pesquisa, com destaque para as obras *Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro*, de Raquel Rolnik (2013), *Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana*, de Eduardo Rio Neto & Juliana Riani (2013) - obra que nos ajudou a organizar a metodologia da pesquisa; *A Lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de Pesquisa-ação*, de Renato Emerson dos Santos (2011); *Infraestrutura e produção social do espaço: anotações sobre suas principais mediações teóricas*, de Deborah Werner e Carlos Brandão (2019); *Cidade-empresa. Presença na paisagem urbana brasileira*, de Rosélia Piquet (1998); *O que é Justiça Ambiental?*, de Henri Acselrad, Cecília Mello e Gustavo Bezerra (2009) e; *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*, de Patrícia Hill Collins (2017). É importante salientar que são realizadas com frequência anual oficinas de leitura para os estudantes novos que ingressam na pesquisa, para que os mesmos se apropriem das discussões. Todos estes textos são lidos, debatidos e revisitados anualmente pelos membros da pesquisa, como parte do processo formativo a que esta pesquisa se

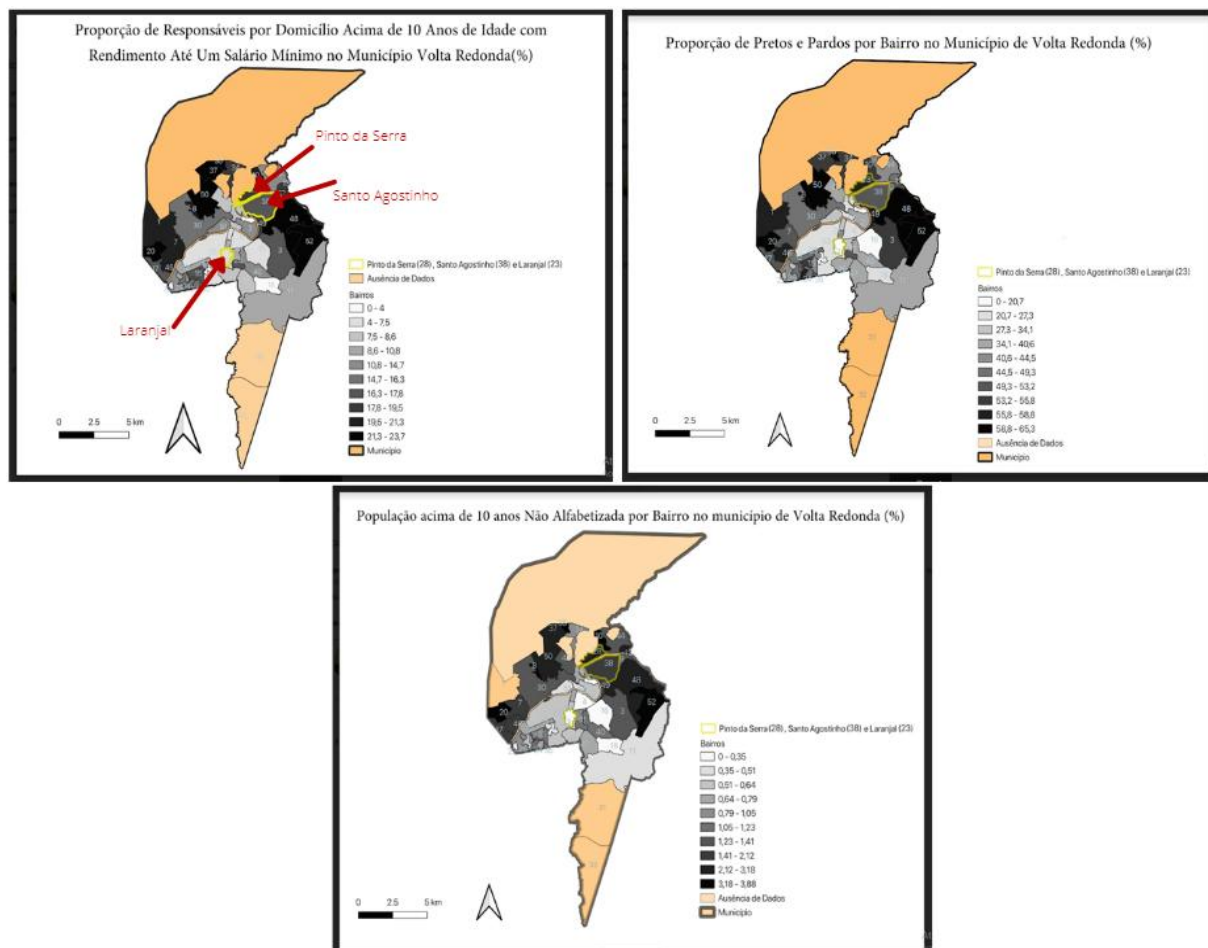
propõe. Na medida que novas abordagens analíticas vão surgindo, novos textos vão sendo acrescentados a essa lista.

Figura 1: distribuição espacial da população por bairros segundo renda, autodeclaração racial e analfabetismo (elaboração própria).

Além disso, em 2020, com o auxílio da base de dados do Censo 2010 do IBGE, foi elaborado o mapeamento da distribuição espacial da população segundo autodeclaração racial, renda, e alfabetização no município de Volta Redonda (figura 1).

Após esta etapa e analisando os resultados do mapeamento, havíamos selecionado os bairros Laranjal, Santo Agostinho e Pinto da Serra, considerados emblemáticos pelos contrastes que apresentam, para serem as localidades onde realizaríamos a etapa de “visita técnica” - para contemplar o eixo 1 da pesquisa.

Como é possível observar, os bairros considerados emblemáticos aparecem com as bordas destacadas na cor amarela. O bairro Laranjal possui uma das menores concentrações de população preta e parda. Possui altos índices de alfabetização, e concentra também uma população com maior renda.



Santo Agostinho é um bairro intermediário. Já o bairro Pinto da Serra possui uma maior concentração de população preta e parda, possui maiores índices de analfabetismo, e a população também apresenta uma renda familiar menor. Por isso escolhemos estes bairros como casos emblemáticos.

Não se pode considerar que apenas os fatores socioeconômicos são os responsáveis pela segregação residencial. Fatores como auto segregação e racismo também precisam ser levados em consideração nas análises sobre distribuição espacial da população. A etapa do trabalho de campo (realizado somente em 2023) foi muito importante para verificar de forma ainda mais contundente, segundo a nossa hipótese, como as desigualdades sociais baseadas em raça imprimem padrões espaciais de segregação urbana, revelando como as desigualdades de renda, escolaridade, bem como o acesso diferenciado aos equipamentos urbanos, têm na sua espacialização uma chave de leitura e de compreensão sobre os mecanismos de perpetuação do padrão de relações raciais brasileiro. Essa hipótese foi inspirada nos estudos de Edward Telles - no livro *Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica*, e no artigo já mencionado de Neto e Riani (2013).

A análise destes dados, associado ao processo histórico de urbanização de Volta Redonda - muito bem abordado Piquet (1998), ajudam a entender como se configurou um padrão de segregação urbana marcado por uma espécie de zoneamento social na cidade de Volta Redonda.

Diante de adaptações que foram necessárias em decorrência às recomendações de isolamento social devido à pandemia de COVID-19, e também pela ausência de recursos do PROCÊNCIA – solicitados desde o ano de 2019 e conquistados somente em 2022, só foi possível realizar os primeiros trabalhos de campo no ano de 2023. Contudo, observando os resultados satisfatórios de mapeamento já realizado para o município de Volta Redonda, resolvemos expandir a área de abrangência da pesquisa. Atualmente estudo abrange também os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende e Valença (figura 2).

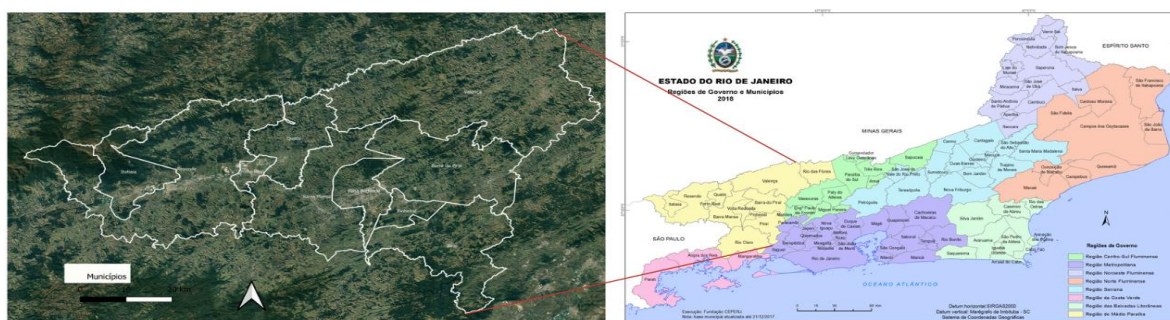


Figura 2: Municípios de abrangência da pesquisa (elaboração própria).

Além disso, para atender às demandas de estudantes que ingressaram de forma voluntária na pesquisa, foi acrescentada a dimensão de gênero nos estudos. Foi nesse momento, a partir de mais esta contribuição dos estudantes, que este estudo encontrou a noção de interseccionalidade. Contribuição que não é trivial, pois a interseccionalidade envolve dimensões éticas sugeridas pela liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa, e uma pesquisa comprometida com estes princípios

pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (Collins; Bilge, 2016). A eficácia das ideias centrais de interseccionalidade, em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social. (COLLINS, 2017, p. 7)

Em janeiro de 2023 foi realizado o primeiro trabalho de campo da pesquisa (figura 2). Nele, percorremos os bairros Laranjal, Pinto da Serra e Santo Agostinho - considerados emblemáticos após a realização do primeiro mapeamento de dados (2020) - para registros fotográficos sobre a infraestrutura urbana e; nas ocupações populares urbanas 9 de Novembro e Dom Waldir Calheiros - onde foram realizadas entrevistas com membros e lideranças de movimentos de moradia destas cidades, visando entender, a partir de suas lutas, como a dimensão de gênero atravessa o direito à cidade (HELENE, 2019).

Nesta ocasião os estudantes puderam acompanhar a importância da participação e da mobilização popular na conquista de direitos básicos, e como são cruciais as políticas públicas socialmente orientadas. Também observaram como a cidade é desigual em termos da oferta de serviços e equipamentos públicos, além de ofertar aos cidadãos diferentes condições ambientais (figura 3).

Com a ampliação da abrangência espacial da pesquisa, novos mapeamentos foram realizados no ano de 2023, agora por setor censitário, a respeito da porcentagem de i) moradores pretos, pardos e indígenas; ii) pessoas do sexo feminino responsáveis pelo domicílio; iii) moradores sem banheiro nos domicílios; iv) moradores sem acesso à rede geral de distribuição de água; v) moradores sem acesso à rede geral de esgotamento sanitário ou fosse séptica. Estes mapas não serão aqui expostos por uma questão de espaço editorial e de resolução das imagens. Foi a partir da análise destas imagens que chegou-se à conclusão da necessidade de realizarmos um trabalho de campo em um bairro de Pinheiral chamado Parque Maíra. Este é um bairro que também se destaca por uma maior proporção de habitantes pretos e pardos. Contudo, diferente do que é comum observarmos, se trata de um bairro com boas condições de oferta de serviços e equipamentos públicos urbanos. Assim, com a mesma finalidade dos trabalhos de campo realizados em Janeiro, em novembro de 2023 foi realizado um trabalho de campo no bairro Parque Maíra. Este bairro nasceu a partir de uma ocupação popular em 1988. O que foi relatado é que cada um dos serviços e equipamentos públicos urbanos desta parte da cidade foram conquistados



com muita mobilização popular e participação política organizada através da Associação de Moradores e da Associação de Economia Solidária do Parque Maíra. Passarela, água encanada, esgotamento sanitário, orelhões, quadra de esportes, pavimentação, escola, iluminação pública, entre outros. Este processo de conquistas está diretamente relacionado com a origem do bairro, fruto da luta dos movimentos sociais de luta por moradia e da formação de sujeitos coletivos e, portanto, sujeitos históricos que podem transformar a realidade quando se juntam, contestam a ordem e propõem alternativas a ela.

O trabalho de campo foi oportunizado também a outros 25 estudantes do Campus que cursam tanto o Ensino Básico quanto as graduações e a Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos.

Esta atividade aconteceu atrelada à mesa "*A classe e a cor do direito à cidade: lutas e conquistas coletivas*" - debate proposto pela pesquisa para ser realizado na *VIII Semana da Consciência Negra* do IFRJ Campus Pinheiral - organizada pelo NEABI/IFRJ/Cpin, parceiro da pesquisa. Esta mesa contou com a participação de duas lideranças do Parque Maíra, bem como de um pesquisador do NEGRAM/IPPUR/UFRJ (figuras 4, 5 e 6).



Figura 4: Material de divulgação das atividades propostas pela pesquisa na VIII Semana da Consciência Negra do IFRJ Campus Pinheiral (2023).

Figura 3 - Trabalho de campo realizado no dia 13/01/2023 em Volta Redonda (RJ). (registros fotográficos próprios da pesquisa)



Figura 5: Mesa "A classe e a cor do direito à cidade: lutas e conquistas coletivas", realizada na VIII Semana da Consciência Negra o IFRJ Campus Pinheiral (Acervo fotográfico da pesquisa).



Figura 6. Trabalho de campo realizado no Parque Maíra realizado na VIII Semana da Consciência Negra o IFRJ Campus Pinheiral (Acervo fotográfico da pesquisa).

Outra dimensão importante dos trabalhos de campo e das mesa proposta pela pesquisa foi o reconhecimento do conflito como chave analítica fundamental para a compreensão dos processos que levam à formação de sujeitos políticos. Como aponta Vainer (2007),

são a luta social e o conflito aberto os principais, senão os únicos caminhos através dos quais grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público – isto é, enquanto sujeitos políticos. Sem conflito, não podem os grupos e classes sociais dominados gerar identidades, projetos coletivos, práticas coletivas, AÇÃO POLÍTICA (VAINER, 2007, p. 6).

Esta é uma importante contribuição para o processo formativo proporcionado pela tríade ensino-pesquisa-extensão, pois aprendeu-se que banir o conflito das análises significaria banir a política do espaço urbano.

A realização desta pesquisa tendo como bolsistas estudantes do Ensino Básico tem sido um grande desafio, mas é apenas um exemplo da realização de uma proposta educacional relativamente recente e extremamente significativa no Brasil.

ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO ENSINO BÁSICO E A CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA.

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades [...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (Lei nº 9.394/1996)

A partir da convergência de estudos de raça/ classe/ gênero para compreender as dinâmicas urbanas e seus desdobramentos, esta pesquisa traz os benefícios de i) desnaturalizar as compreensões acerca das vivências socioespaciais, promovendo a análise não simplificadora dos fenômenos complexos que resultam na organização interna das cidades; ii) entender a materialidade e as subjetividades da cidade como desdobramentos de relações sociais das mais diversas ordens e realizadas por meio dos mais diversos aparatos institucionais e; iii) estimular a verve da pesquisa nos estudantes envolvidos no projeto, bem como a conscientização e a consolidação da cidadania por meio da compreensão da complexidade dos fenômenos estudados e dos meios de acessar os espaços consultivos e deliberativos.

A dimensão de gênero é importante para a compreensão da realidade socioespacial no país, como já demonstrou o estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, publicado em março de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se observarmos, por exemplo, que o rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos das mulheres é, em média, 25 % inferior ao que os homens ganham – ou seja: as mulheres têm rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos no valor de R\$ 1.764, já os homens, R\$ 2.306 – e se considerarmos que elas se deslocam pela cidade tanto quanto ou mais que os homens, vamos entender que as condições materiais distintas influenciam inclusive nas condições e proporção de gastos com deslocamento no espaço urbano, uma vez que “suas necessidades são muitas vezes desprezadas, a circulação acontece de maneira restrita e assim, a apropriação da cidade e a vivência do espaço público pelas mulheres são fragilizadas” (SADER; NICOLETE; GOMES, 2019, p. 105)

Pensar no direito à cidade considerando a perspectiva de gênero exige a compreensão de que homens e mulheres experimentam os espaços e as cidades de formas diferentes. Discutir – e desnaturalizar - “o lugar” socialmente determinado à mulher na sociedade – e na cidade se relaciona diretamente com essas problematizações.

Por questões socialmente forjadas, por exemplo, a movimentação das mulheres nas cidades ocorre cotidianamente de um modo menos linear, em geral, do que a movimentação dos homens. Os trajetos deles frequentemente se resume entre casa-trabalho-casa. Já as mulheres têm este trajeto acrescido de paradas na escola dos filhos, no supermercado e em outros espaços que fazem parte da reprodução da vida familiar, com um ir e vir muito mais complexo. (SADER; NICOLETE; GOMES, 2019). De forma geral,

Os transportes públicos continuam priorizando os deslocamentos considerados obrigatórios – aqueles que ligam áreas residenciais a áreas de trabalho e de estudo em horários de pico -, sem considerar os deslocamentos das mulheres – mais complexos e, por isso, mais difíceis de ser analisados e de receber uma solução -, cujos percursos nunca vão de um ponto a outro, mas ocorrem em ziguezague, aproveitando o espaço

entre as atividades para realizar outras (MONTANER e MUXI, 2014, p. 208, apud SADER; NICOLETE; GOMES, 2019, p. 107).

[...] as mulheres negras e pobres enfrentam, ainda, maiores problemas e desafios, gastando mais horas cuidando da casa e da família, sofrendo com precariedades múltiplas relacionadas ao saneamento, à iluminação, à falta de equipamentos públicos como creches, escolas, postos de saúde, áreas de lazer. Questões relacionadas ao transporte público, seus itinerários e horários também afetam diretamente a vida de inúmeras mulheres, em especial as que residem nas periferias. A falta de iluminação e a insegurança de áreas desertas transformam o simples ato de circular na cidade em objeto de tensão e medo (FRANCO, FRANCISCO, TAVARES, 2017, apud SANTOS; BORGES; GONÇALVES, 2020, p. 6).

Esses são apenas alguns exemplos que mostram como as análises sobre o direito à cidade necessitam passar por uma revisão nas teorias sobre a cidade, pela adoção de chaves analíticas que na verdade não são novas, mas são pouco acionadas. Isso contribuirá para que as cidades sejam pensadas, socialmente tensionadas e planejadas em direção à igualdade e à diversidade.

É importante destacar que IFRJ Campus Pinheiral está situado em um município com população composta por 52,3% de população preta ou parda. Os municípios limítrofes a Pinheiral apresentam as seguintes porcentagens de população negra (pretos + pardos) em seus territórios: Volta Redonda – 46,7; Barra do Piraí – 57%; Piraí – 52,9%.

Cabe mencionar que o IFRJ Pinheiral funciona numa área que foi a sede da Fazenda do Pinheiro, uma das mais importantes fazendas do ciclo do café, de propriedade de José Joaquim de Souza Breves - que entrou para a história como sendo o Rei do Café no Brasil Império, mas que também foi traficante de pessoas escravizadas no século XIX. Esta fazenda deu origem ao nome da cidade onde hoje se encontra o Campus Pinheiral do IFRJ, o qual tem ainda algumas construções remanescentes da época, certamente construídas pelos negros escravizados. Contudo, ainda há no campus a predominância de narrativas institucionais que invisibilizam a presença negra na formação socioespacial de funcionamento da instituição e da própria região, exaltando-se o passado do café.

Tais perspectivas de narrativas promovem o que SANTOS (2009) chama de “branqueamento dos territórios”, que compreende o branqueamento da ocupação - com aniquilação, extermínio, expulsão ou mesmo assimilação e embranquecimento de outros grupos, negros e/ ou indígenas; o branqueamento da imagem - com as narrativas históricas negando ou invisibilizando o protagonismo histórico a outros grupos que não os brancos; e o branqueamento cultural - com a imposição de determinadas matrizes de relação sociedade-natureza sobre outras.

Esse apagamento acima mencionado promove uma lógica educacional que oculta ambiguidades territoriais e identidades ambivalentes, sendo esta uma de maneira que ao longo da história se mostrou significativamente eficiente no processo de a desenhar padrões de segregação visivelmente racionalizados, mas que não anunciam seus agentes e processos justamente pela ocultação de informações relevantes à análise socioespacial.

No processo de construção de conhecimento sobre o território (que também é uma forma de construir o território), os estudantes o compreendem como construção espacial resultante e condicionante das relações de poder entre atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993). Estes atores não apenas “habitam” o território, mas sim, o constroem, o disputam, o significam e o representam, e tais

atos são também operações e ferramentas de poder. Este território, “espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado” (HAESBAERT, 2004, 84) é matriz de relações de dominação que envolvem, também a própria produção, difusão e imposição de significações e representações sobre ele: as representações são, também, relações de poder, que instauram posições hierarquizadas de sujeitos. A história do território identifica e posiciona sujeitos do passado, mas também os sujeitos do presente.

Num ensino antirracista, a formação de uma consciência espacial e uma educação geográfica (como sinaliza a BNCC) não podem prescindir de uma compreensão racializada das relações sociais e dos processos históricos de formação dos territórios. Isso inclui também o conhecimento sobre como estas relações se apresentam na atualidade e como elas se espacializam e, em especial para esta pesquisa, como dimensão racial se manifesta na organização interna das cidades.

É preciso permitir ao educando compreender (e desnaturalizar) o racismo como elemento não só do processo de formação do território mas também das narrativas hegemônicas eurocentradas e branqueadas que se fazem sobre os processos de formação territorial. Abordagens genéricas e não racializadas de fenômenos sócioespaciais não permitiriam, por exemplo, a identificação e análise crítica e consistente dos agentes e processo que levam estabelecimento de um padrão racializado de segregação socioespacial nas cidades brasileiras (SANTOS, 2018).

Através da atuação na tríade ensino-pesquisa-extensão, busca-se consolidar os laços de cooperação inter institucional com Núcleos de estudos e Grupos de Trabalho que se dedicam a fortalecer iniciativas que promovam tensionamentos analíticos no sentido de promoção de uma educação formal que seja socialmente referenciada, que busquem a curricularização de temáticas raciais voltadas à promoção da igualdade racial, que promovam uma maior reflexão sobre os agentes e processos que levam à conformação de desigualdades o urbano no Brasil e que desnaturalizem e desinvisibilizem os agentes e processos que levam à reprodução e a consolidação de desigualdades sociais baseadas em raça. Buscando potencializar tal proposta educacional e as trocas de saberes para além dos muros da instituição, até o presente momento buscamos estreitar laços com o NEGRAM/IPPUR/UFRJ, e com o Projeto de Extensão “Rodas de Diálogo: Acesso a Serviços Públicos e Consolidação da Cidadania” (IPPUR/UFRJ). A pesquisa já é realizada com o apoio e parceria do NEABI do IFRJ Pinheiral.

O levantamento de dados embasado na perspectiva teórico-metodológica tem corroborado para o entendimento de como a interseccionalidade das relações estruturais de poder de raça, classe, gênero e sexualidade encadeiam injustiças sociais que se mantêm de uma geração à outra (JORDAN, 1992, apud COLLINS, 2017, p. 7) e engendram situações díspares politicamente e espacialmente. Nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 esta pesquisa foi apresentada em eventos inter e extrainstitucionais, possibilitando que os estudantes experienciem diversos espaços de trocas de saberes. Além disso, foram oferecidas 2 oficinas sobre *elaboração de mapas para espacializar dados quantitativos do Censo IBGE por setor censitário*, realizados 3 trabalhos de campo e organizada uma mesa de discussão sobre interseccionalidade e o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade forjada sob os cânones da desigualdade de acesso à propriedade e à renda, a valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos setores menos abastados da sociedade - que não detém capital econômico nem social - para ascender de status, no sentido de buscar uma mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos ou miseráveis através do acesso a um “capital cultural” (BOURDIEU, 1998, p. 67, apud). Contudo, tradicionalmente o sistema de ensino hegemônico nos países capitalistas serviu como um instrumento para consolidar e

reproduzir invisibilização, seleção, padronização e hierarquização de conhecimentos e saberes. E por muito tempo (e ainda no presente), este sistema hegemônico ocultou conflitos, desigualdades, injustiças e os agentes e processos geradores dessas desigualdades e injustiças – com destaque às atravessadas pelo racismo.

É sob os cânones dessa lógica que historicamente se deu a expansão e a universalização do acesso à educação no Brasil. O sonho e as iniciativas para a expansão e universalização desse modelo tradicional resultou, portanto, em significativa medida na conservação (reprodução) do *status quo*. Assim, entende-se a utopia do sistema de ensino enquanto um paradoxo pois não se trata somente de defendê-la dos ataques que arriscam levá-la ao desmonte do sistema público e gratuito de ensino. Uma “verdadeira” utopia exige a desconstrução modalidades institucionais/didático/pedagógicas que condicionam a sociedade à reprodução do *status quo*. Exige, entre outras coisas, disputa de currículos. “Assim, máxima freireana de que toda educação é um ato político encontra eco no entendimento de que toda escolha curricular é também e, por princípio, uma escolha política (FREIRE, 1996)”(SILVA, 2015, p. 464).

Esta pesquisa permite desnaturalizar as compreensões acerca das vivências socioespaciais e da organização interna das cidades, entendendo a materialidade e as subjetividades da cidade como desdobramentos de relações sociais, e os mapeamentos que estão sendo produzidos trazem mais elementos para analisar a conformação socioespacial dos maiores municípios da região. A pesquisa possibilita também que os estudantes atuem na divulgação científica, visto que participaram de eventos institucionais e extra institucionais. Além disso, evidenciou no espaço institucional de ensino a necessidade de problematizar o conhecimento sobre as cidades, trazendo a questão racial e de gênero, bem como o racismo ambiental urbano de forma mais presente no ensino de geografia.

O estudo torna ainda mais consistente a compreensão sobre as assimetrias no acesso ao chamado “direito à cidade”, e como o padrão de distribuição espacial evidencia arquétipos de racismo ambiental urbano e desigualdade de gênero no acesso e no direito à cidade nestes municípios da porção fluminense do Vale do Paraíba, bem com a relevância dos movimentos sociais e articulações coletivas como espaços de educação não formais, onde se constroem ações políticas, educação e levam à formação de sujeitos coletivos mobilizados na conquista de direitos.

Além disso, os mapeamentos já produzidos ajudam a olhar com mais informações para a conformação socioespacial dos municípios da região em que a escola se insere. Destaca-se também a viabilização do protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento com bases teóricas, metodológicas e científicas a respeito da complexidade socioespacial das cidades em que vivem. A pesquisa possibilitou também que os estudantes atuem na divulgação científica, visto que participaram de eventos acadêmicos institucionais e extra institucionais.

Além disso, evidenciou no espaço institucional de ensino a necessidade de problematizar o conteúdo do conhecimento “curricular” sobre as cidades e de seus temas, trazendo agora com maior ênfase na interseccionalidade entre a questão racial e as desigualdades de gênero e de classe no espaço urbano e no ensino de Geografia. Ressalta-se que docentes do Campus, em aulas e atividades educativas sobre geografia urbana e sobre cartografia, apresentaram em suas aulas discussões promovidas por esta pesquisa. A curricularização de temas presentes em pesquisas e extensões na instituição vai se tornando uma realidade cada vez mais tangível – e isso se evidencia também em processos – sempre conflituosos – de construção de programas/ementas de disciplinas em Projetos Pedagógicos dos Cursos no Campus.

Deste o princípio, esta pesquisa possibilitou que os estudantes participassem em eventos inter e extra institucionais, possibilitando a experiência em diversos espaços de trocas e diálogos acadêmicos e extensionistas. Além de possibilitar o envolvimento dos estudantes em atividade científica para compreender o recorte espacial onde têm parte de suas vivências e relações, entendemos que o objetivo institucional desta pesquisa – que é de promover o diálogo e as trocas em diferentes espaços e entre distintos níveis de ensino – tem sido alcançado.

Participar democraticamente da escolha de temas a serem debatidos nas instituições de ensino do Estado é uma forma de entender a diferença entre “estar sujeito aos” e de “ser sujeito nos” contextos em que se está inserido – exercício importante para a compreensão do lugar social e elaboração do lugar epistêmico (ligado aos compromissos ético-políticos) de cada um (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

Com a possibilidade de desenvolvimento de pesquisa e de extensão neste nível de ensino, abrem-se novas frentes de atuação e de disputa para a construção de instituições formais de ensino público que promovam a construção de conhecimento com o protagonismo de estudantes e, espera-se, comprometidas de fato com a transformação social através da construção de conhecimentos possibilitada por estas frentes de atuação, que aumentam a capilaridade para novos (velhos) temas e olhares que por anos estiveram ausentes dos debates promovidos através de currículos tradicionais.

Como se sabe, apesar do ensino sobre os espaços urbanos e sobre as cidades ser um conteúdo previsto no ensino da geografia escolar, ainda é preciso que haja tensionamentos teóricos e analíticos para que se promova uma maior reflexão sobre o urbano no Brasil. Esta pesquisa busca dar a sua contribuição neste sentido.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo. In: **IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=5&i=P>>. Acesso em: mar. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. Jan/Jun, 2017. V. 5, nº1, 2017.

CORDEIRO, Fernanda Azevedo. O direito à cidade sob a perspectiva de gênero. **Boletim Petróleo, Royalties e Região, Campos dos Goytacazes/RJ**, ano XVI, n. 60, ago./2018.

COSTA, J. B.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>.

FREIRE, P. **Educação como prática para liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2. ed. n. 38, 2021.

NETO, Eduardo Rios; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais : o Negro na Geografia do Brasil**. 3. ed., rev. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Coleção Cultura Negra e Identidades).

PACHECO, Tania. Racismo Ambiental urbano: a violência da desigualdade e do preconceito. **Democracia Viva**, 2009.

PESSOA, Thiago C. **O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888)**. RJ: Arquivo Nacional, 2018.

ROLNIK, Raquel. “Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais : o Negro na Geografia do Brasil**. 3. ed., rev. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Coleção Cultura Negra e Identidades).

SADER, Ana Paula Cabral; NICOLETE, Jamilly Nicácio; GOMES, Márcio Fernando. AS mulheres e o direito à cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, p. 99-110, 2019.

SANTOS, Amanda S. K. ; BORGES, Ana U. S. ; GONÇALVES, Raquel Garcia . Reflexões sobre Direito à Cidade e Gênero: A Luta pela Democratização dos Espaços da Cidade. **Em sociedade**, v. 3, p. 1-19, 2020.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de & LIMA JR, Pedro Novais de. (Org.). **Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, v. 1, p. 345-366

SILVA, Ana Tereza Reis da. Educação em direitos humanos: o currículo entre o relativismo e o universalismo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 461-478, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200461&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015120261>.

TELLES, Edward. Segregação residencial. In: **Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VAINER, Carlos. **Palestra do Prof. Titular Carlos Vainer no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos**. Programa Nacional de Capacitação das Cidades/ Conselho Nacional das Cidades/ Ministério das Cidades. Organizado pelo GT Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/VAINER-2007-Seminario-Nacional-Prevencao-e-Mediacao-de-Conflitos-Fundiarios-Urbanos.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2023.

FRONTEIRAS INVISÍVEIS DO PAMPA GAÚCHO: DA PERSPECTIVA DAS LINHAS IMAGINÁRIAS AO ENLACE DAS CIDADES GÊMEAS; DAS MANCHAS ARENOSAS; E DA LUTA PELA TERRA E COMBATE AO LATIFÚNDIO

Douglas Pires Sarmiento Pires

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: A prática de campo, fundamental para a formação de estudantes de geografia, não só possibilita a compreensão e a apropriação do espaço como atividade de ensino, mas também serve como uma ferramenta metodológica para a pesquisa. Este trabalho busca desenvolver uma análise sobre os processos que formam a construção socioespacial dos territórios, das territorialidades e das fronteiras do Rio Grande do Sul, especificamente sob a região da campanha gaúcha, a partir de uma prática de campo do curso presencial de Licenciatura em Geografia do Campus Litoral Norte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que buscamos entender a fronteira para além de seu conceito geopolítico, mas também como uma categoria de análise em si. Para isso, alinhando a experiência da prática de campo com as referências bibliográficas necessárias, iremos tratar de três eixos principais: a) as fronteiras conurbadas da integração e da circulação cotidiana entre as cidades gêmeas de Santana do Livramento e Rivera; b) as fronteiras da expansão agrícola perante os areais de São Francisco de Assis e Quaraí; c) as fronteiras entre a resistência camponesa e a lógica perversa do latifúndio, a partir da realidade do assentamento Itaguaçu em São Gabriel.

Palavras-chave: Fronteira; Prática de campo; Conurbação; Areais; Questão agrária

INTRODUÇÃO

Este artigo origina-se de um capítulo de um caderno de campo, desenvolvendo uma análise sobre os processos que formam a construção e apropriação socioespacial das paisagens e territorialidades do Rio Grande do Sul, especificamente sob a região fronteira da campanha gaúcha, discutindo temáticas da Geografia Agrária, Epistemologia da Geografia, Geografia do Rio Grande do Sul, Geografia da América Latina e Geografia Política. Este trabalho teve como objetivo destacar os limites ou fronteiras encontrados ao longo do percurso, que não se limitam apenas às divisas internacionais e os traços de seus limites territoriais. Também como apresentar uma análise da relação de transformação da paisagem através do trabalho, da permanência e da luta e resistência de comunidades.

O trabalho fundamentalmente utiliza-se do conceito de fronteira como categoria de análise, percorrendo sobre as diversas óticas de interpretar espacialmente e temporalmente uma fronteira. Para isto o trabalho fundamenta-se nas ferramentas teórico-metodológicas da Geografia, elencando o trabalho de campo como principal instrumento de estudo e pesquisa, bem como o levantamento bibliográfico das temáticas discutidas durante e após a viagem. Portanto, este trabalho divide-se em 3 eixos principais, num primeiro momento percorrendo sobre as cidades gêmeas Santana do Livramento e Rivera e suas transformações urbanas perante os processos de integração e conurbação de suas fronteiras; discute-se também a dimensão político-ambientalista ao entorno dos areais e a controvérsia das atuações e interpretações do poder hegemônico sobre as manchas arenosas que freiam a expansão do latifúndio no pampa gaúcho; a parte temática final deste trabalho é discutida através da visita ao Assentamento Itaguaçu em São Gabriel, evidenciando a vida em assentamento em limite com a realidade latifundiária vizinha e os desdobramentos políticos de seus conflitos e de sua luta por terra, educação, dignidade e saúde.

AS FRONTEIRAS CONURBADAS DA INTEGRAÇÃO ENTRE SANTANA DO LIVRAMENTO E RIVERA

A Praça Internacional (Figura 1) situada na fronteira entre os municípios de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) destaca um valor simbólico da integração entre os dois países. A Lei de Migração (BRASIL, 2017) cria a definição legal de “residente fronteiriço” permitindo o exercício dos direitos da vida civil no Brasil, limitado ao município de fronteira em questão (PEREIRA et al, 2018), fortalecendo ainda mais esse caráter integrador. Entretanto, devido principalmente à falta de acesso à informação, na prática essa integração ocorre somente na simbologia e “no papel”. Um termo talvez mais adequado para tratar das relações fronteiriças entre Brasil e Uruguai seja o de *circulação*, predominante em Santana do Livramento e Rivera. A circulação trata-se do movimento que as pessoas realizam entre os dois países guiados pelo consumo de produtos e serviços. Aos uruguaios e uruguaias que buscam no Brasil preços mais baixos, tanto para consumo próprio quanto para revenda em seu país, e aos brasileiros e brasileiras que consomem os *free shops*⁶ do Uruguai (Figura 2). Um detalhe importante é que para realizar compras em *free shops* é necessário apresentar a carteira de identidade brasileira, excluindo a população uruguaia desses espaços dentro de seu próprio país e incentivando ainda mais o consumo no Brasil. É possível, portanto, perceber uma certa relação de dependência entre os dois países nestes municípios fronteiriços que alimentará uma relação não amigável entre suas populações.

A relação entre riverenses e santanenses é geralmente descrita como exclusivamente comercial e de dependência extrema (não desejada), como uma estratégia de vida e de trabalho nos seguintes termos: o riverense vive em Santana porque lhe serve, o santanense em Rivera porque lhe resulta útil, o uruguaio não gosta do brasileiro e os brasileiros não gostam dos uruguaios, mas se relacionam porque necessitam fazê-lo, o brasileiro necessita do uruguaio e os uruguaios dos brasileiros. (SÁNCHEZ, 2002, p. 135)

⁶ Comércio onde produtos são vendidos sem a aplicação de certos encargos locais ou nacionais.



Figura 1: Parque Internacional na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera (Acervo dos autores, 2022)

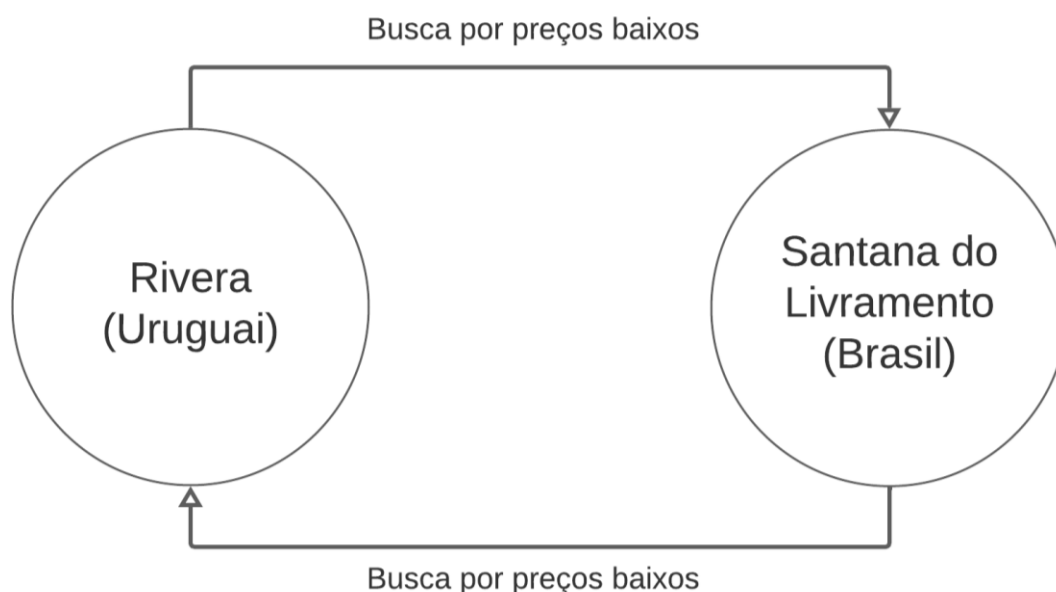


Figura 2: Fluxograma da relação de consumo entre Rivera e Livramento (Elaborado pelos autores, 2022)

As fronteiras invisíveis que dificultam o acesso à educação, tanto básica quanto superior, também expõem essa falsa integração. Há a possibilidade de brasileiros e brasileiras estudarem nas escolas e universidades do Uruguai e de uruguaios e uruguaias estudarem nas escolas e universidades do Brasil, mas essa não é a realidade de grande parte da população. À medida que se afasta do Parque Internacional, em direção aos bairros periféricos de ambos os municípios, mais difícil é encontrar alguém que compreenda e fale o idioma do país vizinho, criando uma espécie de fronteira social e linguística que determina quem conseguirá acessar essas instituições e, até mesmo, a própria informação. O discurso de troca de conhecimento entre os dois países só atinge a elite que tem acesso a essas informações e os recursos necessários para pleitear sua vaga nas instituições públicas, principalmente as localizadas em Rivera por não possuírem vestibulares e pela necessidade de apoio jurídico para a reivindicação do ingresso para brasileiros e brasileiras (Figura 3), como foi relatado por uma professora universitária da região.

A desigualdade de informação não se faz presente somente na relação entre os dois países, a população periférica de Santana do Livramento não conhece as possibilidades de ingresso no ensino superior no Uruguai mas também não possui conhecimento das oportunidades de ingresso das instituições públicas situadas em seu município. Ou seja, esse pólo universitário que surge neste espaço acaba sendo destinado à classe média e à elite não só de Rivera e Livramento, como também de fora. Ao trazer essa discussão para uma escala local, é inevitável estabelecer uma relação com a realidade do Campus Litoral Norte da UFRGS, situado na “fronteira” entre Osório e Tramandaí, onde uma expressiva parte da população dos dois municípios não possui conhecimento da existência dessa instituição de ensino pública e das suas formas de acesso.

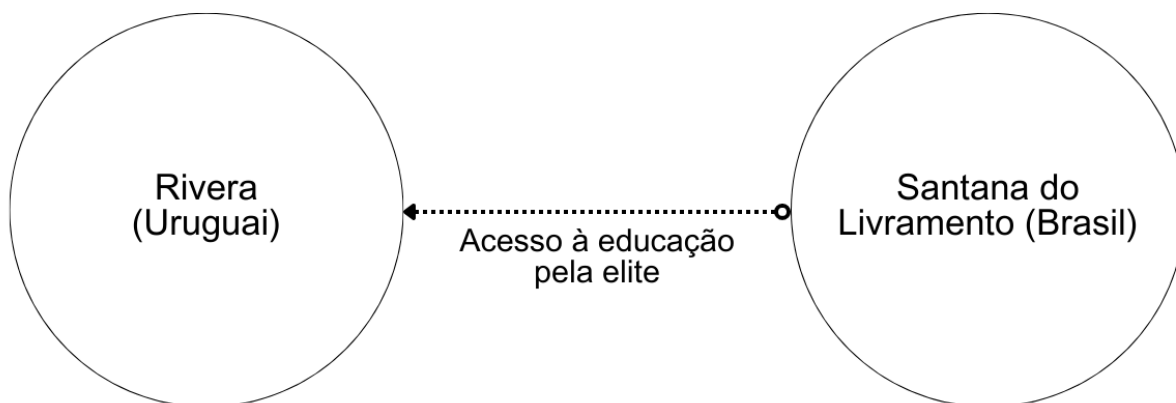


Figura 3: Fluxograma do acesso à educação entre Rivera e Livramento (Elaborado pelos autores, 2022)

OS AREAIS COMO FRONTEIRAS À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CAMPANHA GAÚCHA.

Segundo Suertegaray (2003) os areais (Figura 4) constituem depósitos de sedimentos areníticos recentes, pouco consolidados ou arenosos não-consolidados, com cobertura vegetal escassa ou até mesmo inexistente. Há também a ocorrência de um constante retrabalho dos sedimentos por conta de agentes climáticos (Figura 5). A formação de areais ocorre devido à intensificação do escoamento superficial concentrado, que gera ravinamento e voçorocamento, além da coalescência na base dessas feições de leques deposicionais de areia (SUERTEGARAY, 2003) (Figura 6). A arenização corresponde ao processo de formação dos areais, ou seja, é o retrabalhamento por processos hídricos e eólicos de depósitos areníticos pouco consolidados ou arenosos não-consolidados, o que acarreta na dificuldade de fixação da vegetação, em função da intensa mobilidade de sedimentos.

A fragilidade desta paisagem em sua totalidade está fortemente relacionada com o processo que a origina. Estas “manchas arenosas” tem grande susceptibilidade de suas unidades litológicas ao processo de arenização. É importante ressaltar que os areais tem sua origem natural e a ação antrópica pode intensificar o processo. Este tipo de estrutura é encontrada no sudoeste do Rio Grande do Sul presente na região do pampa gaúcho, bioma este que cobre mais da metade do estado, onde ocupa uma área de 176.496 km², isto corresponde a 63% do território estadual (IBGE, 2004).



Figura 4: Os areais, dentro e fora do livro (Acervo dos autores, 2022)



Figura 5: Resultado do retrabalhamento de sedimentos nos areais (Acervo dos autores, 2022)

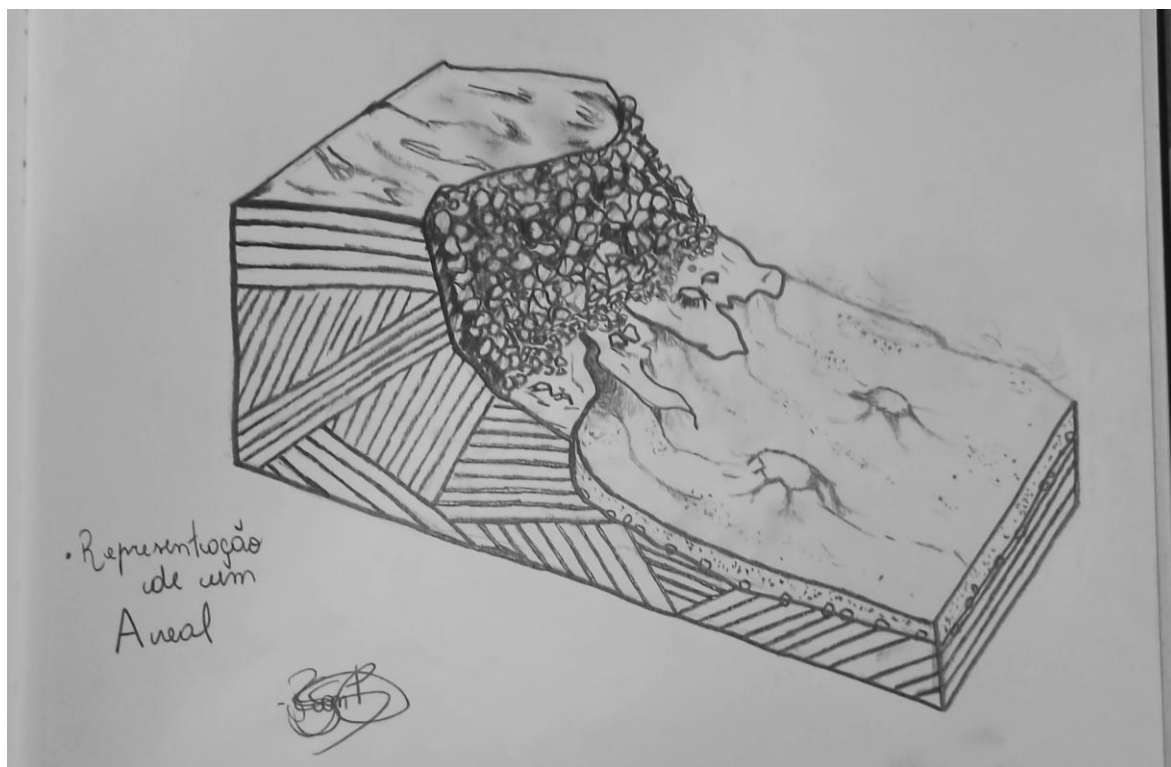


Figura 6: Representação de uma estrutura arenosa do areal (Elaborado pelos autores, 2022)

Com base nisto, percebe-se uma quebra de paradigma ao observarmos as estruturas dos areais, uma vez que tradicionalmente através da contação de histórias sobre a formação do estado do RS, é nítida a intenção de preservar uma narrativa onde o pampa se destina ao comércio de gado ou como se tivesse uma vocação natural para o plantio e agricultura. Segundo Suertegaray (2010) em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU, ao ser questionada sobre a partir de quais formas estes processos influenciam na vida humana e no desenvolvimento local:

De acordo com minha investigação, até os anos 1970, do século XX, esses areais eram considerados pelos proprietários rurais como decorrentes de causas naturais e, portanto, terras improdutivas pelas suas características de falta de cobertura vegetal, por exemplo, o campo, para o pastoreio, atividade dominante na região. Após os anos de 1970, quando se inicia a discussão ambiental no Rio Grande do Sul, os areais são descobertos pela imprensa e ambientalistas e passam a ser denominados “desertos”. Nesse período, a grande empresa regional é responsável pela construção de um conjunto de matérias que promovem a ideia de desertificação no Pampa. Esta divulgação massiva influencia a vida humana local na medida em que passam a denominar os areais de desertos. Por consequência, a existência desses areais (desertos) deve ser combatida, para que não aumentem e para que não tornem suas terras improdutivas.

Associado ao debate da questão ambiental e da degradação das terras, resulta a busca de opções cabíveis para solucionar o problema. Em um primeiro momento, era solicitado a intervenção do Estado, através de ferramentas e mecanismos que combatem o processo. Neste período, ocorreram estudos e testes experimentais sobre possíveis espécies que fossem viáveis de estabilizar este fenômeno. Assim, surgiu a implementação do plantio de eucalipto como possibilidades de reconstituição “ambiental” dos areais ou “desertos”. Neste cenário, nos últimos anos, foi alterado o enfoque de

reconstituição ambiental que este projeto tinha, e passa a ser focado na defesa da matriz econômica da região.

Observando a paisagem, podemos notar os resultados destas alterações. Uma vez que a mudança mais marcante é a transformação de significativas propriedades, antes com caráter pastoril agora em áreas de plantio de eucalipto. Estas mudanças geram novas influências dentro do cenário político-ambientalista ao entorno da discussão dos areais. Afinal, quais as fronteiras dos areais? Não se pode reduzi-lo apenas a uma estrutura geomorfológica, uma vez que este debate influencia populações locais, amplia movimentos sociais e ambientais, colocando em jogo as propostas de expansão da silvicultura no RS e em outros estados.

Deste modo, atualmente há um debate efervescente na sociedade gaúcha, onde há a existência de dualidades acerca do futuro desta paisagem. Uma vinculada à compra de terras pelo capital internacional, objetivando a expansão da silvicultura. De outro lado, os movimentos sociais, ao se posicionarem contra a silvicultura, revelam outra proposição, que apoia a expansão e maior valorização da pequena propriedade agrícola associada à diversificação das atividades e à preservação do bioma pampa.

Os areais representam mais do que apenas suas feições terrestres. Eles são a imposição (extremamente perceptível) da natureza contra o Capital no estado do Rio Grande do Sul. Uma vez que, em uma terra onde as principais feições econômicas sempre foram soerguidas pelo crescimento econômico da indústria de manufaturas, grandes plantações, latifúndios, grandes propriedades nas mãos de poucos e criação de gado, não há espaço para um lugar “improdutivo”. Ao mesmo tempo, percebe-se uma paisagem questionadora até mesmo para a aliança de preservação do próprio areal. Pois contraditoriamente, a ação dos “movimentos” sociais, são perante ao direito de “inércia” destinado a estas estruturas, pedindo e apresentando que a única maneira de preservar e reconstruir os areais é a não-presença, é o afastamento antrópico, é deixar os areais a sós.

Portanto, instiga-se a possibilidade de se aguçar investigações mais recentes e com o acompanhamento das questões sociais, ambientais e políticas decorrentes dessa preposição de ordenação territorial. Que embora não tenha se formalizado de fato, resultou em uma significativa transfiguração da natureza local tais quais como nas relações de trabalho em parte da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, e promove limites territoriais, conflitos, tensões e sobretudo fronteiras “invisíveis” ao interior do pampa gaúcho.



Figura 7: Fronteiras entre a plantação de eucaliptos, o latifúndio e o areal (Acervo dos autores, 2022)

A RESISTÊNCIA CONTRA O ROMPIMENTO DAS FRONTEIRAS DA DIGNIDADE HUMANA

Martins (2013) nos indica uma potente e estrutural compreensão da história da sociedade brasileira. O autor condena a nossa modernidade e a nossa entrada na dimensão da perspectiva capitalista de produção através de uma “modalidade de coerção do trabalho” que evidenciam os sintomas que nos revelam o processo lento de ascensão social no Brasil, que alarde um caminho repleto de violência, repressão aos movimentos revolucionários e condena a classe trabalhadora à servidão!

Através das repetidas e históricas interdições ao acesso a terra feitas pela burguesia agrária, e no contexto da falta de mão de obra que a abolição do tráfico negreiro e repercussões da implementação da Lei de Terras de 1850, foi proposto pela elite reguladora do espaço fundiário brasileiro um processo de “importação” de imigrantes, principalmente europeus e asiáticos, sobretudo proletários (padeiros, cozinheiros, mecânicos...). Neste viés, a presença de comunidades formadas principalmente pela descendência étnica de povos italianos e alemães que chegavam nas terras gaúchas no anseio de serem trabalhadores livres, chocou-se com a imposição de uma elite que mais uma vez instaurou que ao chegarem em território brasileiro, estes migrantes trabalhariam na verdade para os grandes proprietários de terra. Com um ideal imposto super coercitivo e meritocrático, esta cota da população também ficou em cárcere (MARTINS, 2013).

Neste sentido, podemos perceber a contradição que rege a matriz entre propriedade e trabalho no Brasil historicamente. Desde o período colonial, a elite do campo manipula e estimula como em um espetáculo de fantoches através do poder brasileiro as condições que regem a produção, o uso da terra

e as relações de trabalho. Em um primeiro momento esta elite incita a produção através de um trabalho livre, que na medida que se é desfavorecida a eles, é negada a quem realmente utiliza a terra perante suas necessidades de vida, trabalho e construção de coletividade, justamente para continuar estabelecendo as condições de dominação. O atual capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo que produz relações capitalistas de produção, também explora e gera relações não capitalistas de produção (MARTINS, 2013)

A situação do campo diante da questão agrária é violenta, intensificada por pressão, repressão, massacre e tortura. Pode-se observar, que no mesmo latifúndio que se produz o capital, também insere-se produções e relações de trabalho contraditoriamente não capitalistas (no caso, não assalariadas). No capitalismo moderno, a reprodução do espaço fundiário e sua manutenção incita a constante presença e exploração da força de trabalho do homem e da mulher do campo, não necessariamente os pagando perante tal. A presença de bóias frias, cortadores de cana e de homens e mulheres que trabalham e moram no campo evidenciam a exploração através de trabalhos insalubres, mal ou nem remunerados, gerando o cárcere de suas próprias sedes de vida. Desta forma, a terra passa ser mercadoria, ela tem preço, mas diante das relações de trabalho ali produzidas, ela tem valor, que são encaradas como benfeitorias. Uma situação triste, beirando ao desumano e extremamente comum na realidade do campo do Brasil. Mas que ainda assim, dentro do modelo capitalista, a fazenda é mais do que a terra em si, e neste sentido o Capital produzido ali vem totalmente mediante do trabalho, e é isto que gera o capital, é isso que é explorado, é a mais valia da acumulação de trabalho feito dentro da terra, dentro da fazenda, como explica Martins (2013, p.49):

Combinavam-se de novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia de tipo colonial. A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver.

A existência do assentamento em São Gabriel dinamiza fronteiras com grandes latifundiários e com o acesso a condições básicas de existência. As fumigações aéreas de agrotóxicos que os latifundiários realizam sob suas propriedades, ultrapassam o limite de suas terras, que por consequência, acabam por pulverizar veneno na comunidade do assentamento. Os recursos hídricos contaminados também por esse mesmo processo, ultrapassam as áreas da propriedade privada, contribuindo para a negação de uma condição básica de saúde destas pessoas. O direito à segurança também é negado, ao momento que a população é torturada e reprimida fisicamente pelas instituições do Estado em defesa dos latifúndios. O agronegócio rompe, continuamente, a fronteira da dignidade humana.

O assassinato do Sem Terra Elton Brum em São Gabriel e suas consequências políticas

Por Bruno Lima Rocha São Gabriel, por volta de 10 horas da manhã. Fazenda Southall, um complexo latifundiário totalizando 14.000 hectares, alvo de disputa entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o ex-proprietário, Alfredo Southall. O cenário é o de batalha campal à vista. São 230 brigadianos de distintas unidades contra cerca de 270 colonos ocupantes, a metade deles mulheres e crianças.

Figura 8: Manchete sobre o assassinato de uma das lideranças regionais do MST (ROCHA, 2009)

A comunidade luta pelo acesso à educação, direito que é negligenciado pela prefeitura do município onde o assentamento se localiza que recusa realizar a manutenção das vias de transporte até os assentados, além de dinamizar o fluxo e quantidade de ônibus existentes para as crianças chegarem até a escola. Após a pandemia, além do retrato das crianças perderem a rotina de estudos, a falta de acesso ao ônibus escolar até a comunidade também gerou uma grande dificuldade ao que diz respeito a continuidade de formação educacional dos alunos, invisibilizando seus direitos perante ao Estado ao demonstrar mais uma forma de repressão contra o assentamento. Atualmente, uma das pontes permitia o acesso da comunidade até o restante do município foi destruída, dificultando mais ainda toda a situação.

É nítida a necessidade do poder público a favor da classe trabalhadora, dos assentados e assentadas. É urgente a construção de estradas e a disponibilização de transportes que permitam o fácil acesso à escola mais próxima, uma vez que a luta de resistência que prega o Movimento Sem Terra jamais será desvinculada da luta pelo acesso à educação básica e pela formação cidadã, e a garantia de segurança da comunidade frente aos constantes ataques dos latifundiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizada as atividades, estudo e análise de campo, e o desenvolvimento deste artigo enquanto relatório de pesquisa é possível afirmar que o processo metodológico que o campo apresenta, potencializa o processo de aprendizagem das ciências e estudos em Geografia. A prática de campo não só possibilita o uso de ferramentas para a compreensão e apropriação da paisagem e do espaço, como também ultrapassa a barreira do formal, consolidando laços e memórias que contribuem ao processo individual e coletivo da formação acadêmica, profissional e enquanto sujeito político, cidadão responsável pelo permanente desenvolvimento de um espaço em constante transformação. Fica evidente o nosso desejo enquanto autores deste trabalho, de naturalizar o direito de relatar as experiências de campo, que são mais do que apenas vivências pretéritas. O trabalho de campo possibilita registros e perspectivas espaciais temporalmente acessíveis que exercem grande contribuição no processo de enlace das categorias geográficas e de seus conceitos.

Imbuindo-se no que a atividade de campo trouxe que emociona e o que nos toca, há uma intrínseca e inseparável relação do envolvimento com as experiências realizadas nesta atividade e do desenvolvimento deste trabalho análogas à realidade de precarização da universidade pública.

Sobretudo das condições de luta por direitos estudantis⁷ sobreposta à comunidade da UFRGS Litoral. O paralelo das fronteiras entre os conflitos da perspectiva das gestões municipais do Litoral Norte, somado às contradições estruturais dentro da própria Universidade do Rio Grande do Sul, resultam aqui num enlace dos conflitos e das alianças em rede dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul em nossa vida.

Desta forma, após relacionar as escalas fronteiriças entre as três principais paisagens analisadas neste capítulo (fronteira entre Livramento e Rivera, os areais e o assentamento São Gabriel), podemos visualizar relações paralelas entre suas divisas naturais, palpáveis e perceptíveis, mas também como as que não são tão óbvias que são fruto de um pertencimento do espaço e de um uso do mesmo. Em ambos os três cenários, é notável dizer que as dinâmicas da fronteira constituem sempre contrastes que geram múltiplas tensões e conflitos entre diferentes proposições da apropriação espacial e do processo de afirmação de um território. Perante isto, instigamos fomentar o debate das apropriações metodológicas da Geografia e incentivamos novos estudos epistemológicos da dimensão de fronteira como categoria de análise. Uma vez que atualmente este conceito é predominantemente analisado como um conceito do espaço geográfico e suas diferentes escalas, e não como uma ferramenta analítica em si. É imprescindível a continuidade destes estudos, relatos, conversas e pesquisas perante a este tema tão importante para as discussões sobre uso e transformação do espaço, do patrimônio público, da dimensão das lutas sociais dos contextos fronteiriços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013

PEREIRA, Fabrícia Helena Linhares Coelho da Silva et al. Direito à saúde para o residente fronteiriço: desafio para a integralidade do SUS. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 3, p. 36-53, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/5672>. Acesso em 15 mai. 2022.

ROCHA, Bruno Lima. O assassinato do Sem Terra Elton Brum em São Gabriel e suas consequências políticas. **MST**. [s. l], 24 ago. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/08/24/o-assassinato-do-sem-terra-elton-brum-em-sao-gabriel-e-suas-consequencias-politicas/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ROVEDDER, Ana Paula et al. Fauna edáfica em solo suscetível à arenização na região sudoeste do Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, v. 3, n. 2, p. 87-96, 2004. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjsr2nouL3AhWcuZUCHZgWD5gQFnoEAgQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.udesc.br%2Findex.php%2Fagroveterinaria%2Farticle%2Fdownload%2F5423%2F3622%2F15000&usg=AOvVaw2wpN7lS6nPfqHt5oqT-71N>. Acesso em 15 mai. 2022.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica**. Orientador: Ruben

⁷ Este artigo foi finalizado durante o movimento histórico da luta pela moradia estudantil na UFRGS Litoral. Estudantes ocuparam o espaço da antiga colônia de férias da UFRGS em Tramandaí, usurpada por uma reitoria interventora (que visava ceder esse espaço à iniciativa privada), reivindicando a Casa de Estudantes da UFRGS Litoral. As emoções presentes neste trabalho e nesse contexto histórico do movimento estudantil se entrelaçaram na escrita das considerações finais.

George Oliven. 2002. 202f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2455>. Acesso em 15 mai. 2022.

SUERTEGARAY, Dirce. **Deserto grande do sul**: controvérsia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes et al. Projeto arenização no Rio Grande do Sul, Brasil: gênese, dinâmica e espacialização. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, X., 2001, Foz do Iguaçu. **Anais**. Foz do Iguaçu. INPE, 2001. p.349-356. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/lise/2001/09.14.12.00/doc/0349.356.234.pdf>. Acesso em 15 mai. 2022.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Arenização no RS: um problema que cresce. Entrevista especial com Dirce Suertegaray. [Entrevista concedida a] IHU On-Line. **IHU On-Line**, [s.l.], 9 fev. 2010. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/29691-arenizacao-no-rs-um-problema-que-cresce-entrevista-especial-com-dirce-suertegaray>. Acesso em 15 mai. 2022.

RESENHA

Tuize Rovere

Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

SOUZA, M. B. Norma e Território: o processo de normatização dos condomínios fechados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2021. 348 p.



Este livro é uma análise detalhada sobre o processo de normatização dos condomínios horizontais fechados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com foco no relacionamento entre norma e território. A autora, Mariana Barbosa de Souza, examina a dinâmica dos processos de urbanização em pequenas cidades, discutindo como os produtos imobiliários, em particular os condomínios horizontais fechados, são apropriados e incorporados ao território.

O livro aborda conceitos fundamentais, como norma e território, e explora como eles são aplicados no contexto dos condomínios horizontais fechados. Mariana examina como as normas são criadas e como elas moldam a forma como as pessoas interagem e se relacionam com o território. A autora também destaca a importância da regulação estatal na criação de normas para condomínios fechados.

Além disso, o livro discute princípios sociais e políticos dos condomínios horizontais fechados, e como eles conseguiram o acesso à terra, a segregação urbana e a governança local. A autora argumenta que a criação de condomínios tem um impacto significativo no uso do território, na distribuição dos recursos e no acesso à cidade. Nesse contexto, a obra é importante para estudiosos de urbanização, gestão territorial e política pública. A obra é uma leitura essencial para todos que desejam entender os desafios enfrentados pelas pequenas cidades no contexto da urbanização acelerada e da crescente demanda por produtos imobiliários.

A obra é dividida em quatro capítulos, cada um dedicado a um aspecto diferente do tema. O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórica sobre norma e território. O segundo capítulo explora a dinâmica dos processos de urbanização em pequenas cidades, com foco nos produtos imobiliários. O terceiro capítulo analisa como as normas são criadas e aplicadas em condomínios horizontais fechados. Já o quarto e último capítulo discute as psicologias sociais e políticas dos condomínios fechados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Em resumo, "Norma e Território: o processo de normatização dos condomínios horizontais fechados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul" é uma obra fundamental para estudos de urbanização, gestão territorial e política pública. A autora oferece uma análise aprofundada sobre os desafios enfrentados pelas pequenas cidades no contexto da urbanização acelerada e da crescente demanda por produtos imobiliários, proporcionando uma visão abrangente dos processos de normatização dos condomínios horizontais fechados e suas arquiteturas para o território e para a sociedade em geral.

A obra se relaciona com outras pesquisas que vem sendo desenvolvidas sobre normatização de condomínios fechados, urbanização e pequenas cidades: "Condomínios fechados: impactos socioambientais na Região Metropolitana de Porto Alegre" de Mello, LMA e Londero, MPS (2018); "A fragmentação do espaço urbano: o papel dos condomínios fechados na organização do território" de Delgado, LR e Silva, MTS (2018); "Condomínios fechados: análise da política urbana brasileira na regulação do espaço urbano" de Lima, MC e Matsuoka, MT (2015); "Condomínios fechados: fragmentação territorial e exclusão social na cidade contemporânea" de Maricato, E. (2003); "Urbanização de pequenas cidades em países em desenvolvimento" de Mukhija, V. (2013); "Urbanização de pequenas cidades: estudo de caso no Brasil" de Gonçalves, AJ (2012); "Urbanização de pequenas cidades: análise de experiências no Brasil" de Carvalho, FCS (2011); "Cidades pequenas no contexto brasileiro: perspectivas de estudo" [livro eletrônico] / Paulo Fernando Jurado da Silva... [et al.]. –1. ed. - Porto Alegre, RS: Totalbooks, 2023.

O livro também é uma importante contribuição para a ciência do desenvolvimento regional por algumas razões: em primeiro lugar, o livro oferece uma análise detalhada sobre o processo de normatização dos condomínios horizontais fechados em uma região específica, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Isso é relevante porque a urbanização e a fragmentação territorial são problemas crescentes em muitas partes do mundo, e a pesquisa traz informações valiosas sobre como os agentes locais lidam com essas questões em uma área específica.

Em segundo lugar, o livro é relevante para a ciência do desenvolvimento regional porque aborda temas importantes, como produtos imobiliários, urbanização em pequenas cidades e a relação entre

norma e território. Esses temas são cruciais para entender como as cidades estão sendo moldadas em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento, onde o processo de urbanização é acelerado.

Em terceiro lugar, o livro é importante porque se baseia em uma pesquisa empírica rigorosa e utiliza uma abordagem interdisciplinar para entender o fenômeno em questão. Isso é fundamental para produzir conhecimento científico de qualidade e oferecer soluções concretas para os desafios enfrentados pelas comunidades locais.

Por essas razões, o livro "Norma e Território: o processo de normatização dos condomínios fechados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul" é uma contribuição valiosa para a ciência do desenvolvimento regional e pode ser útil para investigadores, profissionais e tomadores de decisão que trabalha na área de urbanização e planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, F. C. S. **Urbanização de pequenas cidades: análise de experiências no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- DELGADO, L. R.; SILVA, M. T. S. A fragmentação do espaço urbano: o papel dos condomínios fechados na organização do território. **Revista Geograficidade**, v. 8, n. 2, p. 126-141, 2018.
- GONÇALVES, A. J. **Urbanização de pequenas cidades: estudo de caso no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2012.
- LIMA, MC; MATSUOKA, M. T. Condomínios fechados: análise da política urbana brasileira na regulação do espaço urbano. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 149-162, 2015.
- MARICATO, E. *Condomínios fechados: fragmentação territorial e exclusão social na cidade contemporânea*. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 66, p. 117-130, 2003.
- MELO, L. M. A.; LONDERO, M. P. S. Condomínios fechados: impactos socioambientais na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 2, p. 363-380, 2018.
- MUKHIJA, V. Urbanização de pequenas cidades em países em desenvolvimento. In: SANCHEZ, TW; WRIGHT, JD (orgs.). **Sustentabilidade urbana e pequenas cidades**. Porto Alegre: Bookman, p. 135-156, 2013.
- SILVA, P. F. J. et al. **Cidades pequenas no contexto brasileiro: perspectivas de estudo** [livro eletrônico]. 1. ed. Porto Alegre, RS: Totalbooks, 2023.
- SOUZA, M. B. **Norma e Território: o processo de normatização dos condomínios fechados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2021.